

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA INSTITUCIONAL

VITOR BENEVENUTO DE FREITAS

CENARIZAÇÕES DOS PROCESSOS DE REINTEGRAÇÃO
FAMILIAR: COMPONDO REDES DE CUIDADO E AFETO

VITÓRIA
2017

VITOR BENEVENUTO DE FREITAS

**CENARIZAÇÕES DOS PROCESSOS DE REINTEGRAÇÃO
FAMILIAR: COMPONDO REDES DE CUIDADO E AFETO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional, do Centro de Ciências Humanas de Naturais, Departamento de Psicologia, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia Institucional. Linha de Pesquisa: Subjetividade, Política e Trabalho.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Gilead Marchezi Tavares

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Luziane de Assis Ruela Siqueira

VITÓRIA

2017

VITOR BENEVENUTO DE FREITAS

**Cenarizações dos processos de reintegração familiar: compondo redes de
cuidado e afeto**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia Institucional.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Gilead Marchezi Tavares

Universidade Federal do Espírito Santo
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional
(Orientadora)

Prof.^a Dr.^a Luziane de Assis Ruela Siqueira

Universidade Federal do Espírito Santo
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional
(Coorientadora)

Prof.^a Dr.^a Marcia Roxana Cruces Cuevas

Universidade Federal do Espírito Santo
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional
(Examinadora Interna)

Prof.^a Dr.^a Alexandra Cleopatre Tsallis

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social
(Examinadora Externa)

Dedico esta dissertação a todas as crianças, adolescentes e suas famílias que encontrei nos serviços de acolhimento, com vocês pude sonhar e desejar por outros mundos. Dedico também, aos meus amigos e amigas de infância. Quando pequenos, em nossas brincacriações, no morro, trançávamos linhas de desejo-vida ao correremos pelos becos e ruas. Desenhávamos e tracejávamos mundos, sorríamos com a força de quem resiste e insiste com e na vida. Às trabalhadoras e trabalhadores das instituições de acolhimento, vocês que lidam com as durezas e levezas de muitas histórias, a coragem que os habita me proporcionou crer e confiar no vivo. A todas e todos, aqui citados, minha gratidão!



Imagem afeto-memória. Autoria própria. Bairro Zumbi – Cachoeiro de Itapemirim – ES.
A criança que fomos e que ainda nos habita, enquanto força, vivia a gerar movimentos
brincantes e vivos.

Agradecimentos

A vida, que pulsa!

As crianças e adolescentes das instituições de acolhimento que, com seus modos brincantes de resistir, permitiram-me compor espaços de alegrias e crença na vida. Juntos e juntas, abrimos brechas, onde as durezas da vida se impunham como incontornáveis, resistimos!

A Deus! Deus *sive Natura*!

Minha mãe e meu pai, Márcia e Edmar, que juntos, tornaram à minha existência possível! Amo-vos, ao meu modo rebelde e desobediente de ser.

Dilson e Izabel, meus avós, ternos e afetuosos, que, transmitiram-me, através da experiência vivaz, modos de cuidar. Vocês tornaram essa pesquisa possível, pelo afeto e crença e, também pelo investimento financeiro.

Ao meu tio Márcio, minha tia Maura e meu primo “dos fechamentos” Matheus, vocês fazem valer o dito de Guattari, quando ele afirmou que a prática da felicidade se torna subversiva quando coletiva. Em especial, não poderia deixar de frisar à minha tia Maura que me inseriu no mundo das palavras, com muito paciência e disposição.

Aos moradores e amigos do bairro Zumbi, tanto os do tempo presente, como aqueles que se fazem presentes, em memórias, de quando fazíamos torneios de luta ou corríamos pelos becos e vielas. Nessas traquinagens já ensaiávamos sabermos uma cartografia do morro. Minha gratidão, por terem acreditado neste trabalho, em cada momento da escrita da dissertação.

A minha orientadora Gilead, gratidão por apostar no desconhecido e, por assim ser, ter possibilitado produzir-me com, a partir de sua confiança e crença, nas variações dos encontros, sempre, inundados de paixão. Carrego-a comigo nos espaços que habito.

A Márcia Cruces que aceitou participar da banca, contribuindo, com sensibilidade e cuidado, na qualificação, permitindo com que eu escutasse as entrelinhas de meu texto. “Aqui estamos de pie, ¡Que viva la América!.”

A Alexandra Tsallis, por aceitar o convite de compor a banca como examinadora externa, sua alegria produz vida! Sou grato pela confiança na pesquisa. Suas interferências geraram deslocamentos, pequenos tremores, necessários para escutar os pulsares da vida.

Luziane, por seu cuidado que, acalentador, impulsionou e provocou a permanecer crendo nos possíveis da vida. Gratidão por nossas tantas travessias e andanças.

Aos meus amigos e amigas do grupo de pesquisa e orientação, em especial: Fabrício, por ser o responsável pelo meu ingresso na categoria dos psicólogos e psicólogas e pela acolhida, sempre amiga, em Vitória; Rayanne, por sua paixão desmedida pelo vivo; Sabrina, por sua coragem e ousadia, encontrei nas suas mãos força e encorajamento, sua militância permeada de afeto me faz vibrar o corpo; Bianca, suave e leve, possui uma singularidade em estar com o outro, ao criar espaços de acolhimento.

Júlia, por me apresentar “a outra Vitória”, e por ter estado presente nas primeiras aproximações ao campo de pesquisa. Por acreditar na feitura deste texto. Como diz Arnaldo Antunes: “- O seu olhar melhora o meu!”.

Heitor, meu amigo, pela acolhida nos momentos de crise, pela vida partilhada e pelas conversas nas caminhadas e andanças pelo mundo. Desejamos, em muitos momentos, impulsionados por uma utopia, resistir e criar, pois como já nos disse Galeano, a utopia server para que não deixamos de caminhar! Pois então, prossigamos.

Ao meu amigo Thiago Machado. Amigo de idas e vindas à Vitória, gestamos juntos o desejo de habitar o espaço de mestrado. Enfrentamos juntos à dureza e rigidez de muitos espaços. Ao apoio e amparo concedido em cada momento, quando o dinheiro se ausentava e a desistência imperava, você me dizia sobre a importância de sustentar espaços, como o mestrado, como exercício de afirmação da diferença.

Aye, minha amiga argentina, pelo carinho, pelas tardes em que tomávamos mate e nossas línguas – como em uma pequena Babel – gaguejavam, produzindo um linguajar outro. Mistura e contágio.

Anto, seu amor pela vida me contagiou. Teu olhar transborda em vida. Agradeço cada abraço, onde não só encontrei uma presença amiga, mas um lugar de repouso, quando o cansaço se fazia presente.

Agradeço, em especial, a Mariana Meireles, Mari, que, mesmo sem saber, me dizia: “Vai ser gauche na vida!”. Lembro-me de nosso primeiro contato no mestrado, dois estranhos, estranhando-se, mas abertos um ao outro, amizade que brotou no mestrado e que se cultivará nos dias. Sou grato pelas caronas, estudos na biblioteca, conversas nos momentos de alegria e angústia e, principalmente, pelos deslocamentos provocados, nos momentos em que me sentia paralisado, Mari, você convocava-me a outrar.

Lívia, filha do Edmar, pela vida poética e partilhada que junto criamos! Menina doce e meiga, que com seu modo de vida dançante, ao musicalizar palavras, mostrou-me que nem toda luta precisa ser um fardo a ser carregado, mas que existem uma sutileza e suavidade em nossas apostas. Contigo aprendi que a vida é uma poesia, escrita e reescrita, nunca finalizada. Minha gratidão e amor.

Jana Brito, minha amada mestre, aquariana, sempre a me incitar e apontar os quão extensos podem ser os horizontes do viver.

Rossana, minha amiga, sou grato pela constância de sua presença; por nossas anDANÇAS em Cachoeiro e Vitória, nelas contabilizamos sorrisos e despropósitos. Ao nosso “tráfico de livros” e poesias trocadas nas madrugadas quentes de Cachoeiro.

Michelle, minha bailarina vestida em flores, a você, “[...] todo amor que houver nesta vida.” Não me negastes as mãos, para “[...] dar uma volta ao mundo.” Como digo, bendita audiência concentrada que nos aproximou. Meu amor por você faz transbordar o peito. Ao Gustavo por sua incondicional generosidade e conversações pela madrugada, destas nunca saí o mesmo, inclusive rouco. Diálogos que me abriram fronteiras.

Aos meus ex-professores de Graduação, Gabriel, com quem aprendi que é crível “criar um mundo na ponta do lápis”, desde que nosso peito esteja aberto as intensidades da vida e seus inúmeros chamamentos; Poliana, que ao me apresentar um texto, mostrou-me a existência de mundos sempre em feitura e composição, o quão válido é crer na vida e não se deixar capturar pelos intoleráveis. Gratidão!

Às técnicas trabalhadoras das Instituições de Acolhimento, coautoras desta dissertação, sou grato pela acolhida e aposta na pesquisa e escritura do texto, pela possibilidade de caminharmos juntos, nos meandros e no desenhar de redes nos processos de reinserção familiar.

Cristiane, minha amiga e militante de trabalho com a população em situação de rua, sem sua força e parceria, esta dissertação não seria concluída. Muitas apostas na vida e no mundo, sustentam-se na cadência dos bons encontros!

À noite, por me acolher, no momento da escrita, em seu silêncio-sussurrar.

À CAPES, por financiar parte desta pesquisa.

Enfim, a generosidade da vida, que possibilitou esses encontros!

RESUMO

O que se passa nos Processos de Reintegração Familiar nos Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes? Como tais processos acontecem no Município de Vitória/ES? Estas foram as perguntas que nos mobilizaram e nos lançaram ao campo de pesquisa-intervenção. Para tanto, convocamos intercessores e seus aportes teórico-metodológicos: Vinciane Despret, Bruno Latour, Maturana e Varela, Deleuze, Márcia Moraes, Virginia Kastrup (entre outros) e as trabalhadoras – Psicólogas e Assistentes Sociais – que atuam nos serviços de acolhimento. Entendemos que as trabalhadoras são *atoras* que, em sua atuação cotidiana, tecem redes nas práticas da Assistência Social. As atoras de duas Casas de Acolhimento de Crianças e Adolescentes em Medida Protetiva do Município de Vitória foram participantes do exercício de *PesquisarCOM*, que se materializou no registro dos acontecimentos da e na rede no diário de campo coletivo, no qual compareceram inúmeras e distintas vozes. As redes tecidas pelas práticas da Assistência Social fabricam mundos, atualizando práticas e discursos historicamente constituídos e mobilizando afetos capazes de produzirem novos modos de agir e pensar. Os afetos, assim, são os motores para as possibilidades infindas da vida de reinventar-se, o que nos coloca um compromisso ético-político do cuidado e do acolhimento dos diversos modos da vida expressar-se. Compreendemos que a reinserção familiar começa nas primeiras intervenções com a família e que é sustentada por um olhar e um corpo sensíveis que se permitem afetar e ser afetados nos encontros. Acompanhar a tessitura de redes de cuidado e afeto, conferindo visibilidade à rede por meio de cenarizações-acontecimentos, nos favoreceu romper com uma lógica de atenção centrada na tutela e culpabilização das famílias pobres, desnaturalizando, dessa forma, verdades cristalizadas. Experimentar novas perspectivas de cuidado que emergem em ato, ampliando olhares e sensibilidades, foi a aposta que movimentou esta dissertação. Uma crença na potência da vida.

Palavras-chave: Reintegração familiar; Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes; *PesquisarCOM*; Rede.

ABSTRACT

What happens in Family Reintegration Processes in Institutional Care Services for Children and Adolescents? How do these processes happen in the Vitória City/ ES? These were the questions that moved us and launched us into the field of intervention research. To that end, we called for intercessors and their theoretical-methodological contributions: Vinciane Despret, Bruno Latour, Maturana and Varela, Deleuze, Márcia Moraes, Virginia Kastrup (among others) and the female workers who work in the reception services, psychologists and social workers. We understand that the female workers are actors that, in their daily activities, weave networks in the practices of Social Assistance. The actors from two Houses of Care for Children and Adolescents in Protective Measure of the Municipality of Vitória were participants in the exercises of Researching WITH, which materialized in the recording of the events of the network in the collective field diary, in which numerous and distinct voices attended. The networks woven by the practices of Social Assistance fabricate worlds, updating historical practices and discourses and mobilizing affections capable of producing new ways of acting and thinking. Affects, therefore, are the motors for life's infinite possibilities of reinventing itself, which gives us an ethical-political commitment to care and acceptance of the various ways of life to express it. We understand that family reintegration begins in the first interventions with the family and that it is sustained by a sensitive look and body that allows to affect and to be affected through the meetings. Accompanying the network of care and affection networks, giving visibility to the network through cenarizations-events, favored us to break with a logic of attention centered on the guardianship and blame of poor families, thus denaturalizing crystallized truths. The bet that moved this dissertation was experiencing new perspectives of care that emerge in the act, widening looks and sensibilities: a belief in the power of life.

Keywords: Family Reintegration; Institutional Care for Children and Adolescents; Researching WITH; Network.

Listas de Abreviaturas

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado em Assistência Social

CMEI – Centros Municipais de Educação Infantil

ECRIAD – Estatuto da Criança e do Adolescente

ES – Estado do Espírito Santo

ORIENTAÇÕES TÉCNICAS – Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

PLANO NACIONAL – Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária

PPGPSI – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PROUNI – Programa Universidade Para Todos

SEMAS – Secretaria de Assistência Social

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

SUMÁRIO

1. Prólogo	14
2. As Políticas Públicas de Assistência Social e a Proteção de Alta Complexidade para Crianças e Adolescentes em situação de Risco.....	24
3. Marcos Legais: ECRID e o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e de Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária	27
3.1 Reintegração Familiar: entre processos “malsucedidos” e a culpabilização das famílias.....	31
4. A formação se processa nos encontros	35
4.1. “Porque você decidiu pesquisar isso?!”	35
5. Pesquisar-escreverCOM: Construindo dispositivos de pesquisa interessantes	51
5.1 Recolocando a problemática de pesquisa.....	51
5.2 Pesquisar-escreverCOM: amplitude e contágio de mundos.....	57
5.3 O Diário de Campo: A potência da escrita coletiva.....	59
6. Cenarizações de um pesquisarCom.....	62
6.1. Cenarização 1: Como adentramos o campo de pesquisa?	64
6.2. Cenarização 2: Adentramos ao campo de pesquisa.....	68
6.3. Cenarização 3: Chegado ao Centro de Vivência 2 e a Casa de Acolhida 1.....	69
6.4. Cenarização 4: Acompanhando uma Audiência de Reintegração Familiar	84
6.5. Cenarização 5: Acompanhando um Estudo de Caso, reintegrar ou Retirar o pátrio poder familiar? Atores em cena.....	91
6.6. Cenarização 6: Da pessoa em risco, ao risco de confiar	96
6.7. Cenarização 7: O acontecer em uma reinserção familiar.....	99
6.8. Cenarização 8: Conversações no diário de campo.....	104
7. Considerações Finais.....	109
8. Referências	114
ANEXO	119

1. PRÓLOGO

*Baja a la tierra
que nos es tan terrible vivi aqui.¹*

Composição de Lila Downs, cantora mexicana, e de Kevin Johansen, cantor Argentino, a música “Baja a la Tierra”, foi-me apresentada por uma amiga no momento em que insistia para a entrada e permanência no campo de pesquisa, acompanhando-me também, no processo de escrita da dissertação, quando sentia-me “travado”, nos momentos em que as páginas em branco - com sua brandura e avidez, continham possibilidades infindas em serem preenchidas - assustavam-me ou em dadas situações em que uma indignação paralisante queria tomar-me. *Baja a la tierra* nos momentos de alegrias coletivas e partilhadas, nos quais percebíamos que nossas apostas para com e na vida, diziam da construção de um mundo comum, não este posto e naturalizado, mas esse que construímos, em nosso cotidiano e nos espaços que habitamos, por meio de nossas afirmações e exercícios de resistência a toda e qualquer tentativa de exaurir a vida em suas possibilidades infindas e dimensão processual, seu fazer-se e desfazer-se de suas formas consolidadas e estabilizadas. Confiamos que o vivo é um processo criativo e inventivo.

Com uma melodia acompanhada por um conjunto harmonioso de flautas andinas, a música se apresenta como convite e convocação, solicitando-nos que coloquemos nossos corpos na terra, que assentamos nossos pés nos mundos existentes e naqueles que estão em feitura, permitindo que, assim, nossos pés sintam as nuances e variações do mundo, que não se configura como um terreno plano, mas é feito por uma diversidade de geografias e formações, sempre a nos surpreender com a alteridade que lhe é inerente. A música nos convoca ao exercício da confiança na vida e no mundo, não em um mundo outro, transcendente e deslocado das experiências que nos constituem nos encontros, mas nestes mundos que habitamos.

É necessário, escapar, portanto, dos niilismos e da descrença na vida que, em seus efeitos, produzem tristeza e sensação de impotência. Niilismo que, em muitos momentos,

¹ “Desça a terra, pois não é tão terrível viver aqui.” Tradução minha. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pH11yf1FWZA>.

impossibilita-nos de reconhecer nossa responsabilidade ética na construção dos mundos – mundos no plural, porque não há apenas uma realidade pronta e finalizada, mas realidades visíveis e palpáveis, assim como realidades em fabricação, solicitando efetuação.

Sendo assim, e por acreditarmos que a vida, em seus variados modos de expressão, está sempre a nos colocar problemas que exigem o exercício contínuo do pensamento, aceitamos um desafio-sugestão que nos foi feito por um membro da banca examinadora, na qualificação do projeto de mestrado. Fomos, na ocasião, convidados a transpor o capítulo que encerrava o texto de qualificação para o início da dissertação, transformando-o em prólogo, pois a escrita que se apresentava como conclusão porta uma aposta ético-política presente no decorrer de todo o processo de pesquisa. Aposta que nos mobilizou a construir a problemática de estudo, e foi a responsável pela escolha do referencial teórico-metodológico utilizado. Trazemo-la, então, aqui, nestas primeiras páginas: ousar acreditar na composição de mundos outros. Exercitar, cotidianamente, em nossas práticas – de trabalho/pesquisa, a crença na potência da vida, em sua capacidade de diferir e engendrar movimentos e conexões.

Nossa aposta ética parte da crença de que ao habitarmos o mundo, inevitavelmente, nos encontramos incluídos em suas dinâmicas e processos. Posto isso, podemos afirmar que participamos ativamente da construção do mundo, ou melhor, da construção e invenção de mundos, de diversas e distintas realidades que coexistem. Construção que é, fundamentalmente, coletiva e partilhada. Desse modo, não somos seres passivos ante um mundo pré-dado e estático, no qual devemos nos adequar ou adaptar. Esse pressuposto nos leva a assumir um posicionamento ético-político, em que reconhecemos nossa responsabilidade com a construção e feitura coletiva de mundos, pois “[...] a produção de conhecimento como prática conectada à vida, guiada pela possibilidade do devir e pela potência da diferença” (FONSECA; NASCIMENTO; MARASCHIN, 2012, p. 10), nos guia nesta escrita, produzindo desvios e análises dos lugares que criamos e ocupamos na vida.

Embora, sustentamos essa aposta ética, por vezes, seja em nossas práticas de pesquisa ou em nossas relações com a vida e com os outros, receamos em nos relacionar com o mundo. Evitamos nos sujar de mundo, pois tais encontros, com o mundo, com sua imprevisibilidade e pluralidade de modos de vida existentes, nos deslocam de nossos conhecidos e confortáveis lugares. Encontros que tornam problemas nossas certezas elementares, às vezes, naturalizadas e concebidas como verdades absolutas. É possível apenas avizinhar-se ao mundo? Visá-lo em uma atitude contemplativa, mantendo-se distanciado do que nele se passa, sem nos

implicarmos e nos reconhecemos em sua construção coletiva? Acreditamos que não. Abrir-se à imprevisibilidade da vida, conectar-se aos processos em curso e perceber não apenas as formas estáveis, mas também os movimentos da vida, em curso, não finalizados. Exercitar um encontro com a vida pela aprendizagem de uma sensibilidade que nos possibilite um maior grau de abertura para com os mundos - tanto aqueles conhecidos, como aqueles que estão em composição, que nos causam estranhamentos e desestabilizações. Sensibilidade que não se encontra atrelada a certo “dom natural” ou capacidade inata, presente em determinados sujeitos dotados de uma competência empática, mas sensibilidade que emerge devido às afetações e aprendizagens de um corpo que aprende a ser afetado nos encontros que compõe, “[...], ou seja, <<efectuado>>, movido, posto em movimento por outras entidades, humanas e ou não humanas. Quem não se envolve nesta aprendizagem fica insensível, mudo, morto” (LATOIR, 2008, p. 39). Aprender e criar um corpo sensível que se deixe abalar em suas certezas; corpo poroso e aberto para a passagem de afetos e novas percepções, diferentes das costumeiras, geralmente, contaminadas por pequenos discursos que apequenam a vida.

Michel Foucault (2010), no prefácio que escreveu para o livro *Anti-Édipo*, obra de Gilles Deleuze e Félix Guattari, nos fornece pistas importante para não sermos tiranizados pelos fascismos que incidem sobre nossas vidas, desde aqueles, que são facilmente reconhecidos até os quase imperceptíveis – microfacismos – que impregnam o cotidiano e intoxicam nossas existências. Foucault nos alerta: “Não caiam apaixonados pelo poder” (2010, p. 106), e, também nos aconselha quando interpela perguntando em como podemos agenciar modos de vida não fascistas, mesmo quando acreditamos estar militando em favor da vida; em como desvencilhar nossos corpos, ações e práticas dos fascismos; e em como combater e abandonar os próprios fascismos que nos habitam. Como possível resposta, o autor afirmar que é preciso criar uma arte de viver que se posicione contrária a qualquer forma de fascismo e atitude reativa, nos apontando para uma ética que reinvente nossas relações.

Relações que percebemos saturadas de intolerâncias binarismos e fragmentações, pois temos de certa forma, em algumas circunstâncias, inviabilizado condições que propiciem o diálogo em que o outro não seja silenciado ou tamponado por nossos discursos pretensiosamente científicos e acadêmicos, ou por nossos dogmas e certezas. Deparamo-nos, com frequência, com nossos corpos amedrontados, temerosos quanto ao encontro com o que difere. Quando as relações são atravessadas por alguma conflitiva, nos encontramos, com

considerável regularidade, imiscuídos e tomados por processos de judicialização da vida, nos quais os sujeitos, para a resolução de seus conflitos e problemáticas - familiares, trabalhistas, comerciais - demandam de intervenções do campo jurídico. As relações são pautadas por normas de controle e punição, tudo passa a ser resolvido segundo as prerrogativas da lei (CANAL; TAVARES, 2014). Segundo a crença na judicialização da vida, a lei e sua correta aplicabilidade garantiam o justo e o correto, salvaguardando vítimas e castigando algozes. Sendo assim, a judicialização da vida nos atravessa, produzindo subjetividades engajadas em práticas punitivas e de julgamento, que nos fazem crer que a aplicação fidedigna da “lei” proverá a justiça almejada. Essa premissa atravessa a todas e todos, sobretudo nos trabalhadoras e trabalhadores das políticas públicas.

Como um dos efeitos da judicialização da vida, a “lei” e a jurisprudência se tornam o parâmetro de organização e gestão da vida, em sua integralidade (NASCIMENTO, 2014). Além do processo de judicialização da vida, aos nos atentarmos às forças que se encontram em tensionamento em nosso cenário político-econômico-social, nos deparamos com outros processos que, historicamente são vetores na produção de subjetividades, mas que, no contemporâneo, adquirem contornos peculiares e atualizam, em determinadas situações, sobretudo aquelas em que somos demandados pelo Estado e suas políticas a emitir pareceres e relatórios técnicos acerca de usuários e usuárias que acompanhamos nos equipamentos públicos socioassistenciais, de saúde ou educação. Em muitos casos, o saber técnico que comparece nos documentos atualizam microfacismos, em nos naturalizados, como por exemplo, a criminalização e a culpabilização das famílias pobres que comparecem na letra dos laudos e relatórios, arrogamo-nos o direito de falar pelo outro. Decisões, no campo jurídico e assistencial, são tomadas sobre famílias e crianças. Ocorrências essas que acompanhamos em nossos espaços de trabalho e pesquisas, produtoras de intensos sofrimento para todos e todas envolvidos.

Acrescido a isso, recentemente, temos nos deparado, em uma diversidade de espaços, com “clamores por ditaduras”, pelo retorno a:

[...] um estado de exceção, um modo de governar baseado principalmente na força das armas, no cerceamento das liberdades individuais e coletivas, no assujeitamento sustentado pela ameaça constante de interrupção da vida justificada pelos supostos “interesses maiores da nação” (OLIVEIRA; HECKERT, 2013, p. 154).

Não é incomum, presenciarmos situações como conversas informais entre amigos, nos diálogos nas filas dos bancos e de outros serviços – sobretudo os públicos -, nas mesas de

bares e restaurantes, nos momentos de lazer acalorados por discussões inflamadas, dado discurso comum: caso a nação passe a ser governada por determinado grupo político-partidário a problemática da corrupção – percebida pela maioria da população como grande mal que afeta e corrói as estruturas políticas do país – cessaria, ou seja, os corruptos seriam julgados, condenados e punidos e, como consequência, homens moralmente corretos estariam liderando e governando o país, colocando-o em direção ao tão sonhado modelo de desenvolvimento econômico, apregoadado e defendido pelas políticas neoliberais que esfacelam e enfraquecem a dimensão pública de deliberação e construção de uma vida coletiva e comum, que abarque os diversos atores e atoras na construção de um modo de viver aberto à acolher a diversidade dos modos de vida.

Concomitante a esses anseios, encontramos pequenas formas ditatoriais de se estar com o outro, que presentificam-se em nossas práticas e ações, disseminando-se no cotidiano e em nossas existências coletivas. Contaminando, como um patógeno, nossas relações, fazendo-nos ditar verdades e impor normas de conduta ao outro.

Sobre nossos procedimentos técnicos, enquanto peritos conhecedores dos meandros da subjetividade humana, quando dizemos ao o que é melhor e mais viável a ele ou ele, Maturana (1997) aponta o fracasso e o sofrimento causados por essa atitude, dizendo ser “[...] ser um fracasso da crença de que alguém pode dizer ao outro o que é bom ao outro... sem gerar sofrimento. Então é um fracasso das tiranias de qualquer lado”. Tiranias do querer bem que anulam a singularidade de uma vida, em seu legítimo querer.

Sendo assim, ressaltamos a necessidade de ousar desviar-se dos caminhos habitualmente percorridos e das resoluções comumente tomadas por hábito, pois assim podemos, em um ato de coragem, promover pequenas rupturas nas práticas e discursos mortificadores, que insistem em permanecer e estabelecer-se como verdades totalizantes, que objetivam capturar a vida em modelos estanques. Buscar construir alianças que possibilitem a composição de mundos potentes e preñes em encontros solidários, em que haja o exercício de acolhimento e do cuidado.

Atrever-se a tocar o mundo de outros modos e, ao mesmo tempo, ser por ele tocado e modificado. Desejar sentir-se outro, saber-se outro e viver-se outro em nossas relações, abrindo-nos para acolher as diferenças e intensidades da vida. Entrar em dissemelhança consigo mesmo e estranhar-se, não para denegar ou repelir o processo em curso, mas para

cuidar e acolher do que está emergindo. Perceber-se em processos e experimentações na/com a vida. Mundos se descortinam aos nossos olhos que, afetados, veem a variedade de cores e sabores que compõe o mundo. Experimentar os diversos verbos da vida; conjugar a vida e variá-la em seus modos de efetuar-se; redescobrir e entrar em contato com uma diversidade de modos de vida. Sentir a poesia do mundo, ser embalado e despertado por sua música, eis um caminho – não o caminho – que pode se desdobrar em muitas outras rotas.

Incitados e implicados na produção de mundos outros que acolham os modos de vida dissidentes e contra hegemônicos, buscamos nos aliançar, neste prólogo e em nossa pesquisa, ao pensamento/vida do filósofo Gilles Deleuze (2010), quando ele afirma que precisamos acreditar no mundo. Segundo o autor, vivemos em uma sociedade de controle a céu aberto, em que o homem não se encontra mais, exclusivamente, confinado em espaços fechados de disciplina e controle da conduta e dos corpos. Hoje, temos um controle que se espalhou por todo o tecido social, produzindo um homem que se encontra em constante dívida, capturado pela lógica do consumo desenfreado. Consumo de tecnologias, produtos materiais e imateriais, bem como pelo produtivismo intelectual que impele o homem às formações intermináveis que não tem como efeito processos de singularização, mas sim uniformização. Homem que, para Deleuze, encontra-se destituído e despossuído do mundo -seja pelo sistema econômico vigente, que intermedia a quase totalidade das relações humanas, como por uma certa modalidade de fazer ciência, neutra e objetiva, que, em suas epistemologias, defende a prerrogativa dualista sujeito-objeto/homem-mundo, como duas categorias separadas e estanques.

Diante disso, necessitamos tomar uma decisão ímpar: rendemo-nos aos discursos fatalistas e derrotistas ou criamos e nos vinculamos às resistências existentes. Aposar-se do mundo, convite feito por Deleuze e, por nós recolocado, comparece enquanto desejo coletivo de engendrar-se na produção de mundos outros, sem nos afeiçoarmos pela vontade de dominação e controle. Isso requer de nós, um constante exercício avaliativo-reflexivo de nossas práticas, pois a vontade de dominar e controlar também quer estabelecer-se, não sendo exclusiva de um sujeito.

Acreditar no mundo, nos possibilita provocar e ser provocado por acontecimentos, mesmo que esses sejam quase imperceptíveis. Acontecimentos que não se deixam absorver pelas estratégias de controle e cerceamento da vida, mas que concebam outros modos de ser e

estar no mundo. Subjetividades insurgentes e em permanente devir: efeitos possíveis quando nos apossamos do mundo e nos implicamos em seus processos.

É com essa crença no mundo e na vida, que adentramos o campo de pesquisa-intervenção, deixando-nos afetar e deslocar por esse encontro. Providos de indagações e questões relacionadas aos processos de reinserção/reintegração familiar nos Serviços de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes, no município de Vitória-ES, interessamo-nos em estudar, a partir da entrada em campo, em como os profissionais - assistentes sociais e psicólogos – compunham e teciam redes de cuidado e afeto em tais processos, percebendo que suas práticas e ações dizem da dimensão criativa e inventiva da vida. Maturana e Varela (2001), ao discorrer sobre os processos cognitivos e os atos de conhecimento, afirmam uma máxima “todo conhecer é fazer e todo fazer é conhecer” (p. 31), entendemos com os autores que nossos atos e fazeres criam mundos. Toda ação torna-se, portanto, ato produtor de conhecimento, situado e localizado historicamente. Os saberes não se cristalizam em dogmas, mas emergem a partir do chamamento da própria vida, quando essa nos interpela a criar em cada situação.

Para nos auxiliar a acompanhar a composição de redes, por parte dos atores e atoras, recorreremos à teoria ator-rede (ANT), do antropólogo da ciência, Bruno Latour (2012), propositalmente na escrita da dissertação, utilizamos a sigla na língua inglesa ANT, pois ao realizar a tradução do termo, obtemos, em português, a palavra formiga. Como formigas que em seu labor e vivência societária em sua colônia traçam caminhos, percursos de encontros e desencontros, redes que conectam, fazem e se desfazem, ao sabor de suas necessidades de vivência coletiva.

Latour, ainda, utiliza a expressão *actante*, para designar aquele ou aquela que faz e age e, assim, produz efeitos e redes, podendo tanto ser humanos como não humanos. É imprescindível que o pesquisador acompanhe as trajetórias, vestígios, vínculos e ações dos *actantes*, aquilo que em regra não comparece nas pesquisas por serem vistos como “restos” indesejáveis, não se encontrando a priori no campo, à espera do pesquisador com sua chave teórica, mas acontecem no e com o campo (TSALLIS; RIZO, 2010). Entendemos que a ANT nos ajuda a acompanhar a produção de rede nos processos de reinserção familiar.

Na abordagem metodológica da ANT, Tsallis e Rizo (2010), generosamente, nos conferem pistas para acompanhar o percurso de uma formiga, dos *actantes*:

Identificar os *actantes*; mapear os vínculos existentes entre eles, definir o coletivo; acompanhar os vínculos em ação, cenarizar; submeter os passos anteriores aos testes de torção disponíveis no laboratório/texto; construir uma “boa descrição” de todo esse processo; finalmente deixar essa descrição se articular ao mundo e produzir efeitos (p. 231).

Vínculos, coletivos, e descrições refinadas, abertas ao inesperado, pois colhidas e descritas por um corpo que se torna “[...] um empreendimento progressivo que produz simultaneamente um meio sensorial e um mundo sensível” (LATOUR, 2007, p. 40).

Convocamos autores e autoras que se apresentam no trabalho como intercessoras e intercessores, por nos auxiliarem no exercício do pensamento que, muito mais do que responder aos problemas postos e dados, nos ajudam a formular e colocar novas perguntas e problemas, a estranhar o que é tido com óbvio, ao que se naturalizou. Caminhamos, então, acompanhados por Maturana e Varela, Bruno Latour, Vinciane Despret, Virgínia Kastrup, Márcia Moraes, Deleuze, Mia Couto e outros e outras. Também convocamos e convidamos para a composição da dissertação, em uma escrita conjunta e partilhada, aqueles e aquelas que participaram de nossa pesquisa: as trabalhadoras e os trabalhadores que atuam nas Políticas Públicas de Assistência Social, em especial, nos Serviços de Acolhimento Institucional, bem como as crianças, adolescentes e suas famílias em processo de reintegração/reinserção familiar. Pensadores e sujeitos que nos incitam a criar com eles, dispositivos de pesquisa interessantes e pertinentes a todos, na medida em que se constroem e desconstroem nos encontros, abdicando de qualquer tentativa de domínio e imposição.

Intencionamos efetivar uma prática de pesquisa que aposte nos processos inventivos da vida, dado que “Conceber o conhecimento como invenção tem consequências diretas em nosso entendimento acerca da pesquisa e do próprio conhecimento científico” (KASTRUP, 2012, p. 142). Pesquisa-inter(in)venção é o que, ousadamente, nos propomos, sem a pretensão de estabelecer uma verdade acerca da invenção ou instaurar um aparato teórico que erigisse regras e, assim, determinasse o caráter inventivo ou não de uma pesquisa. Trata-se mais de um exercício, ao acompanhar processos, do que um imperativo a ser seguido.

Após ler esses parágrafos, o leitor ou a leitora, pode se questionar como um texto que apresenta, em suas primeiras páginas, o desafio de compor mundos possíveis, trazer, em sua introdução, um cenário contemporâneo que, em uma primeira visada, parece nos inundar de descrenças, desconfianças e nihilismos. Não é nosso intento provocar tristezas, impotências ou a sensação de que, frente a isso, pouco ou nada se pode fazer. Ao contrário, o que buscamos, modestamente, foi a

[...] exploração do terreno de constituição histórica de sujeitos, de como chegamos a ser o que somos, ou seja, uma ontologia histórica das subjetivações, de uma análise não linear que aborde a emergência de práticas e a construção de discursos, a discussão das questões políticas que os engendraram e que possam ser confrontadas com o que ocorre na atualidade (LOBO, 2012, p. 16).

Em virtude disso, entendemos que esse cenário complexo não comparece, para nós, enquanto um dado imutável, mas passível de problematizações e indagações, que nos acompanha na tessitura da pesquisa, tal como: ante ao que nos constitui e atravessa, como produzir saberes e efetivar práticas de cuidado que se comprometem com a expansão e potencialização da vida? Pois, “problematizar é bifurcar, criar caminhos divergentes, ao passo que solucionar problemas é ser capaz de viabilizar novas formas de existência” (KASTRUP, p.137). Criar passagens ao colocar perguntas, onde o evidente impera.

A partir disso, pensamos então, em modos de pesquisar e intervir que se construam nas relações com o outro, pois “[...] o que viemos afirmando politicamente, é que pesquisar e também cultivar a disponibilidade de caminhar com o outro, este que compartilha com o pesquisador, seus saberes, as suas dores, os seus contentamentos e afetações” (FRANCISCO, 2015, p. 48). Buscamos nos distanciar das práticas que, embasadas em segregacionismos e saberes higienistas, anseiam normatizar condutas.

Nas páginas que se seguem, apresentaremos um pouco da história de constituição das políticas públicas para crianças e adolescentes e suas famílias consideradas, devido sua condição de pobreza, como incapazes de exercer cuidado, necessitando, portanto, da tutela e intervenção do Estado. Pretendemos, com essa exposição, analisar o processo de constituição das mesmas, atentando-nos às mutações e transformações ocorridas.

Logo após, explicaremos, com mais riqueza de elementos e detalhes, nosso aporte teórico-metodológico, e como se foi dando a construção do dispositivo de pesquisa; bem como o percurso vivenciado com/no campo, como esse interferiu na construção/desconstrução do problema de pesquisa.

Em seguida, apresentarei meu processo formativo, que acreditamos dizer das condições de feitura do corpo-pesquisador. Após esses capítulos iniciais, daremos início aos nossos relatos das vivências no campo de pesquisa, coletados e anotados em diário de campo. Trabalharemos com cenarizações, recorte de cenas-acontecimentos dos processos de reinserção/reintegração familiar, com essas pretendemos dar visibilidade à rede que se tece – que sustentemos enquanto aposta como rede de cuidados e afetos - nos processos de

reintegração familiar, colocando em análise nossas implicações. É importante frisar que devido ao nosso tempo de permanência em campo, a maioria dos processos já estava em curso, por isso tive acesso aos prontuários e relatos da equipe técnica, acompanhando algumas situações pontuais que compõe o processo, desde aparente início ao seu término, que são se dá em uma audiência de reinserção, mas prolonga-se no acompanhamento feito pela equipe técnica do acolhimento, por um período de seis meses há um ano, junto à família. Dessa forma, optei por cenarizações, por elas poderem trazer, momentos do processo, que envolvem o primeiro contato e as visitas familiares para entendimento, por parte da equipe técnica dos motivos que levaram a perda dos filhos por parte das famílias, as propostas de intervenções e até mesmo quando uma reinserção se efetiva e posteriormente, às visitas de acompanhamento, que durante várias experiências vivenciadas, compareceram no texto como cenarizações da reintegração familiar, processo complexo, não só por encontrar-se inserido na política de alta complexidade da Assistência Social, mas complexo segundo o que nos apresenta Rocha e Aguiar (2003), ao discutir o sentido da palavra complexidade:

O sentido que damos à palavra complexidade não está ligado a confuso, complicado ou ao que envolve muitos elementos ou partes intrincadas, mas o utilizado por Morin (1980), em que a complexidade é um outro modo de organização de nossas ideias, um modo capaz de religar os conhecimentos fragmentados em especializações na era moderna. Um pensamento complexo ou uma análise da complexidade seria, então, capaz de articular o local, o singular (microsocial), com as representações e formas instituídas em um contexto mais amplo (macrosocial), favorecendo as análises das implicações sócio-históricopolíticas pelo coletivo. A mudança das práticas teria consequências existenciais, éticas, solidarizando os homens, redefinindo a própria noção de cidadania, que abandona o estatuto da ordem legal para o exercício crítico da ação (p. 65).

Dessa forma, em nossa pesquisa, digo nossa, pois este trabalho não é exclusivo de um autor adotamos essa noção de complexidade, pois aqui, falam e reverberam muitas e distintas vozes, construiu-se nas relações que nos dispomos a compor. Após a leitura deste prólogo, fazemos o convite a você, leitora ou leitor, a ler as páginas que se seguem!

2. AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A PROTEÇÃO DE ALTA COMPLEXIDADE PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RISCO

Após o período de redemocratização, nos anos 80, que pôs fim a ditadura militar no Brasil, vivenciamos anos de intensas e calorosas lutas por melhorias nas condições de vida das brasileiras e dos brasileiros através da promulgação de leis relacionadas ao âmbito da garantia de direitos e o acesso à serviços e programas que atenuassem às gritantes desigualdades sociais existentes nos países. Enfrentamentos que se materializaram em políticas públicas nos campos da Saúde, Previdência e Assistência Social, Educação, dentre outras.

Consideramos, conforme apontado por Tavares (2014), que se torna imprescindível pensar a historicidade dos movimentos e das lutas sociais, pois na constituição desses atos reivindicatórios, encontramos diversas vozes e forças em luta pela concretização de Políticas Públicas. Sendo assim, podemos considerar que os direitos sociais existentes são decorrentes de embates e enfrentamentos engendrados, principalmente, por movimentos sociais. Não pretendemos desqualificar ou dirimir as Políticas Públicas – mormente a política pública da assistência social - enquanto campo de lutas que viabilizou o ineditismo de certas políticas na história do país. No entanto, não podemos crer que a promulgação de uma lei ou normativa porá fim ao jogo de forças mantido pelo confronto entre os interesses da minoria elitista e das camadas pauperizadas, privadas de condições mínimas para viverem.

Percebemos, em nossas vivências diárias, com insistência a existência de um ideário de que caso ocorra a instauração do estado de bem-estar social – aos moldes dos países capitalistas desenvolvidos - provido de uma justiça universal e igualitária, todas as disparidades e desigualdade sociais seriam sanadas ou minoradas. Ao contrário, o que percebemos é a existência de uma série de episódios, ininterruptos e repetidos, de violações e negligências perpetradas, quando não autorizadas, pelo dito estado de bem-estar social. Desse modo, tornar-se imprescindível pensar quais as decorrências das políticas públicas nos processos de subjetivação, quais olhares e práticas instituem-se em nós, ao mesmo tempo em que, instituem realidades (TAVARES, 2014) e modos de ser e estar na vida.

Busca-se questionar o que as mesmas têm produzido no contemporâneo e quais são as forças em jogo, para que nossas ações e intervenções possam se afirmar como práticas libertárias e potencializadoras da vida, desviando-nos de qualquer missão salvacionista ou da

descrença e do ressentimento que envenenam nossas vidas. Prudência necessária para que não nos tornemos executores mecanizados e automatizados de legislações e normas, técnicos e técnicas que acreditam na eficácia da aplicabilidade das leis e normas, como se a execução dessas, bastassem por si próprias, sem nos indagarmos sobre nossa responsabilidade ética na constituição do mundo.

Todavia, não desconsideramos que as políticas públicas no contexto neoliberal, em especial as de Assistência Social, podem se alinhar a práticas de governo, controle e gestão da miséria (OLIVEIRA; HECKERT, 2013), promovendo apenas o mínimo para a subsistência da população e não atuando no combate direto e incisivo a determinada organização social, responsável pela manutenção do *status quo*. Para pensarmos em outros modos de cuidado e atenção na Assistência Social, tornar-se importante trazermos discussões concernentes às formas de dominação e gerência das vidas que, no entender do Estado, necessitam de tutela e amparo, para bem administrarem a si mesmas, enquadrando-se no ideal de normalidade estabelecido. As estratégias de controle devem ser compreendidas como produções sociais, datadas historicamente, com finalidades e objetivos demarcados.

Com a promulgação da constituição de 1988 – constituição cidadã – a Assistência Social, juntamente com a Saúde e a Previdência Social, passa a ser um dos pilares da Seguridade Social, sendo regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS –, em dezembro de 1993, como Política Social Pública, criando, a partir de então, um novo paradigma no qual a assistência social passa a ser um direito do cidadão e dever do Estado. Na LOAS, a assistência social comparece como política de seguridade social não contributiva, cujo objetivo é prover os mínimos sociais para a população que vivencia processos de exclusão². Compromete-se, dessa maneira, por meio de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade civil, como garantidora de direitos e acesso à benefícios de transferência de renda para aqueles e aquelas que dela necessitam (BRASIL, 1993).

A operacionalização da LOAS dá-se por meio de definições e princípios que se encontram especificados na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), em vigor desde 2004. A PNAS nomeia, em suas diretrizes, o público para o qual se destina as Políticas Públicas de Assistência Social, sendo o seu destinatário os cidadãos ou grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade e/ou risco social, como exemplo: famílias e indivíduos com vínculos afetivos fragilizados ou rompidos; em desvantagem pessoal devido a

² Ou como preferirmos pensar, inclusão perversa, pois sempre se está incluído na maquinaria social.

alguma deficiência, em situação de exclusão ou pobreza; com precária inserção no mercado de trabalho ou identidades estigmatizadas, seja em termos étnicos, cultural ou sexual (BRASIL, 2004).

Os programas sociais especificados nas diretrizes na PNAS, bem como os objetivos da política centralizam-se no fortalecimento e na reconstrução dos vínculos familiares e comunitários, com a finalidade de prevenir e eliminar situações que produzem risco e vulnerabilidade social.

A PNAS explicita também, a organização e gestão dos serviços da Assistência Social, dividindo-os em Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade. A Proteção Social Básica tem como objetivo prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de habilidades e potencialidades individuais e coletivas e, para esse fim, atua em favor do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. A proteção Social Especial de Média Complexidade tem como objetivo acompanhar e monitorar famílias e indivíduos com direitos violados e que ainda tem preservados os vínculos familiares e comunitários. Já os serviços que garantem proteção integral para famílias e indivíduos que, além de terem seus direitos violados, encontram-se em situação de ameaça ou risco de vida e, por isso, necessitam ser afastados temporariamente de seu meio familiar e/ou comunitário, são atendidos pelos equipamentos e programas da Proteção Social de Especial de Alta Complexidade, que compreende os abrigos, casas de passagem, instituições de acolhimento, dentro outros.

Essa breve apresentação da LOAS e da PNAS auxilia-nos na localização e compreensão da constituição das Políticas Públicas que dão origem a nosso campo de análise e pesquisa – Os processos de Reintegração Familiar – uma vez que o mesmo está localizado na Proteção Especial de Alta Complexidade, sendo regido e norteado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA³ – (BRASIL, 1990) e pelo Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária – PLANO NACIONAL (BRASIL, 2006).

Prosseguimos, então, na discussão destes marcos legais, acentuando nossas problematizações no que tange às normas relacionadas aos Processos de Reinserção familiar.

³ Optamos pela substituição da sigla ECA por ECA, em relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente, uma vez que à primeira foi atribuído sentido pejorativo.

3. MARCOS LEGAIS: ECRIAD E O PLANO NACIONAL DE PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DO DIREITO DE CRIANÇAS E DE ADOLESCENTES À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA

Os serviços de Acolhimento Institucional, segundo o que estabelece o ECRIAD (BRASIL, 1990) e as Orientações Técnicas (BRASIL, 2009), caracterizam-se como uma medida protetiva excepcional e provisória, empregada quando a integridade e os direitos da criança e do adolescente encontram-se ameaçados ou violados. Trata-se, portanto, de uma ação de cunho protetivo-emergencial com a finalidade de proteger a criança e adolescente de situações que envolvam risco à sua integridade.

No ECRIAD e nas Orientações Técnicas encontramos normatizações que regem o funcionamento dos serviços de acolhimento, atribuindo-lhes deveres e responsabilidades. Dentre suas funções e obrigações, destaca-se a reconstituição preservação dos vínculos familiares – que se encontram rompidos e/ou fragilizados -, comunitários e a promoção da reintegração familiar (Art. 92, BRASIL, 1990). Dessa maneira, quando uma criança ou adolescente são acolhidos, tornar-se trabalho da equipe técnica – geralmente composta por profissionais da psicologia, serviço social e pedagogia – realizar intervenções que abreviem o tempo de permanência no serviço de acolhimento, não podendo ultrapassar seis meses, ressaltando-se algumas especificidades.

Os investimentos prioritários são focados na família de origem, e somente quando esgotadas todos os recursos, tais como o acompanhamento e aconselhamentos com as famílias, encaminhamentos para outros equipamentos da Assistência Social, ações intersetoriais com outras políticas públicas, como saúde, educação, habitação e intervenções conjuntas com o Judiciário, para a reintegração no núcleo familiar originário, recorre-se à família extensa, tios, avós, ou qualquer outro que possua vínculo afetivo com a criança ou adolescente. O último recurso seria o encaminhamento para adoção. As decisões devem respeitar o que se denomina como “o melhor interesse da criança”.

Considerando as intervenções pautadas no princípio do “melhor interesse da criança”, concordamos com Nascimento (2014), quando critica ações que são unicamente pautadas por esse princípio e que, em alguns casos, legitimam práticas coercitivas e de desqualificação e moralização das famílias pobres, posto que as crianças e adolescente acolhidos, na quase totalidade dos casos, são oriundos de famílias pobres. Bem-intencionados, ao querermos fazer

valer a proteção da criança, podemos, por vezes, atualizar práticas discursivas “[...] infantilizadoras, que promovem a dependência, o controle, enfim a tutela” (p. 26), das famílias, crianças e adolescentes.

Assinalamos, o paradoxo presente no dito “melhor interesse da criança”, pois o ECIAD reconhece a criança e adolescente como sujeito de direitos e, em virtude disso, essas possuem certa margem de decisão no que diz respeito às suas vidas, no entanto, nas ditas situações de alta complexidade, pouco ou nenhum poder decisório possuem, sendo o “seu melhor interesse”, avaliado por um corpo técnico de especialistas, responsáveis pelas decisões, por possuírem aval técnico-científico para tal.

Tendo em vista tal reflexão, torna-se importante analisarmos a configuração histórico-social das políticas de proteção na área da infância e adolescência, com o intento de tencioná-las para que possamos, assim, desnaturalizar práticas e saberes historicamente instituídos em relação às famílias e crianças atendidas pelas Políticas de Assistência Social.

Sabemos, através de estudos históricos, que a institucionalização de crianças e adolescentes, filhos de famílias pobres, tornou-se uma prática recorrente a partir do século XX, pois os saberes médicos, psicológicos e pedagógicos produziam discursos que afirmavam a incapacidade inata das famílias pobres em cuidar e educar seus filhos e filhas, pois não detinham os conhecimentos mínimos e necessários para a formação do bom e correto cidadão, incólume à vícios e degenerações de caráter. Crianças que se tornariam homens e mulheres que iriam contribuir para engrossar a massa de proletariados aptos ao trabalho, em doar-se integralmente para alcançar o desenvolvimento econômico da nação (RIZZINI, 2011).

A criança e a infância – pensadas como etapa do desenvolvimento humano - tornaram-se uma problemática para o Estado, que voltou sua atenção para esse público, elaborando, com o auxílio de cientistas e especialistas, intervenções diferenciadas: para os filhos da elite burguesa, educação de qualidade, cuidados e proteção irrevogável; para os filhos dos pobres e desvalidos, a internação em abrigos e instituições corretoras de desvios (RIZZINI, 2011). Criam-se, então, políticas públicas diferenciadas, de caráter evidentemente higienista e segregacionista.

Naquele período, obtém destaque e amparo legal, saberes psicológicos que, calcados em certo arcabouço conceitual, afirmavam a incapacidade do pobre em criar seus filhos e gerir suas vidas. Esse discurso contribuía para fortalecer modelos hegemônicos de ser família,

produziam, assim a “[...] naturalização da perda do vínculo familiar em famílias pobres” (CRUZ; HILLESHEIM; GUARESCHI, 2005, p. 46), certos estavam esses especialistas que, devido a quantidade de filhos em uma família pobre, essa se achava incapaz de criar vínculos “saudáveis e harmoniosos”.

A institucionalização de crianças e adolescente pobres é apresentada como método eficaz para sanar a questão das infâncias pobres e desvalidas, sendo gerida por uma lógica de atendimentos que possuía objetivos, tais como o controle, a normalização e a higienização da sociedade brasileira, como elucida Rizzini (2011):

Em nome da manutenção da paz social e do futuro da nação, diversas instâncias de intervenção serão firmadas, de modo a classificar cada criança e coloca-la em seu devido lugar. Será da medicina (do corpo e da alma) o papel de diagnosticar na infância possibilidades de recuperação e formas de tratamento. Caberá à justiça regulamentar a proteção (da criança e da sociedade), fazendo prevalecer à educação sobre a punição (p. 26).

Com o intuito de romper com a cultura da institucionalização e segregação arraigadas na história das políticas públicas dirigidas ao atendimento de crianças e adolescentes pobres, o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária – Plano Nacional (BRASIL, 2006) reafirma prerrogativas encontradas no ECIAD (BRASIL, 1990), como por exemplo, o direito de crianças e adolescentes terem o convívio familiar e comunitário resguardados e garantidos pela sociedade e pelo Estado. Caso ocorra o rompimento dos vínculos familiares é competência do Estado, através de suas políticas sociais, garantir condições de proteção da criança ou adolescente violado, assim como, desenvolver programas que possibilitem o resgate dos vínculos com a família de origem, ou na impossibilidade de reintegração familiar, propiciar a construção de novos vínculos, estabelecendo o acolhimento como medida temporária.

O Plano Nacional (BRASIL, 2006), coloca-se contrário à institucionalização de crianças e adolescentes pobres e questiona a culpabilização e punição de suas famílias. Afirma, em vários tópicos do texto, a importância de desconstruir e desnaturalizar determinado conceito e modelo dominante de família, que possui como parâmetro métrico e avaliativo à família nuclear patriarcal burguesa. Estabelece como uma de suas metas, o fortalecimento de políticas públicas que combatam as desigualdades e iniquidades sociais. Defende as diversidades de modos de ser e estar em família e enfatiza a importância de

considerar a função de proteção e cuidado da família em detrimento de um imaginário de família estruturada.

Conjuntamente a essas premissas, encontramos no documento referências a teorias do desenvolvimento humano, que validam a importância do núcleo familiar, nos primeiros anos de vida, para a formação “saudável” de crianças e adolescentes. Apresenta conceitos e princípios teóricos do desenvolvimento humano que reforçam o ideário de um “desenvolvimento saudável”, somente crível em condições apropriadas – ofertadas por uma família “estruturada” - para aumentar a “resiliência” dos indivíduos. Caso exista condições adequadas para o desenvolvimento, em sua vida adulta, as crianças e adolescentes, ao enfrentarem situações adversas e aversivas encontrar-se-ão preparadas e aptas para enfrentá-las. Percebe-se, na leitura e estudo do documento, uma diversidade de vozes, que ora coadunam-se e ora posicionam-se contrariamente.

Com relação à concepção de desenvolvimento humano presente no Plano Nacional, encontramos nele afirmações, por exemplo, no caso de ocorrência de alguma falha no desempenho da função familiar, em que a criança ou o adolescente apresentará dificuldades em seu desenvolvimento, portando déficits relacionais, cognitivos e afetivos. Tecemos críticas a essa noção, pois não concebemos o desenvolvimento como uma série de etapas sucessivas e estanques, imunes a diversas interferências da vida, que tanto podem potencializar ou extenuar as possibilidades de vida. Considerar que experiências “negativas” na infância necessariamente trarão consequências adversas para o organismo em outras fases de sua vida é desconsiderar os constantes processos que afetam o vivo e o fazem variar em seus modos de expressão.

Maturana e Varela (2001), criadores da teoria denominada Biologia do Conhecer, afirmam que o vivente – incluído o humano – possui a capacidade de autoprodução, de produzir a si próprio, aptidão essa denominada pelos pensadores chilenos de *autopoiese*. O vivente estabelece acoplamentos estruturais com o meio e outros seres vivo, para os autores, tais acoplamentos, próprios aos sistemas vivos, modificam a estrutura do vivente, no entanto, mantendo sua organização, crucial para a conservação da vida. Os acoplamentos são sempre mútuos, ou seja, organismo e meio sofrem constantes transformações. A partir dessas considerações, pensamos que uma experiência – seja ela considerada propícia ou adversa – não pode encerrar a possibilidade do organismo diferir e vivenciar outros processos criativos de produção de si, na medida em que se conecta com outros organismos e meios no decorrer

de seu existir. Por isso, ousamos afirmar a não estabilidade e fixidez da vida em uma forma eternizada e enclausurada em limitações.

No que se refere aos direitos à convivência comunitária, o documento estabelece a relevância das instituições e espaços sociais para o desenvolvimento da criança e do adolescente. As instituições sociais ampliam as relações das crianças e adolescentes para além do centro familiar, contribuindo, dessa forma, para a ampliação e construção de relações e vínculos afetivos outros. Quando ocorre o afastamento do convívio familiar, a criança e adolescente devem, dentro de certas condicionalidades, permanecer inserida no contexto comunitário que lhe é conhecido, pois essa inserção, segundo o Plano Nacional, contribui para a manutenção e reestruturação dos vínculos familiares. É na comunidade que se encontram redes de solidariedade entre vizinhos que podem oferecer apoio em situações de crise.

Tristão (2015) nos alerta que, embora o Plano Nacional afirme outras práticas e olhares em relação à convivência familiar, ainda se pode observar no documento a presença de “[...] um discurso determinista na forma como se vincula com leituras teóricas, produzindo sentidos opostos à constante construção, associação, fabricação de sentidos e realidades nas redes relacionais” (p. 71).

Não pretendemos estabelecer a família como único e exclusivo lugar de cuidados e proteção, nem mesmo ambicionamos colocar a comunidade em contraponto à família, determinando valores que dizem que certo espaço é “bom” e o outro é “mau” por essência. Mais do que criar critérios avaliativos, desejamos exercer o pensar, não nos saciando com as respostas prontas.

3.1 Reintegração Familiar: entre processos “malsucedidos” e a culpabilização das famílias.

Aos nos propormos estudar e pesquisar os processos de reintegração/reinserção familiar, fomos à busca de produções acadêmicas, artigos, dissertações e teses que abordassem a temática em questão. Para tanto, pesquisamos em duas plataformas: Scielo e Google Acadêmico, utilizando os seguintes termos na ferramenta de pesquisa: Reintegração Familiar, Reinserção Familiar, Processos de Reinserção Familiar, Acolhida e Institucionalização e Reinserção Familiar. Encontramos um número considerável de trabalhos e artigos científicos,

resultados de pesquisas de mestrado, em sua maioria. Após a leitura dos textos, optou-se pela escolhemos para compor com a pesquisa os trabalhos provenientes de pesquisa de campo. Hegemonicamente, tais trabalhos possuem como pilar teórico-conceitual a teoria Ecológica do Desenvolvimento Humano, do cientista russo Urie Bronfenbrenner.

Não planejamos, na dissertação, entrar em detalhes e colocar em discussão a teoria Ecológica, mas analisar alguns estudos que a utilizaram como referencial teórico-metodológico. Faz-se pertinente problematizá-las, na medida em que desejamos realizar uma pesquisa que não responda com uma única e exclusiva verdade aos problemas colocados por certas instâncias, mas que recoloque os problemas afim de criar fissuras na dureza e implacabilidade de afirmações que se pretendem únicas.

Ao estudar os fatores de risco e proteção nos processos de reintegração familiar de uma adolescente, Siqueira e Dell’Aglío (2007) afirmam que, apesar de corresponder a uma importante transição ecológica – de ambientes – a reinserção familiar de crianças e adolescentes institucionalizados tem sido pouco estudada no Brasil. Seguindo a mesma linha de pensamento e semelhante metodologia de pesquisa, Siqueira, Massignan e Dell’Aglío (2011) destacam a importância de realizar estudos e pesquisam que incluam os familiares nas entrevistas realizadas. Ambos os trabalhos, afirmam a necessidade de pesquisas nas quais as famílias compareçam e se façam presentes. Além de envolver a família, as crianças e adolescentes, Brito, Rosa e Trindade (2014) sugerem a realização de estudos que relevem a percepção dos membros, atores e atoras, da rede socioassistencial, de modo a ampliar o entendimento do “fenômeno”.

Consideramos ser importante a inserção dos diversos atores e atoras – famílias, crianças, adolescentes e profissionais da rede socioassistencial – atuantes nos processos de reintegração familiar, visto que nos propomos a uma perspectiva de pesquisa que é tecida nos encontros, acompanhamento processos e produção de realidades.

Os trabalhos supracitados confirmam o que está colocado no Plano Nacional, quando esse se refere à importância da família na estruturação de uma personalidade sadia e no desencadear de um desenvolvimento adequado para criança e adolescente. Cavalcante, Silva e Magalhães (2010) conferem suma importância ao contexto familiar como *locus* primordial do desenvolvimento humano, sendo a análise da trajetória de vida do sujeito em seu núcleo

familiar, o fator que explica a formação do indivíduo na passagem sucessiva de uma fase do desenvolvimento à outra, até a idade adulta.

No mesmo trabalho, Cavalcante, Silva e Magalhães (2010) concluem que os processos de reinserção familiar fracassados/malsucedidos ocorrem devido a condição de pobreza das famílias que, associada a outras vulnerabilidades sociais:

[...] impõe sim uma série de efeitos prejudiciais ao desenvolvimento humano, posto que, em condições adversas, pais e/ou responsáveis dispensam menos tempo e recursos pouco adequados às atividades cotidianas de seus filhos, falham ou se omitem no cumprir de funções como proteger, orientar, instruir, estimular e compartilhar (p. 1166).

Considerando as conclusões das autoras, indagamos se suas afirmações não atualizam saberes e práticas de culpabilização das famílias pobres. Pois as mesmas asseveram que as famílias se encontram incapacitadas de cuidar de seus filhos devido a sua condição de pobreza. A ausência de recursos materiais e o pouco tempo disponível para estar com os filhos são elementos apontados como causa que gera falhas no cuidado e proteção.

O último fator, por elas colocado, “pouco tempo” não poderia estar relacionado com nossos modos de vida no contemporâneo, na relação espaço-tempo estabelecida por nós, colonizada pelos ditames do capitalismo. A ausência de tempo para exercer cuidado, não estaria além da condição socioeconômica posta pelas autoras? Não nos aliançamos com tais afirmações que desconsideram o contexto socioeconômico e político de nosso país em que pais e mães trabalham, na maioria das vezes, com extensa carga horária semanal em busca de recursos financeiros para sustentar suas famílias.

Afirmar como essas corroboram a crença de que a pobreza é um impedimento para o desenvolvimento adequado e saudável das crianças e adolescentes, e contribuem para a promoção de políticas e programas sociais assentados em práticas tutelares (GUIDONI, 2011).

Indagamos: Seria a família pobre - considerando-se as transformações históricas que deformam e, por vezes, desfiguram a tão protegida estrutura familiar burguesa – a única omissa e negligente com seus filhos? A família pobre seria a única desprovida de tempo para investir em espaços de cuidado e afeto, seja pela sobrecarga de trabalho ou devido a presença de situações conflituosas que emergem na família? O que nós, estudiosos e estudiosas demandados e requeremos das famílias em nossas falas e conclusões? Perguntas para as quais não traremos e nem queremos respostas imediatistas. Elas nos percorrem, acossam a pele,

fazem a fronte latejar, nos força e constroem a pensar e questionar as situações com as quais nos encontramos nas instituições de acolhimento e demais serviços direcionados a proteção de crianças e adolescentes.

Salientamos que tampouco ambicionamos e aspiramos criar idealismos em relação à pobreza, romantizando-a e, assim, enfraquecendo-a, pois segundo Guidoni (2011),

É necessário sermos cautelosos nesse tipo de afirmação presente em trabalho de academia *psi*, pois não negamos que a pobreza gere um conjunto de dificuldades para os que vivem nela. Mas afirmar que a pobreza seja impedimento do desenvolvimento sadio do sujeito é desconsiderar a vida em sua potência presente em parte da população brasileira, composta pela camada pobre [...] (p. 50).

Desse modo, consideramos fundamental problematizarmos os efeitos de tais saberes-práticas *psi* que vem há anos apontando uma “negatividade” nas famílias pobres, especialmente em relação aos cuidados de seus filhos. Perguntamo-nos se esses estudos não reforçam os estereótipos de perigoso e bandido atribuídos historicamente no Brasil ao pobre e negro, morador de periferias e favelas, onde as políticas públicas quando chegam são precárias, onde falta saneamento básico, para o qual a Constituição Brasileira é mera falácia, pois as políticas sociais num sistema capitalista jamais terão como objetivo serem distributivas de renda, constituindo-se apenas, quando às elites convier, modo de gerenciamento da pobreza. Perguntamo-nos, ainda, se esses estudos almejam contribuir para a transformação da realidade social brasileira, em que a maior parcela da população é pobre.

Além disto, ponderamos ser importante trazer à baila, quando discutimos perdas ou fragilidades de vínculos familiares, no contexto das instituições de acolhimento e das medidas protetivas, o processo de naturalização da perda do vínculo entre famílias e crianças/adolescentes, apontados por Ayres (2002), quando discute a necessidade de desconstruirmos a relação pobreza-abandono-perda do vínculo familiar, convocando-nos a:

[...] potencializar um outro olhar. Se existe abandono, não se trata de crianças e adolescentes abandonadas por seus pais, mas de famílias e populações abandonadas pelo seu país, pelas políticas públicas e pela prática tecnicista da maioria dos especialistas da área da infância e juventude. Consonante tal perspectiva, o vínculo familiar é atravessado por uma dimensão ético-política, na medida em que sua manutenção ou ruptura são sustentadas no cotidiano das macro e micropolíticas. Essa dimensão, entretanto, é relativizada pela maioria dos profissionais envolvidos com as questões sociais do segmento infanto-juvenil, pauperizadas com base no discurso de neutralidade e cientificidade (p. 118).

Trazemos, com afago e cautela, na pesquisa e nas idas ao campo de pesquisa-intervenção, tais reflexões, que nos prestaram valioso auxílio na escolha de nosso referencial metodológico e no delineamento da problemática de pesquisa.

4. A FORMAÇÃO SE PROCESSA NOS ENCONTROS

4.1. “Porque você decidiu pesquisar isso?!”

“Por que você decidiu pesquisar isso?!”.

Uma pergunta que me foi feita, nos primeiros dias de pesquisa em campo, por uma trabalhadora do serviço de acolhimento e por uma criança acolhida, quando conversávamos sobre a proposta da pesquisa, apresentando-a e partilhando nossas inquietações e interrogações. Trago-a aqui, como título deste capítulo, pois ela me auxilia a apresentar e contar um pouco sobre meu processo formativo na Psicologia, os encontros que tive na graduação e a evidenciar as condições de feitura de pesquisador-aluno-aprendiz.

Quando nos propomos a pesquisar os processos de subjetivação em curso no *socius* – segundo um paradigma ético-estético-político⁴ – uma série de questionamentos e indagações se fazem presentes e atuantes em nossos corpos, convocando-nos, a todo o momento, ao exercício do pensamento. Durante o percurso da pesquisa, somos interpelados por perguntas que, em sua potência de problematizar certos modos hegemônicos de produção de conhecimento, nos remetem à análise das implicações com a pesquisa em curso.

O conceito de subjetividade que aqui utilizamos não se refere a uma dada concepção de subjetividade entendida como essência inata e imutável, como uma propriedade exclusiva de um indivíduo, ou como expressão do funcionamento de uma aparelhagem psíquica intimista. A subjetividade é compreendida como modos de ser e estar na vida, que rompem com qualquer concepção paradigmática que vise estabelecer uma noção de interioridade essencialista. Subjetividades são produzidas por atravessamentos de diversas ordens: políticos, familiares, econômicos, históricos e outros. Por isso, trabalhamos com o conceito “processos de subjetivação”.

Foram e são diversas as perguntas que nos acompanharam no processo de pesquisa e na escrita da dissertação de mestrado; ora de modo suave e alegre, ora de modo seco e

⁴ Conforme apresentado por Félix Guattari (2012), o paradigma ético-estético-político comporta três dimensões: uma ética, que nos remete ao constante exercício do pensamento, em que avaliamos, permanentemente, se as situações e encontros são ou não potencializadores da vida; uma dimensão estética, que nos permite compreender a vida e seus processos como criativos e instituintes de novos modos de vida; e, outra política, na qual nos responsabilizamos pelos efeitos produzidos por nossas intervenções, sejam essas coletivas ou individuais.

cortante. Múltiplos e intensos são os afetos e as sensações experimentadas no pesquisar. Diversos são os acontecimentos que, por sua imprevisibilidade e possibilidade de irrupção do novo, nos demovem de certos lugares e nos provocam a rever nossos posicionamentos, desviando-nos das respostas automáticas e dos hábitos arraigados. A vida e seus processos nos mobilizam e convocam a criar outros modos de se estar com o outro. Nesse campo relacional-inventivo, presente no pesquisar e em nossas vivências, adotamos certa atitude que nos permite afirmar que nos constituímos com o outro, no encontro e embate dos corpos que, mutuamente se afetam e, por isso, vivenciam processos de diferenciação e coprodução de si e de mundos. Corpos “[...] prenes de potências de outros modos de fazer ver, para além do empírico, para além do corpo orgânico, para além do tempo cronológico, que apenas assinala posições notáveis no curso dos acontecimentos” (FONSECA; NASCIMENTO; MARASCHIN, 2012, p. 9).

Nesse sentido, recorreremos ao conceito-ferramenta, criado pelo movimento da Análise Institucional, denominado Análise de Implicações. Tal ferramental conceitual, no uso que dela pretendemos fazer, nos possibilita:

[...] articular lacunas, perceber relações, questionar a homogeneidade, a coerência, a naturalidade dos objetos, dos sujeitos, dos saberes e da própria pesquisa. Colocar em análise as implicações permite, portanto, perceber as multiplicidades, as diferenças, a potência dos encontros, sempre coletivos e a produção histórica desses mesmos objetos, sujeitos e saberes (COIMBRA; NASCIMENTO, 2012, p. 131).

Ao colocarmos em análise nossas implicações, podemos, em cada situação e intervenção específica, problematizar nossas relações de classe, assim como o lugar que ocupamos na divisão social do trabalho, o modo como estamos imbricados nas relações de poder-saber, o tempo que investimos no cuidado e atenção às nossas apostas ético-políticas e às diversas instituições que nos atravessam. Ferramenta conceitual de considerável relevância, uma vez que, ao assinalar e colocar em análise as várias instituições que nos produzem e, que, também produzimos com nossas práticas, nos possibilita pensar modos inventivos de sermos pesquisadores e trabalhadores (COIMBRA, 2005).

Conforme apontado por Lourau (1993), a análise das implicações, dos lugares que ocupamos no mundo e na vida, não se constitui em tarefa simples e fácil, sendo uma atitude, como o próprio autor denomina “dolorosa”, já que elucida e põe em análise elementos que, geralmente, são ocultados ou não são colocados em discussão em uma perspectiva positivista de pesquisa. Embora assim seja, ressaltamos que é crucial a análise de implicações, pelos deslocamentos e efeitos operados por ela, “[...] visto que seu caráter instituinte e

revolucionário possibilita analisar as diferentes forças presentes em qualquer prática que, de um modo geral, produz ações que enquadram, controlam, avaliam, rotulam, validam e invalidam em nome da ciência” (COIMBRA, NASCIMENTO, 2012, p. 131).

Para não cairmos no engodo de produzir, na escrita do texto, relatos pessoais e biográficos de uma histórica individual e íntima, utilizamos, então, a análise de implicações por ela permitir elucidar e problematizar as diversas forças e histórias que nos atravessam; aquilo que nos passa bruta e delicadamente nos acontecimentos de nosso (re)existir.

Começamos, então, não a história de um sujeito, mas a contar histórias que envolvem afetações, mobilizações, formação, encontros e vidas...

Minha entrada no curso de Psicologia foi acompanhada de alegrias e boas perspectivas. Na época, em 2010, estava desejoso por viver mudanças, queria contribuir ativamente no embate às desigualdades sociais, tão acentuadas e gritantes no contexto de nosso país. Desejava lutar por um mundo menos excludente, e mais acolhedor à diversidade da vida, que sempre me convocou no que tem de belo e subversivo, em sua singularidade e resistência.

Era o primeiro membro de minha família a ingressar em um curso superior, fato que, para as pessoas que comigo compartilhavam a vida, foi motivo de muitas felicitações, abraços e sorrisos, pois eu não teria despesas ou custos com mensalidades, havia sido contemplado com uma bolsa integral de estudos, por meio do PROUNI⁵. Iniciava minha graduação consciente de que estaria ocupando um espaço que poucas pessoas próximas a mim ocupariam, por isso, sentia-me impelido a querer um “mundo melhor”, a trabalhar em prol das melhorias nas condições de vida daqueles e daquelas a quem me afeiçoava.

Não compactuava com o discurso meritocrático presente nas propagandas midiáticas, as mesmas que divulgavam os programas socioassistenciais de bolsa de estudos, ou com os discursos proferidos nas escolas, onde aprendíamos através de exemplos biográficos que “quem se esforça consegue”. Neste contexto, éramos estimulados a perceber o outro como um competidor em potencial, que poderia atrapalhar a tão sonhada ascensão social, a mudança de vida ou a escalada na pirâmide social. Discursoneoliberal perverso, que fundamenta uma lógica excludente, legitimadora de desigualdades e mantenedora de privilégios. Na academia,

⁵ PROUNI – Programa Universidade Para Todos – Programa do Ministério da Educação que concede bolsas de estudos – parciais ou integrais – em instituições privadas de ensino superior, para alunos e alunas de baixa renda.

não queria viver capturado por essa lógica discursiva, mas romper com ela, fazendo da sala de aula e demais espaços, lugar de lutas e de construções coletivas.

Era notória minha vontade de viver mudanças com pessoas com quem compartilhei momentos permeados por uma variedade de sentires. Nasci e vive grande parte de minha vida, na cidade de Cachoeiro de Itapemirim-ES, município de grande porte, localizado na região Sul do Espírito Santo. Cidade de escritores, como Rubem Braga, e músicos-poetas, como Sérgio Sampaio. Região conhecida por sua particularidade climática – altas temperaturas - e por ser cercada por formações rochosas, matéria prima de exuberantes e exóticas pedras ornamentais. Em Cachoeiro, habitava uma dada paisagem: o morro, lugar no qual se deram meus primeiros vínculos afetivos, familiares, de amizade e de muitas traquinagens. Devido às experimentações no/com o morro, sentia-me impulsionado a realizar trabalhos que nomeava, à época da graduação, como “sociais” em meu bairro e nas regiões próximas.

Sabemos que os veículos midiáticos, em seu discurso hegemônico, desqualificam e fortalecem certa imagem da periferia e do morro como lugares marcados por altos índices de criminalidade, homicídios e tráficos de substâncias consideradas ilegais. As famílias pobres são percebidas e apresentadas, na maioria das vezes, como modos de vida que diferem dos padrões socialmente instituídos e, por assim ser, necessitam de intervenções corretivas e adaptacionistas, por parte do Estado e seus operadores.

Não é raro ou eventual, ligarmos a TV ou abrirmos as páginas do jornal e revistas, e nos depararmos com notícias alarmantes relacionadas ao aumento da criminalidade nos grandes centros urbanos, ao crescimento desenfreado de pessoas em situação de rua e que fazem uso abusivo de substâncias psicoativas, aos altos índices de assaltos, homicídios, desemprego, dentre outros. Problemas que se encontram em voga, borbulhando no tecido social, presente nas diversas relações humanas, por vezes, moldando-as. O modo como essas questões e sua aparente resolução – apresentada por especialistas e técnicos - são colocadas pelos veículos midiáticos, constituem processos de subjetivação.

Segundo Coimbra (2006), no Brasil, desde o princípio do século XX, há grande diversidade de dispositivos sociais que produzem subjetividades que possuem a crença de que ter um emprego fixo e uma família organizada – segundo os ideais e parâmetros burgueses de respeitabilidade, familiar patriarcal, nuclear – são índices de reconhecimento e aceitação, isto é, aqueles que se enquadram nos modelos vigentes, possuem direito a viver, a terem suas

existências conservadas. Aqueles que “ao fugir a esses territórios modelares entra-se para a enorme legião dos perigosos, daqueles que são olhados com desconfiança e, no mínimo, evitados, afastados, enclausurados e mesmo exterminados” (COIMBRA, 2006, p. 6).

No século XX, vemos emergir saberes que, pautados em concepções eugênicas e higienistas, afirmam que os modos de vida dos pobres, concebidos como desgraçados e causadores de patologias são responsáveis por parte dos malefícios ocasionados ao desenvolvimento e progresso da nação. A medicina higienista apresenta todo um aparato teórico-conceitual, científico-positivista, que impõe um modelo ideal de família. Para corroborar suas intervenções médico-preventivas, contava com estudos e publicações que asseveravam, enfaticamente que os pobres, devido suas condições de vida, são propensos a toda ordem de crimes, sendo suscetíveis a vulnerabilidades, vícios e degenerações. Teorias que são condizentes com um ordenamento social marcado por uma herança escravocrata e um sistema de produção capitalista, no período supracitado, ainda incipiente. Imputando aos pobres certas categorias identitárias e estereótipos, “[...] todas essas teorias estabelecem/fortalecem a relação entre vadiagem/ociosidade/indolência e pobreza, bem como entre pobreza e periculosidade/violência/criminalidade” (COIMBRA, NASCIMENTO, 2005, p. 5).

Naturaliza-se, portanto, a associação entre pobreza e criminalidade. Essa produção de subjetividade, que se inicia no século XX, adquire novos contornos em nossa atualidade. Desse modo, questões nos forçam a pensar: Não seriam essas subjetividades, as mesmas que protestam pela aniquilação e extinção de programas socioassistenciais de certa transferência de renda, como o Programa Bolsa Família? Que acreditam serem autênticas e legítimas as intervenções policiais e militares nos morros e favelas que, muitas vezes, dizem vidas em prol da dita guerra ao tráfico? Que culpabilizam a pobreza pela situação econômico-política do país?

No que se refere à produção de subjetividades contemporâneas, Coimbra (2009) assinala que, dentre os diversos modos de existência, um merece destaque, como também uma análise cuidadosa. Modo de existência que é constituído por processos de subjetivação que a autora denomina de subjetividade moralista-policialesca-punitiva-paranoica.

Ou seja, nessa subjetividade moralista-policialesca-punitiva-paranoica, além da moralização que se apresenta através do julgamento, das prescrições, do clamor por mais leis, temos também a produção do policial em nós. As instituições e seus dispositivos de controle social funcionam tão bem que todos nos tornamos vigias e

polícia de todo e de tudo. [...] É o que chamamos de Panoptismo em nós, quando não há mais necessidade de cobranças: elas estão em nós. É aqui que se expande a aspiração pelo trabalho formal dito livre, pela vida cidadã atrelada às ordens do mercado. É aqui que, ao lado deste chamado Estado Democrático de Direito, se fortalece um poder penal-punitivo-repressivo, com sua política de tolerância zero, em que a tortura é definida como um “mal menor”, mas necessário, o encarceramento e extermínio de grande massa dos indesejáveis é aplaudido por vários segmentos sociais (COIMBRA, 2009, p. 88).

A subjetividade moralista-policial-esca-punitiva-paranoica nos ata a certos modos de percepção e produção da realidade que contribui para que permaneçamos anestesiados e aprisionados. Encontramo-nos, por vezes, encarcerados, não pelas prisões – grandes estruturas materiais opulentas, muradas e equipadas com as mais modernas tecnologias de controle e vigilância –, mas permanecemos cativos por mandatos que ditam como devemos nos portar em relação a certos modos de vida, pelos pensamento único que impera em nossas relações modelando e condicionando nosso encontro, pelos preconceitos e estereótipos que desqualificam e enclausuram em identidades estanques o outro, pelas funções e papéis sociais que somos, cotidianamente, demandados a desempenhar. Por fim, operamos como “[...] vigilantes de visão curta” (FRANCISCO, 2015, p. 82), que pouco conseguem ver, além das paisagens e cenários que comparecem como costumeiros.

No entanto, muitas outras situações e afetos circulam e compõem o morro. Ele é povoado por pessoas que, cotidianamente lutam por suas vidas e, para isso, na grande maioria das vezes, constroem estratégias coletivas para obterem o mínimo que necessitam para a manutenção de sua existência. São diversificados os vínculos de solidariedade e cuidado compartilhados. Relações de amizade que, na ausência de políticas públicas efetivas no combate às desigualdades sociais, prontificam-se para auxiliar no que for preciso.

Considerando o exposto, no princípio de minha formação em Psicologia, meus interesses, nos primeiros semestres do curso, se voltaram para as disciplinas de História da Psicologia e Psicologia Social e Comunitária, uma vez que as mesmas me possibilitavam entrar em contato com teorias e conceitos que afirmavam uma psicologia comprometida com a transformação da realidade social brasileira. Defendiam a consolidação, efetivação e acesso aos direitos sociais, por meio de uma práxis viva e implicada com as demandas da população brasileira, em suas especificidades.

Na época, os textos e artigos lidos, me proporcionavam certo fascínio e paixão, pois os mesmos discorriam sobre as transformações que a psicologia, em suas propostas de atuação e produção de conhecimento estava – e está passando -, constituindo-se como campo de

tensionamento contínuos. Uma profissão que, inicialmente pretendia identificar problemas de ajustamento para tratá-los, torna-se, em parte, uma prática crítico-reflexiva que afirma, em suas intervenções e propostas, outros possíveis para a vida.

No decorrer de minha formação, alguns encontros com professores, colegas de turma e pessoas nos campos de estágio me oportunizara discussões e diálogos fora do contexto “sala de aula”. Esses encontros me concederam preciosos momentos, em que pude realizar conexões com diversos modos de vida e, com esses, mundos se construíram – mundos que carrego comigo, nesta pesquisa e na experiência do mestrado.

A entrada no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo foi acompanhada de apostas ético-políticas e de muitas inquietações e questionamentos, que não se faziam calar em um corpo desejoso por encontros fortalecedores e potentes. Encontros que permitissem o acolhimento do outro e a partilha da vida e possibilitassem o exercício do cuidado – que entendemos como elementar para a efetivação de práticas potencializadores da vida, em suas diversas formas e modos. Inscrevi-me no processo seletivo com um projeto que tinha como foco de análise e intervenção, Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes, equipamento público que integra os Serviços de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Como objetivo geral da pesquisa havia demarcado o estudo e o acompanhamento dos processos de subjetivação produzidos no serviço de acolhimento, seja no que tange as crianças e adolescentes acolhidos, bem como suas famílias e os profissionais que atuam no serviço. Propunha, também, a análise das estratégias e dispositivos de regulação e controle das infâncias e adolescências ditas “em situação de risco e vulnerabilidade social”, público que integra majoritariamente, os serviços de acolhimento, constituindo-se como alvo de políticas públicas de proteção, defesa e garantia de direitos.

Acerca de tal projeto, indagava-me se as Políticas Públicas de Assistência Social, que integram os serviços de alta complexidade, voltadas para as crianças e adolescentes com vínculos familiares e comunitários rompidos e ditos em situação de vulnerabilidade social e risco, compactuavam com uma lógica de criminalização e punição da família pobre, ou se as mesmas promoviam a efetivação de direitos e afirmavam, por meio de ações dos agentes sociais, outras possibilidades de vida.

O interesse por essa problemática de pesquisa emergiu a partir de duas experiências: estágio extracurricular, realizado por um ano e seis meses em serviço de acolhimento institucional; e projeto de iniciação científica, também efetuado em serviço de acolhimento institucional, sendo ambas as experiências vivenciadas na cidade de Cachoeiro de Itapemirim. Cidade que, semelhante a tantas outras no país, tem em sua história político-administrativa, gestões que negligenciavam a Política de Assistência Social, pois pouco ou nada faziam para implementar e fortalecer os serviços socioassistenciais. Em suas ações, fragilizavam os serviços e fortaleciam práticas de assistencialismo e caridade eclesial. Lembro-me que, aos meus oito anos, em 1998, um carro com a carroceria abarrotada de tonéis azuis, subia o morro - algumas vezes na semana e mais frequentemente no período eleitoral. Nestes tonéis, em condições insalubres, encontrava-se armazenada uma sopa, nomeada pela população com o nome do gestor em exercício. As pessoas saíam de suas casas afoitas, portando em suas mãos sacolas de supermercado e panelas, competindo umas com as outras por um lugar na fila, pois aquela era a sua refeição do dia ou semana. Cena que me assustava, imprimindo-se em minha memória, descrevê-las aqui é revivê-las no corpo, sentir o peito apertar, os olhos estalados e as mãos transpirarem.

Histórias compartilhadas que nos constituem, sendo da ordem do vivido, encontrando-se encarnadas em nossos corpos-históricos, comparecendo nas lutas que nos convocam e que escolhemos participar. Goldman (2003), que em seu estudo etnográfico com religiões de matriz africana e movimentos políticos – religião a qual o antropólogo é adepto – questiona sobre a possibilidade do pesquisador estudar determinado objeto em que o próprio objeto encontra-se inserido no coração da sociedade em que o pesquisador é membro atuante, se é possível ter um olhar distanciado de algo que é crucial para aquele que ocupa o lugar de produção de conhecimento. Assim como Goldman, em seu texto, elabora tais análises, trago aqui minhas experiências, onde se encontra o pulsar dos corações que em mim pulsam, pois muitas das famílias e crianças que acompanhei no acolhimento, moravam no meu bairro, viviam situações com a qual eu me deparava cotidianamente. O auxílio que Goldman nos presta é reconhecermos que nossos afetos – que não se confundem com sentimentos pessoais – nos mobilizam na pesquisa, fazendo corpos vibrarem, não por uma causa pessoal, mas por entendermos a importância de fazer com que comparecem no texto os elementos que nos vinculam a dada problemática de pesquisa.

A partir do ano de 2008, iniciaram-se algumas mudanças significativas na implementação das Políticas Públicas de Assistência Social no município, com a inauguração de novos equipamentos, como o CRAS⁶, e a reorganização dos serviços conforme as normatizações estabelecidas pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004)⁷. Foi nesse contexto que iniciei meu estágio na Instituição de Acolhimento que, em 2012, passou a ser gerida e coordenada pela Secretaria de Desenvolvimento Social do Município. Ressalta-se que, até então, o serviço de acolhimento era mantido por uma entidade religiosa, municipalizando-se no ano de 2012.

Recordo-me do meu primeiro dia de estágio na instituição de acolhimento, dia que foi muito impactante na medida em que acessei realidades outras, tão próximas a mim – em termos geográficos - embora desconhecidas, pois inviabilizadas ou delegadas ao esquecimento. Acompanhando a psicóloga e assistente social, direcionamo-nos para a casa de uma senhora, avó de duas crianças acolhidas. O intuito da visita era realizar um estudo social para saber se a senhora possuía interesse e condições para receber e cuidar das crianças. Ao chegarmos à residência, lembro-me de uma sensação de paralisia e do espanto vividos em meu corpo, pois embora habitasse a periferia, estava em uma situação em que me sentia abalado e estarecido ao deparar-me com uma situação de pobreza e abandono. A senhora estava sentada em seu sofá, na varanda de sua casa e não se alimentava há dias. Estava muito magra e abatida, quando questionada sobre seus netos, abaixou o semblante, olhou em direção ao chão, pude perceber que sob a pele negra de seu rosto, desciam lágrimas que iam em direção ao seu colo, onde suas mãos repousavam entrelaçadas, atadas umas às outras, tremiam. Sua voz era cortada por soluções e irrompes de choro. A equipe questionou sobre seus filhos, a senhora disse que eles tinham problemas com o uso abusivo de drogas e que havia vendido todos os móveis da casa para pagar dívidas com os traficantes. Com a permissão dela, entramos em sua casa, as técnicas fizeram algumas anotações em suas planilhas sobre as condições da casa e realizaram encaminhamentos para o CRAS, com o objetivo de conseguir cesta básica, kit higiene e colchões. Recordo-me do cheiro da casa, havia um cheiro naquele espaço, forte e marcante, cheiro do abandono e do desprezo por uma vida. Uma breve entrevista foi realizada, a senhora nos contou um pouco de sua vida, das relações violentas

⁶ CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) – Equipamento da Assistência Social responsável pela execução dos serviços de proteção social básica.

⁷ Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 – Política que define os princípios e diretrizes que nortearão a implementação das ações da Assistência Social no Brasil.

com seu antigo companheiro, chorando, disse-nos de seus problemas de saúde e de como eles infligiam sofrimento e uma sensação de estar incapacitada para a vida. As técnicas fizeram encaminhamentos, por escrito, para os serviços de saúde e da assistência social, orientando a senhora em como acessar tais serviços. Despedimo-nos e voltamos para o serviço de acolhimento. Voltei com uma sensação de impotência, compartilhada com as técnicas que me disseram sentir algo semelhante, considerando a situação com a qual nos deparamos. Não me esquecerei desta cena, ela é viva e vive em mim. Não se apagarão de meu corpo as sensações produzidas por esse encontro: os cheiros, as cores, o rosto da senhora, suas lágrimas a situação de miserabilidade. Evoco essa vivência, não para reviver a mesma impotência que naquela época me tomou, mas para acessar uma experiência que diz de um deslocamento operado em mim, que me fez perceber e desnaturalizar crenças, olhares e percepções, há deparar-me com minhas generalizações e indaga-las, e colocar em dúvidas minha “boa vontade” por mais bem-intencionados que pudessem ser minhas ações. O campo de trabalho e/ou pesquisa, nos desconstrói, exigindo-nos não as mesmas respostas e soluções fabricadas por outrem, mas a possibilidade de inventar modos de cuidar com as vidas que acessam os serviços socioassistenciais.

No estágio, experiências várias produziram afetações e ocasionaram desvios que me possibilitaram um processo formativo que se deu na constituição de vínculos com as crianças, adolescentes, famílias, técnicos e demais funcionários com quem me encontrei no serviço de acolhimento. Pessoas que me permitiram perceber que, embora existam tecnologias e formas de controle, a vida, em suas estratégias de resistência, insiste e persiste, afirmando-se.

Relatamos essas experiências, não imbuídos de uma vontade de narrar histórias passadas, já vividas e, por isso, dispensáveis. Ao contrário, utilizamos esses relatos para a análise de nossas implicações, pois eles nos permitem entrar em contato com as condições de feitura do pesquisador, que não possuem um ponto originário e localizável, mas contam e narram histórias que evidenciam um processo de produção de si e de mundos, no qual produzimo-nos com o outro, a partir dos encontros em que nos disponibilizamos a acolher e a também sermos acolhidos (MATURANA; VARELA, 2001; KASTRUP, 2007).

Apostávamos em intervenções grupais e coletivas que favorecessem relações de trocas, intercâmbios de afetos e acolhimento das crianças e suas famílias. Os encontros se davam, muitas vezes, debaixo das árvores que adornavam o pátio e nos concediam, generosamente, uma sombra querida para conversarmos; quando saíamos, em companhia das

crianças e adolescentes, para soltar pipas no campinho de futebol, ali, entrávamos em sintonia com a direção do vento, manuseava-os com agilidade a linha para que a pipa permanecesse a rasgar os céus, ganhando, cada vez mais céus. Nos momentos de brincadeiras em que construíamos estradas de terra para os carrinhos e pequenos caminhões transportarem cargas e construir vilarejos e cidades; quando coloríamos folhas e cartolinas, expressando com nossos desejos e colagens afetos alegres ou tristes, tentávamos criar outros desenhos e contornos para a vida, menos rígidos e de rabiscos mais livres, feitos com diversas cores e tons.

Ali, naquela experiência de estágio, dava-se a desconstrução de certo modo de se compreender a psicologia e a prática profissional do psicólogo/psicóloga, que se pautava em pressupostos cientificistas de neutralidade, em uma postura que exigia, previamente, o distanciamento dos objetos em observação e análise, para que as conclusões e diagnósticos fossem autênticas e eximidas de qualquer erro. Comecei a questionar as intervenções que procuravam identificar transtornos de conduta e personalidade nas crianças e adolescentes, defendidos pelas clássicas teorias desenvolvimentistas, em que cada etapa ou idade, requer a aquisição de habilidades e comportamentos considerados adequados que, mais do que apontar limites e demarcar características de um desenvolvimento considerado ótimo e saudável, nos falam de processos de captura e normalização dos corpos e das condutas das crianças e adolescentes.

Crianças, adolescentes e suas famílias que me permitiram, com elas e eles, ousar e acreditar na vida, por meio do acesso a criança que nos habita, enquanto devir que extrapola certos modelos de subjetividades infantilizadas e infantilizadoras, questionando uma adultice que impõe regras e limites rígidos, e perde a dimensão de criação e invenção. O acesso a produções acadêmicas – dissertações, artigos e ensaios - possibilitaram-me entrar em contato com uma dada compreensão do pensar enquanto um exercício que não reproduz automaticamente o que está posto, mas que é instigado, em cada situação, a romper com práticas e saberes instituído em relação às crianças e suas famílias. Um exercício de pensamento que se pretendia imanente aos processos de vida (DELEUZE, 2010).

Foram vários os momentos de aprendizagem e afetações, gostaria de contar-lhes mais duas vivências que considero fundamentais pelos deslocamentos vividos. Não usarei o nome das pessoas que compartilharam comigo destas ocasiões, mas substituirei nome por algo que nelas encontrei e que lhes era peculiar – um modo de olhar, de se mover ou um gosto sutil.

Nada definido de antecipadamente, mas que foi se presentificando na medida em que, no encontro, encontrávamo-nos mais abertos e disponíveis uns aos outros.

Adoto essa postura no decorrer de toda a dissertação, pois visio evitar o que Vinciane Despret (2011) denomina de “efeito sem nome”. A autora crítica às pesquisas em ciências humanas que, em nome da proteção dos sujeitos em pesquisa, cria nomes fictícios ou trabalha com iniciais de nomes. Para Despret essa prática de proteção, pautada na ética da confidencialidade, cria uma identidade anônima que apaga a posição e a história do sujeito da pesquisa, criando, dessa forma, uma relação assimétrica entre o expert - detentor do saber, aquele que possui um nome e que se arroga o direito de organizar uma experiência - e do que autora denomina de profano - aquele o aquela quem se pesquisa. Por isso, é importante questionarmos a prática naturalizada da ocultação de nomes que portam histórias e sentidos, “o que é que muda, em uma prática, decidir que a pessoa tenha ou não um nome?” (DESPRET, 2011, p. 20).

De certa forma, na maioria das pesquisas, não somente por exigências dos comitês “de ética”, mas para o cuidado com aqueles com quem pesquisamos, torna-se importante salvaguardar o nome e algumas informações. Não defendemos uma solução única para o problema – usar ou não nomes ou qualquer outra estratégia – mas buscamos manter um compromisso ético, que não coloque as pessoas em situações nas quais prevaleça o “efeito sem nome”, em que “[...] elas estão sempre correndo o risco de colocar as pessoas em situações em que elas têm pouca chance de serem interessantes, e pouca chance de ficarem interessadas” (DESPRET, 2011).

Considerando-se o “efeito sem nome” e suas decorrências para os participantes da pesquisa e para o texto, ao narrarmos duas histórias vividas no serviço de acolhimento, em Cachoeiro, não usaremos nomes ou iniciais, mas utilizaremos de estratégias que permitam as pessoas comparecerem de modo interessante, com riqueza de descrições, elementos e afetos.

Lembro-me do pequeno Manoel, que como o poeta Manoel de Barros, criancava os dias, não gostava da palavra acostuada, e tão pouco se contentava com o que lhe impunham, fazendo-se um criador de amanheceres. Num desses amanheceres criados, Manoel resistiu em ir à escola, pois não queria ficar quatro horas sentado em uma cadeira, sem receber a atenção necessária para compreender o conteúdo ministrado. Manoel trancou-se em seu quarto e de lá disse não sair. Cheguei para o estágio e logo fui convocado para ter uma conversa com

Manoel, ou melhor, para convencê-lo a ir para a escola. Cabia a mim, enquanto estagiário de psicologia, persuadi-lo da importância do estudo, que indo à escola, ele teria acesso a conhecimentos que permitiram uma “mudança de realidade”, outra perspectiva de vida, caso ele fosse estudioso e esforçado, recompensas viriam. Fiquei um pouco receoso com o que me foi solicitado, mas dirigi-me ao quarto de Manoel, bati em sua porta e abrindo-a, encontrei o pequeno com o uniforme escolar, sentado em sua cama, com as mãos sobre os joelhos, a cabeça baixa e o semblante irritado. Sem saber como abordar o assunto com Manoel, dirigi-me a ele e, antes que eu pronunciasse qualquer palavra, Manoel me disse: “- Não quero conversar com você, sei que você tem um monte de truques para me convencer que estou errado!”. Fiquei ruborizado, as faces ardiam, sorri timidamente e disse, em resposta, que, de certa forma, ele estava correto. Retirei-me, Manoel havia feito uma intervenção em mim, questionando meus especialismos técnicos e minhas práticas tutelares.

Em outro momento, fui convocado à sala da gerência que pediu que eu conversasse com Leandro, que junto de outros meninos, havia feito um desenho do cantor e compositor Jamaicano Bob Marley em uma das paredes da instituição. Era preciso conversar com Leandro e os demais meninos sobre a importância de manter a casa limpa e em ordem, advertindo-o que pichações são crime e, por isso, passíveis de penalidade. Uso o nome Leandro, por se tratar do nome do cantor de Hip Hop Emicida, assim como esse cantor, Leandro gostava de compor músicas de Hip Hop, com letras que contestavam injustiças sociais e contavam histórias de trajetórias de vida - aos seus olhos, *aos olhos de uma criança*. Atendendo ao pedido que me foi feito, subi em direção ao segundo andar da casa, piso no qual se encontravam os quartos. No corredor, encontrei com Leandro, que estava recostado na parede, com as mãos frente ao rosto e segurando o riso, pedi a ele que mostrasse o desenho que havia feito, ele me levou até a parede, apresentando-me seu Bob Marley, uma figura que considerei “híbrida”, quando ainda observava o desenho, Leandro me questiona, ainda segurando o riso: “- E aí, tio Vitor, o que achou?!”. Ainda sem resposta, continuo observando o desenho, que representava o cantor Bob Marley acrescido de símbolos e objetos que o hibridizavam: cordão de prata com pingente, um baseado em uma das mãos e na outra um símbolo que desconhecia. Depois de contemplar o desenho, olhei, então, para Leandro e disse que seu Bob Marley era uma figura que misturava vários elementos e que eu desconhecia a vida e obra de Bob, propus a Leandro que pensássemos juntos em uma oficina em que buscássemos conhecer a biografia de Bob Marley, suas músicas e filosofia de vida. Leandro aceitou e divulgou aos outros meninos. Nos dias em que buscava por materiais, músicas com

tradução e estudava o pensamento de Bob, era constantemente procurado pelos acolhidos que me lembravam da oficina.

Montamos o encontro, todos os meninos da casa, sentamos na sala, competindo por um lugar no sofá, o mais próximo da TV. Os demais membros da equipe técnica, a gestora e eu, nos encontrávamos em pé, próximos uns dos outros, todos desconhecíamos a história de Bob e, até mesmo, sustínhamos preconceitos sobre o cantor. Exibimos um vídeo onde um professor contava um pouco sobre a vida de Bob Marley e uma entrevista com o próprio cantor, em que ele compartilhava suas crenças, convicções, sua filosofia e modo de vida. Finalizamos com uma das músicas de Bob Marley, em que de modo belo e poético, escutávamos: “Fuja do ódio, injúria e desconfiança [...] Acorde e vida, acorde e vida agora”⁸. Nesse encontro, pudemos estabelecer contato com um pensamento e modo de vida que nos fez o coração palpitar em outra sintonia. Lembro-me, com vivacidade, dos rostos dos meninos e das minhas reações, pois eu também me produzia naquele encontro. Uma das técnicas me procurou e disse que não conhecia Bob Marley e que havia se surpreendido com a vida do cantor e com a letra de sua música. Leandro me ensinou a construir estratégias não disciplinares, que não são respostas pré-fabricadas, mas emergem nos encontros.

Encontrei-me, neste ano, no mês de julho, na Conferência Municipal de Assistência Social com Leandro, hoje um adolescente. Assustei-me com sua estatura e tonalidade de voz, disse a ele o quanto havia mudando, em resposta Leandro me responde que na vida as coisas mudam, sorri e concordei com ele. Na Conferência, Leandro fez uma apresentação artística, cantou uma música de sua autoria. Ao escutá-lo cantar, lembranças retornaram ao meu corpo e como término da apresentação parabeneizei Leandro, nos abraçamos e trocamos algumas palavras. Leandro, o poeta que permanece a cantar e resistir com suas músicas.

Nesse caminhar, enquanto estagiário em um serviço de acolhimento, um corpo de trabalho e pesquisa foi se inaugurando, construindo-se com as crianças e suas famílias, por isso, embora esta dissertação não se trate do relato de memórias de trabalho, escolhemos visibilizá-las, visto que tais encontros me proporcionaram uma relação diferente com a infância e adolescência acolhidas e com os profissionais dos serviços de acolhimento. Afirmamos como uma das apostas da pesquisa, uma escrita brincante, que desobedeça aos instituídos em nós, que teime em insistir na e com a vida. Teimosia e desobediência, duas

⁸ Trata-se do trecho traduzido da música “Wake Up And Live” de autoria de Bob Marley.

atitudes indesejadas e malvistas, habitualmente atribuídas às crianças, que sustentamos, pois na escrita, queremos:

Recuperar a infância no ato de escrever significa afirmar a experiência, a novidade, a diferença, o não-determinado, o não-previsto e imprevisível, o impensado e o impensável na escrita; significa inventar palavras, a forma de encontrá-las e de elas se encontrarem; supõe propiciar encontrar impensadas palavras nas palavras atravessando-as; permite pensar um devir-criança que busca encontros e resiste aos agenciamentos individualizantes e totalizantes, um movimento na criança (outro invento? Saibam compreender) que aposta na singularidade de todo conhecimento (KOHAN, 2007, p. 332).

No decorrer do mestrado, encontrei, na obra literária “Terra Sonâmbula”, do escritor moçambicano Mia Couto, uma história que me provocou a pensar a pesquisa. O livro conta a história do encontro entre o velho Thuahir e do menino Muindinga, que se encontram abrigados em um velho ônibus incendiado, buscando proteção em meio a Guerra Civil que devasta Moçambique. O velho e o menino se deparam com um corpo incendiado na estrada, que contém, junto de si, uma mala e um diário – os cadernos de Kindzu – pertencentes ao corpo. Duas histórias paralelas são contadas no livro, as lutas de Tuahir e Kindzu para sobreviver em meio ao caos produzido pela guerra e as histórias de Kindzu, que são lidas pelo menino ao velho. Tuahir e Muindinga iniciam uma viagem, na companhia do diário; a paisagem é árida, na estrada é comum encontrar-se com a morte. Para enfrentar os percalços do caminho, o menino canta e se dá a distraídas brincacriações, para não ser capturado pela desesperança e se tornar mortificado, como a paisagem. A história é escrita em linguagem poética. Em meio à adversidade e o estado de guerra, o encontro de velho com o menino, em uma terra que jaz sonâmbula, de ambos com as histórias de Kindzu, tornar a vida e a luta por ela possível.

Assim como Muindinga, em suas brincacriações, inventava mundos, aprendi com as crianças, que podemos inventar mundos de modo brincante. Exercícios de brincacriação para devanear mundos outros, no quais possamos acessar a dimensão criativa do vivo, fazer “[...] do passado, presente e futuro uma brincadeira vida” (FRANCISCO, 2015, p. 98), na qual invenções atualizem, no cotidiano, possibilidades infindas de modos relacionais mais generosos e cuidadosos.

Trago, aqui, esses relatos, também por acreditar ser importante apresentar de onde viemos, não em um aspecto pessoalizado ou autobiográfico, mas em um ato de apresentarmos todas às histórias que nos percorrem o corpo, fazendo que essas compareçam na construção da

dissertação, pois nenhuma vida se mantém ou sustém isolada, apartada do mundo, que nos convoca diariamente à luta, a disponibilizar-nosao exercício ético do cuidado.

Nas andanças e brincacriações, compreendi que não basta a existência de políticas públicas e da existência do Sistema de Garantia de Direitos, o jovem estagiário que outrora atuava em uma instituição de acolhimento e, hoje, pesquisa em outros cenário e cidade, constrói um corpo que é convocado por presenças (POZZANA, 2014), que demovem dos lugares ocupados, convidando a experenciar os mundos de outros modos.

5. PESQUISAR-ESCREVERCOM: CONSTRUINDO DISPOSITIVOS DE PESQUISA INTERESSANTES

5.1 Recolocando a problemática de pesquisa

Após a aprovação no processo seletivo e, consequente entrada no PPGPSI, iniciaram-se, então, as minhas primeiras orientações, em que trabalhávamos e pensávamos, em exercícios de composições coletivas, nas quais nossos projetos de pesquisa e dissertações, no processo de escrita sofriam interferências e interpelações, indagações que dizem de um modo de produzir conhecimento em e no comum, na partilha de inquietações e desejos.

Em um destes encontros de orientação, no início do mestrado, fui solicitado, por meu grupo a apresentar meu projeto e intenção de pesquisa, o mesmo que havia utilizado para ingressar ao programa.

Expus, assim, com um pouco de ansiedade meu projeto de pesquisa, narrando um pouco de minha experiência nas instituições de acolhimento e, como essas, me possibilitaram, segundo o vivido e, que, ainda, encontrava ressonância em meu corpo-história, a construção do projeto de pesquisa. Almejava, naquele momento, ingressar no mestrado e pesquisar os processos de subjetivação em determinado serviço de acolhimento, de preferência aquele que já me era conhecido. Após a partilha, fui indagado e questionado, ou seja, uma proposição pertinente colocou-se naquele encontro, pois o projeto aparentava não colocar nenhuma problemática nova de pesquisa. Em seus objetivos, nas linhas e entrelinhas do texto, saltitavam em burburinhos afirmações e declarações referidas a uma dada experiência, ou seja, estava em meu projeto, sem me dar conta, colocando problemas já dados, quando não, já respondidos. Estava “[...] a encontrar no mundo apenas aquilo que nos é familiar, aquilo que, de algum modo, já estava em nosso pensamento” (MORAES, 2010, p. 26), confirmando hipóteses, certezas, já colocadas de previamente. Foi-me perguntando, então: “Qual a validade de uma pesquisa que, antes mesmo, de se expor ao mundo e aos encontros com as vidas, já tem em si e por si mesma suas questões já respondidas?”. Sendo assim, de nada ou pouco vale, naquilo que entendemos como pesquisa que se processa nos encontros, colocar-se em campo.

Maturana e Varela (2001), no primeiro capítulo de sua obra “A Árvore do Conhecimento”, nos falam sobre uma tentação que acossa e se encontra presente em nós, não

sendo prerrogativa exclusiva de alguns. Para os autores, nos encontrarmos imersos em convicções e verdades inquestionáveis, quase nunca problematizadas ou questionados, resignamo-nos a elas, aceitando-as como naturais. Os autores denominam tal atitude “tentação da certeza”, pois ao cedermos a ela, passamos a acreditar que “[...] as coisas são somente como a vemos e não existe alternativa para aquilo que nos parece certo. Essa é nossa situação cotidiana, nossa condição cultural, nosso modo habitual de ser humanos” (p. 22). Perceber o quanto a “tentação da certeza” fazia-se presente em meu projeto e no corpo que se pretendia colocar-se no campo, foi de importância ímpar para meu reposicionamento enquanto pesquisador e mestrando.

Os conceitos apreendidos não são palavras de ordem repetidas, em tom monocórdio e autoritário, ao contrário, estão atreladas ao exercício de construção de um corposensível, colocando as construções conceituais em análise, perscrutá-las, saboreá-las e estranhá-las, na medida em que a própria vida, em sua não linearidade e capacidade interrogativa pode tornar caducos nossos hábitos e modos costumeiros de atuar e agir no mundo.

A análise de implicação foi uma ferramenta estratégica para pensar sobre a minha entrada no programa de pós-graduação e, igualmente, sobre a reformulação do problema de pesquisa, pois nossa proposta tem como elemento provocador acessar aquilo que na ciência comparece como movimentos transformativos, práticas instituintes que provocam a própria ciência a refazer seus enunciados, criar novos problemas e novas práticas de investigação (BARROS; KASTRUP, 2010).

Busquei, assim, olhar com cuidado para meu projeto de pesquisa, visando operar certo distanciamento estratégico, que não se assemelha ao distanciamento entre sujeito cognoscente e objeto cognoscível, típico binarismo exigido pela ciência positivista, pois:

A distância que devemos investigar não é entre observador e observado – exotismo barato -, mas entre os conteúdos do mundo antes e depois da pesquisa. Portanto, nem a distância nem a empatia são bons indicadores de que se fez uma boa ou má ciência; é-o apenas este critério: será que temos, agora, alguma distância entre o novo repertório de ações e aquele com que começávamos? Se sim, não foi tempo perdido; se não, gastou-se dinheiro em vão, e não interessa quão “científicos” no sentido tradicional, parecem os resultados (LATOUR, 2007, p. 52).

Desse modo, o que pode tornar uma pesquisa interessante não é a adesão fiel aos critérios metodológicos e paradigmáticos da ciência em sua vertente positivista e pragmática, tão pouco a aplicação de protocolos e esquemas rígidos que, porventura, produziriam resultados inquestionáveis, que desvelassem a realidade em si, ocultada por enganos e más

interpretações. Resultados que comprovassem hipóteses construídas a priori, anteriores à experiência-encontro com o campo. Ao contrário, o que pode prestar auxílio à nossas análises sobre nossas propostas de estudo é justamente uma atenção e olhar voltados para o caráter processual da pesquisa, assim sendo, alguns questionamentos colocam-se como cruciais: como, inicialmente, apresentamos nossas intencionalidades e às quais interferências elas encontram-se abertas? No decorrer da pesquisa, quais questionamentos nos mobilizam? Estar acompanhado por essas perguntas nos possibilita estar atentos e aberto às mudanças que se em nossos repertórios.

A partir disso, e considerando-se as experimentações e encontros vividos nas aulas e orientações, salientamos a necessidade de pensarmos a construção de um dispositivo de pesquisa interessante (DESPRET, 2011), que contemple, em sua construção, os sujeitos convidados a participar da pesquisa como autores e autoras de um texto coletivo.

Vinciane Despret (2011), em seu texto os “Dispositivos Experimentais”, elabora uma crítica aos dispositivos de pesquisa em psicologia e áreas humanas afinsque produzem condescendência e benevolência naqueles que interroga, pois “[...] a própria organização da pesquisa, e que tudo nela lembra necessidade: o protocolo rígido e coativo, o fato de o cientista distribuir as expertises de maneira muito assimétrica, uma situação próxima à do exame, a ignorância suposta senão induzida dos sujeitos etc.” (p. 45). Parte-se do pressuposto que os objetos de pesquisa ignoram as motivações e intenções do pesquisador, este, por sua vez, ocupa um lugar de autoridade que lhe é conferido pela ciência. Lugar no qual cria uma situação experimental em que impera o que Despret denomina de *pacto de dupla ignorância*, no qual nem o experimentador e o sujeito possuem o intento de dizer, saber, ou se interessar genuinamente pela riqueza de elementos que podem constituir uma situação de pesquisa. O experimentador vê o sujeito como desconhecedor de suas intenções, em contrapartida, o sujeito reconhece nas condições e organização da pesquisa, aquilo que lhe é ocultado, respondendo obedientemente ao cientista questionador, comportando-se como bons sujeitos confirmam as hipóteses do pesquisador. Para autora o pacto da dupla ignorância esvazia a experiência de pesquisa, por ter como efeito a exclusão de uma série de acontecimentos que se fossem incluídos na pesquisa como elementos constituintes e não restos e detritos a serem controlados e extirpados – como por exemplo, o fato de que influenciemos aqueles a quem pesquisamos, assim como somos influenciados – poderiam tornar as pesquisas mais interessantes, no sentido de colocarem questões pertinentes e interessantes aos pesquisados.

Contrária ao pacto da dupla ignorância, Despret cita as experimentações de Martin Orne, que em suas pesquisas sobre a hipnose, convidava os sujeitos a tomar posição em relação à pertinência de suas hipóteses e do dispositivo de pesquisa, possibilitando aos pesquisados um lugar de questionamento e indagação e, não mais, o lugar da docilidade e obediência, nessa perspectiva trabalha-se “[...] com quase colaboradores que com objetos a manipular.” (DESPRET, 2011, p. 47).

Engajar-se na experiência de construir um dispositivo de pesquisa que não pretenda estabelecer verdades totalizadoras, mas que acolha os deslocamentos que nos afetam e, dessa maneira, permitem o acesso à diferença e potência de (re)criação de problemas é uma condição para que habitemos nossos territórios de pesquisa, sem cair nas dicotomias que nos apartam das nuances dos mundos e nos fazem produzir conhecimentos assépticos.

Ressaltamos que compreendemos dispositivo, segundo a concepção utilizada por Deleuze (1990). Nela, os dispositivos se definem pelo o que portam de novidade e criatividade, bem como por sua capacidade de se fissurar e transformar-se para que outro dispositivo advenha, sendo constituído por linhas de natureza diversa, não homogeneizadoras ou decalcadoras do processo em curso. Segundo o autor, as linhas de um dispositivo dividem-se em dois grupos: linhas de segmentação e de linhas de criatividade. Através do dispositivo e de suas diversas linhas, podemos distinguir o que somos e o que não somos mais, acessamos, dessa maneira, a dimensão processual que um dispositivo pode apresentar. Por isso, insistimos em estarmos atentos aos dispositivos em composição, procurando estar em contato com suas linhas inventivas e de criação de modos de pesquisar e modos de vida.

Apostar nesse mundo de pesquisa requer do pesquisador uma disponibilidade e abertura às forças do mundo, para que se torne possível a construção de um corpo aberto ao imprevisível da vida e a sua própria diferenciação. A ideia de um corpo aberto será utilizada como a capacidade de ser afetado e com isso dado aos agenciamentos, às articulações, conforme propõe Latour (2007).

Além disso, nos propusemos construir uma pesquisa que, em seu dispositivo, apostasse na construção coletiva da vida. Buscamos questionar as verdades que comparecem como finalizadas e prontas, aprisionando os encontros em formatações unívocas e que, por vezes, esvaziam os coletivos. Questionamos certa forma homem-identitário, entendemos que as existências transbordam multiplicidades e singularidades e, movidos por essas proposições,

buscamos pensar a pesquisa na perspectiva do PesquisarCOM, pois quando nos comprometemos com a composição de mundos, concordamos com Moraes (2010):

A composição deste mundo nos engaja na difícil tarefa de produzi-lo, a cada dia, em nossas práticas de pesquisa, no momento em que nos engajamos na prática de relatar aquilo que nós pesquisamos. Pesquisar é, neste sentido, engajar-se numa política ontológica que, em última instância, produz o mundo em que vivemos (p. 46).

Encontramos em Mol (2008) interessante discussão sobre as políticas ontológicas em pesquisa. Do que nos falam as políticas ontológicas? Políticas ontológicas é um termo composto que evidencia como a constituição/produção do real encontra-se implicada no político, assim como as práticas políticas de pesquisa produzem realidades. Nesse sentido, a realidade não precede as práticas, mas antes é modelada, *performada* pelas e nas práticas, encontrando-se aberta e passível de contestação. Por ser performada, a realidade passa a ser percebida em sua multiplicidade de versões, performando-se – em verbo vivo - em determinado local e em certas condições históricas mutáveis, sempre mutáveis.

Nesse processo de pensarmos o dispositivo de pesquisa, acreditamos ser crucial indagarmos, já que não intentamos cair em práticas que produzem complacência e obediência irrestrita aos anseios do pesquisador, trazermos o desafio de se construir uma pesquisa que se tece com o outro, e não sobre o outro ou pelo o outro, quando impomos verdades ou decalcamos experiências em chaves teóricas de leitura e compreensão de uma realidade. Nem tão pouco sem o outro, quando o excluímos do processo, por meio de conclusivas e assertivas que possuem como efeito um encontro esvaziado em afetos e acolhimento, no qual se impõem saberes, por se acreditar que se pode falar pelo outro.

Encontramos em uma conversa documentada, entre Michel Foucault e Gilles Deleuze (1972), intitulada “Os Intelectuais e o Poder”, importante ponderação sobre o posicionamento do intelectual em relação entre teórica e prática, que para ambos não se encontram cindidas. A teoria, nesse sentido, “[...] é sempre local, relativa a um pequeno domínio e se pode aplicar a um pequeno domínio e pode se aplicar a um outro domínio, mais ou menos afastado (DELEUZE, 1972, p. 129). Nesse sentido, a teoria se torna o que os pensadores denominam de um sistema regional de lutas, ao emergir, em situações singulares que não requerem respostas totalizadores e generalistas, mas o exercício do pensamento frente às exigências de um outro pensar e agir, atrelado a determinada situação específica.

Essa nova maneira de conceber as relações entre teoria e prática, tem como um de seus possíveis efeitos a aquisição de uma cautela: o intelectual entremeado e perpassado por

relações de poder, constituindo e constituindo-se nelas, pode pôr em prática aquilo que Deleuze sinaliza como a “indignidade de falar pelos outros”, de acreditar que, devido ao lugar que ocupa nas relações de saber e poder conferidas e autorizadas pela ciência, pode em uma política representacional falar ou dizer no lugar do outro.

Foucault (1972), em diálogo com Deleuze, afirma que as massas não necessitam de quem por elas fale, de um intelectual que as represente e sinalize quais as melhores decisões a serem tomadas e seguidas:

Ora, o que os intelectuais descobriram recentemente é que as massas não necessitam delas para saber; elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que elas; e elas o dizem muito bem. Mas existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso e essa saber. Poder que não se encontra somente nas instâncias superiores da censura, mas que penetra em toda a trama da sociedade. Os próprios intelectuais fazem parte desse sistema de poder, a ideia de que são agentes da “consciência” e do discurso também faz parte desse sistema. O papel do intelectual não é mais o de se colocar “um pouco na frente ou um pouco de lado” para dizer a muda verdade de todos; é antes o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da “verdade”, da “consciência”, do discurso (FOUCAULT, 1972, p. 131).

Contagiados pelo que os autores trazem, acrescidos da contribuição dos demais autores e autoras, entendemos que o dispositivo de pesquisa, em sua confecção, precisa manter-se em relação de permanente autocrítica, colocando-se aberto às colocações e recalcitrâncias dos sujeitos em pesquisa, pois se almeja assim, desmontar e desmanchar os pontos do dispositivo que venham a ser instrumentos de poder ou de imposição de um saber.

Elaborando uma problematização distinta a de Foucault e Deleuze, mas que encontramos ressonâncias na destes autores, devido a potência do pensar que portar, encontra-se na observação feita por Maturana (2014), quando ele nos diz sobre “[...] o fracasso da crença da crença de que alguém o que é bom para o outro... sem gerar sofrimento (p. 51), sendo essa uma forma de tirania. Concordamos com Maturana, pois ao delegar ao um o que dele deve fazer, enquanto uma obrigatoriedade a ser seguida à risca, imputa-lhe a possibilidade de gerir a própria existência, constituindo-se em uma relação unilateral que tem como efeito a produção de sofrimento, senão quando a aniquilação do sujeito em suas demandas e singularidades.

Não há garantias que nos tornem imunes ou impermeabilizados de produzirmos relações sutilmente - ou não - arrogantes, o que pretendemos trazer conosco são questionamentos, a fim de nos auxiliar: Como tornar os sujeitos de pesquisa, mais do que objetos a serem investigados e questionados, coautores do texto/pesquisa? Como se colocar

disponível ao outro e, nesse exercício, construir um corpo sensível, aberto as diversas forças presentes no campo? Como viver o campo, imergindo no mesmo, sendo por ele afetado, escutando as questões pertinentes aos sujeitos? É possível escreverCom e pesquisarCom, na problemática que movimento nesta pesquisa, os processos de reintegração/reinserção familiar?

Com essas perguntas, partimos para o próximo tópico deste capítulo, no qual discorreremos sobre o PesquisarCOM que, conseqüente, nos leva a uma escrita compartilhada, escrita COM, produzida nos encontros, de autoria múltipla, não sendo posse única e exclusiva de um sujeito, mas de sujeitos múltiplos.

5.2 Pesquisar-escreverCOM: amplitude e contágio de mundos

A escrita é um processo que acompanha o pesquisador no decorrer de todo o estudo, compreendendo a construção do projeto de qualificação à entrega do texto dissertativo, provocando, em diversos momentos, torções e reposicionamentos no pesquisador, assim como, na problemática de pesquisa. Em alguns momentos, escreve-se tomado por uma paixão pela vida, quer-se dar visibilidade ao vivido; já em outros as palavras parecem não querer se fazer presentes, ausentando-se e, talvez por isso, temporariamente, nos afastamos do texto, não em atitude de repulsa, mas para nos darmos conta que a escrita nos abala e constrange enquanto condição “[...] para reinvenção do próprio pesquisador” (ZANELLA, 2012, p. 89), especialmente, quando desejamos vivenciar uma pesquisa que se faz COM. Dessa maneira, poderíamos conceber, o escrever COM enquanto uma atividade de reescrever-se, por nos permitir o acesso aos outros e outras que nos compõe, até então, encobertos pelas vivências esquematizadas, decalcadoras e modeladoras.

Miranda e Mourão (2016) nos falam da importância de escrever COM analisadores e de estarmos imbuídos de afetos e questionamentos, pois “na posição de sujeito pesquisador que na escrita ocupamos, na rede discursiva do texto que produzimos, as experiências de campo se entrelaçam com a experiência dos nossos posicionamentos teóricos. (p. 166). Sendo assim, entendemos que não há separabilidade ou cisão entre o que escrevemos e registramos e o referencial teórico que escolhemos, pois que o pesquisarCOM que se desdobra no

escreverCOM (BONAMIGO, 2016, p. 150), propõe uma escrita compartilhada das experiências e afetações. O desejo que circula nossos corpos e movimenta nossos afetos nos convoca a apostar no exercício de criar mundos e não os representar mecanicamente (MIRANDA; MOURÃO, 2016, p. 166).

Pensando com Bonamigo (2016), o texto científico torna-se laboratório de fabricação de mundos, esses que se encontram em composição, mas que, por vezes, são silenciados devido à sua potência inventiva e interrogatória ante ao que está dado. O pesquisarCOM lança-nos no desafio de criar espaços que garantam o exercício dialógico com alteridade e a diferença, com a polifonia de vozes e multiplicidades que habitam o mundo, assim sendo, nossa pesquisa pode “[...] ser potencializada pela escritaCom transportando múltiplas vozes que caracterizam a vida, muitas delas silenciadas em nosso cotidiano, tornando outros mundos visíveis.” (Bonamigo, 2016, 158).

O texto é produzido por contágios e entrechoques com o intempestivo, com aquilo que nos toma de súbito, em ocasiões em que tudo aparentava uma ordenação harmoniosa, abalos sísmicos racham nossas estruturas e bases de verdades.

A vida em seus movimentos e mutações é passível de acolher interrogações e intervenções de outrem, recebê-las com afeição e gratidão ou rechaçá-las por repugnância. De uma forma ou de outra, torna-se impossível afirmarmos a existência de um texto que é feito por um corpo blindado e fechado sobre si mesmo, indiferente ao que lhe circunda e acontece. Assim, escreverCOM não se trata de uma escrita autoral em que um único escritor/autor cumpre com o mandato científico positivista/neutro de dissertar e descrever suas impressões e percepções individuais. Pesquisador e pesquisados são impelidos a produzir conhecimento.

Por isso, nos questionamos em como construir um dispositivo de escrita, em que a palavra possa ser compartilhada, no qual a palavra gagueje, coloque-se em dúvida no encontro com o outro sujeito falante, para que consigamos ampliar a “[...] a potência de diferenciação do pensamento e da vida” (BARROS; ZAMBONI, 2012, p. 121), criando tensionamentos no encontro com outros pensares e modos de vida, pois não almejamos a conveniência da concordância, mas a coexistência de saberes e olhares, por vezes, dissonantes e, por isso, indutores de outras versões da realidade.

Encontramos no diário de campo um instrumento que possibilita operarmos com as ferramentas de trabalho que elencamos para a pesquisa. Pretendemos utilizá-lo como

instrumento que se constitui como dispositivo teórico-técnico no qual registramos os processos acompanhados na pesquisa (BOCCO, 2006, p 41). O diário de campo como instrumento para a escrita COM que insiste no exercício do escrever-partilhar, no qual o pesquisador, atores e atoras, possam registrar seus incômodos, afetações e experiências.

5.3 O Diário de Campo: A potência da escrita coletiva

*[...] eu sou
Papel, caneta e coração
Papel, caneta e coração
E pros Moleque que sonha com isso, é nós
Desde o começo a minha sugestão
É ser papel caneta e coração
É ser Papel, caneta e coração

Nunca, nunca menos do que isso!”*

(Emicida, letra da música “Papel, caneta e coração”)

No aventurar-se a escrever, partimos de um pressuposto: de que não escrevemos sozinhos. Embora nos encontremos, em uma primeira impressão, com a sensação de estarmos apenas acompanhados de nossos materiais e artefatos - cadernos, papéis avulsos, canetas lápis e computador - para a materialização da escrita —, seja na quentura e conforto de nosso quarto, na agitação do espaço da urbe, em uma praça ou na sala do grupo de orientação, não há escrita solitária, pois escrevemos em parceria e em coletivo, acompanhados por uma multiplicidade de gentes, sobretudo aqueles que nos afetam no campo de pesquisa e daqueles que nos acompanham, na medida em que, em algum momento nos afetaram, encontrando-se presentes em nossos corpos, como histórias vivas e pulsantes. Enfatizamos que no exercício da escrita do diário de campo, ferramenta de trabalho, escreve-se com analisadores e com afetos (MIRANDA; MOURÃO, 2016, p. 168), quer surgem, emergem, comparecem no e em coletivo. Acolhemos e somos postos em movimento pela letra da música do rap Emicida,

quando ele nos diz que “É ser papel, caneta e coração, nunca, nunca menos que isso.” Papéis, caneta e coração e peito aberto, o que advirá não detemos controle, mas um coração que possa acolher e ser acolhido, e folhas a serem preenchidas com palavras, desenhos, rabiscos, rasuras, vocábulos desconexos, palavras incompletas e gestantes em afetos, não menos do que isso.

Ao escrever, damos passagem a afetos e colocamos em análise nossas implicações. Não basta apenas convidar os sujeitos participantes da pesquisa para registrar ou escrever em um caderno que, no começo, possa lhes parecer estranho, incomum ou inviável em pesquisa, afinal, “-É você quem pesquisa, o trabalho de escrita é seu, observe, registre, mesmo que essa situação me deixe tensa, não foi essa a proposta de pesquisa aprovada?” Diante de tal questionamento, como realizar uma torção em compreensão do que é pesquisa, não restrita em uma perspectiva de pesquisador observador, que vigia, registra, analisa e critica? Existe uma maneira prescrita de escritura em diário de campo? Pensamos que não. No caminhar da pesquisa, no estar junto e com, que podemos tecer um espaço comum de escrita, em que essa não tem caráter de denúncia, mas se torna potente, justamente por convidar os pesquisados a não serem mais sujeitos passivos e objetos imputados de espaço de contestação e resistência, mas a escreverem em pareceria e companheirismo, em uma rede de solidariedade tecida e refeita a cada encontro, na medida em que os pactos podem ser feitos, refeitos e modificados.

No entanto, a escrita ou registro no diário de campo por outros, não é garantidora de uma pesquisa com. Então, como produzir e acessar a potência de uma escrita coletiva? Procuramos por pistas, mais do que por fórmulas ou protocolos construídos de antemão, por entendermos que uma escrita coletiva, que convoque os atores e as atoras a registrarem no diário em experimentações, nas quais saboreamos, como o toque dos dedos, as folhas amareladas dos cadernos, o contato das mãos com o lápis e canetas, quando nos deparamos com o diário e suas páginas em branco, com os medos e incertezas do que registrar e como registrar, na busca da palavra que dê conta do sentido-vivido. Escrever aquilo que nos mobilizou e desestabilizou no decorrer da pesquisa, ao que nossa presença enquanto pesquisadores suscita no campo, aos sussurros de vida que podemos vir ou não a escutar (MIRANDA; MOURÃO, 2016, p. 169).

Francisco (2015) nos concede uma pista de uma escrita coletiva quando diz:

[...] reafirmamos que a escrita é afetiva, mas não introspectiva. Porque ela está sempre a se fazer, sem em um processo indeterminado, sempre capaz de acionar

muitos atores, sentimentos, sensações, arrepios, silêncios, que pertencem a nós sem nos pertencerem e que, por isso, “nos transitam” (FRANCISCO, 2015, p. 53).

O diário de campo porta as intensidades do que acontece no campo de pesquisa, permitindo um constante exercício ético-político de uma escrita que se afirma instituinte de realidades outras, em que “[...] captamos os elementos da cotidianidade enquanto estas criam novas configurações (BOCCO, 2006, p. 42). É constituído, portanto, conforme assinalado por Bocco (2006) por duas dimensões: coletiva e política. Coletiva, por se tratar de uma escrita composta por diversas falas, diálogos e ações, que não se limitam ou reduzem a uma única e exclusiva percepção. Política, pois o que se encontra registrado no diário, além de tornar viável a análise de implicações, permite com que sejam coletivizadas as experiências, dessa forma, o diário se torna uma potente ferramenta de trabalho, instrumentando-nos.

Hess (2005) aponta o diário de campo como importante instrumento que nos auxilia na construção da pesquisa, assinala que por meio da leitura do diário, podemos perceber como vamos nos (re)inventando no processo de pesquisa, isto é, para o autor a prática de pesquisa quando atrelada ao uso do diário de campo evidencia um movimento de produção de si, um texto que “[...] é instituinte, que inventa algo, e é verdade que o sujeito se inventa na escrita, e que toda pessoa que consegue escrever dez páginas torna-se, depois da experiência, diferente do que era antes, muda completamente” (p. 98).

Diários em mãos, mochila nas costas, uma boina, roubada de um amigo, para atenuar o calor do mês de janeiro, partimos para o campo de pesquisa, imbuídos de um desejo de produzir, escreverCOM, os coletivos presentes em nossos corpos e com aqueles que encontraremos. Seguimos com nossa pesquisa, apresentando nos próximos capítulos, nossa entrada em campo e as cenarizações dos processos de reintegração familiar. Que continuemos nosso caminhar, mais interessados nos descaminhos e desvios, do que nos caminhos planejados.

6. CENARIZAÇÕES DE UM PESQUISARCOM

Como falar e, no próprio ato de fala, desconhecer-se como autor ou autora, como sujeito do qual emanam verdades e percepções, na grande maioria das vezes, inquestionáveis? Como desconhecer-se, naquilo que se escreve e abrir passagens para as multiplicidades que nos habitam e requerem expressão? Como exercitar uma escrita não pessoal, que não esteja algemada a uma história individual, pessoalidade e que apenas preocupe-se com questões referentes a uma política intimista? Como criar passagem, por meio de nossa escrita, para a história de tantos e tantas que em nos fazem morada; o registro, não pretensioso, de um dado espaço- tempo em que nos subjetivamos? Questões que não inauguram uma estilística de escrita, mas que nos acompanham em nossa tarefa, árdua e alegre, de tentar registrar as nuances da vida/mundo, como o outro, com os outros e outras.

Trecho do diário de campo – 17 de Novembro de 2016.

Inquietos e acossados, carregando muitos questionamentos. Na banca de qualificação, muitas eram as questões colocadas no texto: pesquisariamos a composição de redes de cuidado e afeto nos processos de reinserção familiar incluindo as famílias, adolescentes, técnicos e técnicas dos abrigos? Acompanharíamos os técnicos e as técnicas no seu tear cotidiano de composição de redes, apostando em práticas e fazer inventivos, instauradores de mundos e realidades diversas e, por vezes, divergentes? Incluiríamos as narrativas das crianças e adolescentes em processo de reinserção familiar ou daqueles e daquelas que já haviam vivenciado tal experiência, encontrando-se já reinseridas?

Tantas indagações se faziam presentes na banca de qualificação, que as examinadoras me aconselharam a deixar que o campo me guiasse, como uma bússola usada por um viajante que adentra terras desconhecidas, na escolha de um problema de pesquisa, dentre as colocadas enquanto proposta na quali, sem deixar ponderar que nos propúnhamos uma pesquisa interessante aos atores e atoras. Lembro-me que recebi um conselho-afetuoso de uma membra da banca, que, à época, havia me dito que eu poderia deixar-me inebriar pelo campo de pesquisa, assim como quando nos deliciamos com um bom vinho, ao bebê-lo em um cálice sentimos seus efeitos no corpo que produzem sensações perceptivas diferenciadas e uma sensibilidade outra. O campo, através de suas afetações engendraaprendizagens sensíveis, até

então, desconhecida nossos corpos, viciados e em uma única forma de ver e sentir, como apontado por Latour (2008), que, ao falar sobre o treino de narizes em uma indústria de perfumes, na qual um nariz que pouco distinguia diferença graduais e sutis entre odores, passa através do treino, por meio de um kit de odores composto por gradientes de cheiros, a captar diferenças sutis, tornando-se o que se denomina “nariz”, por estar habilitado ao acesso a um mundo de cheiros, até então, inacessível, adquire, a partir da experiência de aprendizagem, um “nariz”, com capacidades afetivas e sensíveis. Utilizando a experiência o autor afirma que não é somente um “nariz” que é adquirido pelo treino e disponibilidade em colocar-se em experimentações, mas, considerando o corpo em pesquisa, afirma que “adquirir um corpo é um empreendimento progressivo que produz simultaneamente um meio sensorial e um mundo sensível” (p. 41). Mais articulados e sensíveis nossos corpos se tornam, adquirem porosidades abertas às forças da vida.

Para partilhar nossas experiências com o campo de pesquisa e como acompanhamos os atores e atoras em pesquisa, e também como esses nos acompanharam, nossas trajetórias compartilhadas e os acontecimentos, optamos por trabalhar com cenarizações, nas quais “[...] os acontecimentos serão descritos para que se forme um panorama do que está sendo acompanhado” (KASTRUP; TSALLIS, 2009, p. 16), assim, acessamos a dimensão processual das realidades em composição, abandonando a crença de um real já dado, estanque e cristalizado. As cenarizações que comparecem na dissertação foram colhidas a partir dos registros no diário de campo, na medida em que nos possibilitaram além de acompanhar os atores e atoras, trabalharmos com os conceitos de *rede*, *cuidado* e *afeto*, tendo em vista que escolhemos tais conceitos como aposta ética-política, ao querermos dar visibilidade a práticas de cuidado, composição de rede e a circulação de afetos nos processos de reintegração familiar, que ocorrem nas instituições de acolhimento. Comparecerão no texto oito cenarizações, dentre as vivenciadas na pesquisa. Escolhemo-las em pacto com os atores e atoras que conosco pesquisaram. Iniciamos, então, com a primeira delas, que diz de nosso primeiro contato com o campo de pesquisa e dos afetos em nós suscitados.

6.1. Cenarização 1: Como adentramos o campo de pesquisa?

Iniciamos, portanto, narrando nosso primeiro encontro com a Comissão de Pesquisa da Secretaria Municipal de Assistência Social de Vitória-ES (SEMAS), realizada no dia 24 de novembro de 2016, na Casa do Cidadão, local em que se encontra lotada a Secretária de Assistência Social, suas gerências e coordenações.

Para adentar o campo de pesquisa, foi-me exigido, a construção de um pré-projeto, dentro das normatizações exigidas pela SEMAS. Concluído o projeto, envie-o, por e-mail, aguardando ansiosamente pela resposta, que desejava ser favorável à minha entrada.

Mandei o projeto, com um mês de antecedência, respeitando o cronograma de avaliação de propostas de pesquisa e a periodicidade das reuniões da Comissão. Em poucos dias, recebi a notícia, via e-mail, que o projeto de pesquisa fora aprovado, foi um instante de muito êxtase e alegria, pois daria entrada no campo de intervenção, tão almejado e ansiado, por envolver o contato com o outro, a vivência diária e a imersão no campo de pesquisa, pois no projeto de pesquisa apresentado no processo seletivo para entrada no programa de mestrado não dispensava uma pesquisa intervenção. Considerando as intercorrências presentes – o tempo de espera para avaliação, a escrita do projeto, o envio e sua avaliação -, estava convicto que não abdicaria de uma pesquisa de campo.

Na mesma mensagem em que constava a aprovação do projeto, era solicitado a comparecer na SEMAS para uma reunião, pois havia algumas dúvidas em relação ao texto, que, no dia da reunião, foram-me faladas. As dúvidas relacionavam-se ao aporte metodológico escolhido, a amostragem – que não havia sido apontada com precisão - e, sobretudo, o instrumento que utilizaria para a coleta dos dados, o Diário de Campo.

Dirigi-me, então, para a SEMAS, portando em minha mochila, uma cópia do projeto e minha pequena agenda, na qual realizava anotações e observações, um ensaio do diário de campo, (bem, assim pensava, quando na verdade, já era o diário em composição). Tinha como certo que as dúvidas seriam esclarecidas, sem interpelações ou observações por parte da Comissão de Pesquisa, e que sairia da reunião com a carta de apresentação em mãos, para, logo em seguida, iniciar a pesquisa de campo. Embora estivesse certo da aprovação, sentia-me ansioso e apreensivo, tomado por afetos que me impossibilitava, no momento de analisar minhas implicações.

Chego ao prédio, no horário combinado, às 15h: 00min vou à portaria, um pouco tímido - por estar em território “estranho” - em busca de informações sobre a sala em que

deveria me encontrar com a Comissão. Sou informado que a sala se encontrava no segundo andar. Subo as escadas, lentamente e contando os degraus, com as mãos transpirando, os dedos inquietos e o peito arfando; ensaiando o que falaria, pensando nas prováveis perguntas que poderiam ser feitas e nas respostas impecáveis que daria (quanta presunção, deste pesquisador!). Havia-me esquecido do imprevisto que tais encontros podem portar, dos abalos que podem ocorrer no encontro com a diferença, com as atoras e os atores que colocam problemas outros e nos retiram de nossas certezas e boas intenções.

Por se tratar de Órgão Público, que aglutina uma diversidade de gerências e coordenações dos Serviços Socioassistenciais pertencentes ao Sistema Único de Assistência Social – SUAS - muitas pessoas estavam no prédio. Com certa dificuldade, solicitei informações a trabalhadoras e trabalhadores para encontrar a sala e o setor onde se encontrava a Comissão avaliadora, uma senhora me informa a sala e, mesmo assim, entro na repartição errada, sendo redirecionado, por uma senhora, para o espaço correto.

Enfim, encontro a sala e, por me apresentar no horário combinado, prontamente me atendem. Apresento-me na recepção e sou direcionado a outra sala, menos ampla, na qual havia uma mesa redonda, papéis sobre ela e cópias do meu projeto de pesquisa nas mãos das técnicas. Todas se encontravam sentadas, à minha espera, cinco técnicas e trabalhadoras da Assistência Social, que faziam parte da Comissão de pesquisa.

Cumprimentamo-nos com apertos de mão e sorrisos – o meu, um pouco tenso, havia me espantando com a quantidade de profissionais selecionados para avaliar meu texto, cinco trabalhadoras, sentadas em uma mesa redonda, era um número que, naquela situação assustava-me, pois me dei conta que habitava uma zona de incertezas, pois mais bem-intencionado que pensava estar, minha pesquisa, em sua metodologia, tem como aposta estar aberta às interferências. Questionava-me: “- Afinal, havia ou não sido aprovado?! Começaria, enfim, a pesquisa de Campo?!” (O pesquisador havia se esquecido, que a pesquisa já havia começado, desde o momento em que se propõe a fazer um mestrado, em que se deseja adentrar nos processos formativos e de pesquisa).

“Por que o susto?” Questiono-me agora, revistando meu diário de campo e finalizando a escrita da dissertação. Talvez, por uma verdade, arraigada e conservada, que me fez acreditar e desvalorizar o procedimento de avaliação do projeto de pesquisa – visto, no momento, como meramente burocrático. As técnicas, ao colocar questões, provocações e proposições, também compunham com a pesquisa. Ali a pesquisa estava em andamento, em feitura. Abrir-me as interferências ou permitir que, conforme apontado por Latour (2008), ao

falar sobre a recalcitrância dos objetos de pesquisa, “[...] concebe as tuas pesquisas de forma que maximizem a recalcitrância daqueles que interrogas” (p. 50). Recalcitrância como a capacidade de os objetos em pesquisa objetarem obstinadamente à pesquisa que lhes é apresentada. Tem-se como decorrência, da recalcitrância, o reformular das questões e hipóteses do pesquisador, permitindo ao mesmo repensá-las no encontro com os sujeitos em pesquisa, por meio de questionamentos: o que as torna mais interessantes para aqueles com quem escrevemos, uma vez que construídas em um espaço relacional-dialógico? Havia-me esquecido da potência da recalcitrância quando propomos uma pesquisa tecida COM o outro, na qual a autoria não é exclusiva de um único sujeito.

Iniciamos, então, a discussão do projeto de pesquisa e sou informado por uma das técnicas sobre o motivo de ter sido convocado para a reunião, havia dúvidas a serem esclarecidas, quanto a metodologia de pesquisa adotada – PesquisarCOM –, em relação ao público alvo – a princípio eu não havia delimitado em quais Serviços de Acolhimento eu desenvolveria a pesquisa, tão pouco a faixa etária e o sexo –, e, principalmente, sobre o Diário de Campo. Era-me questionado: “O que pretende colocar no diário de campo?” “Como objetiva fazer o registro, considerando os princípios éticos de proteção do anonimato das crianças, adolescentes e famílias, pois essas já foram expostas a diversas situações de violação de direitos?” “O seu projeto está muito amplo, com quem pretende trabalhar e como vai trabalhar, com as crianças, adolescentes, famílias, profissionais?”.

Respirei e lembro que, provavelmente, ruborizei, pois senti as faces esquentarem, ao responder as perguntas-problemas que me foram feitas. Encontrava-me indignado, pois estava compreendendo àquelas questões como entraves e empecilhos para a execução da pesquisa. Possivelmente, estava capturado e agindo segundo as minhas próprias certezas.

Com o intuito de responder o que me fora questionado, afirmei que a proposta presente no projeto de pesquisa, antes de adentrar ao campo de intervenção, encontrava-se aberta e passível de ser coletivamente repensada - embora, enquanto pesquisador estava resistindo a esse exercício do fazer pesquisa considerando as interferências e problemas colocados. A entrada e imersão no campo, de acordo com o referencial teórico escolhido, permitiria o delineamento do campo e objeto da pesquisa – sujeito a modificações - via pactuação com as técnicas. Estava esquecendo-me que a pesquisa já havia começado e que as interpelações destas técnicas, eram necessárias para um texto que se pretendia escrito por várias e muitas mãos.

Maturana e Varela (2001) ao discutir o conceito de acoplamento estrutural, trazem à baila a noção de *perturbação*, próprias aos organismos vivos em sua dimensão relacional, pois ao se possibilitarem processos de interação e interferência mútua, desencadeiam efeitos de perturbação e não intrusão uns sobre os outros, ou seja, as interações causam mudanças na organização e estado do organismo. As perturbações não destroem o vivente, mas permitem que esse vivencie processos de coprodução nos encontros, pois ao receber interferências, mudanças ocasionam perturbações, e – como, por exemplo, este encontro vivido na pesquisa – geram acoplamentos que engendram mudanças nos nossos modos de ver e perceber a vida.

Por isso, precisei atentar-me ao que se passava, e não perceber as colocações como intromissões, mas sim como perturbações em minhas verdades e intenções de pesquisa que havia estruturado.

Em diálogo com as técnicas, recebi sugestões de Serviços de Acolhimento que poderia realizar a pesquisa, considerando que me propunha a estudar, de um modo geral, *os processos de Reinserção/Reintegração Familiar* que acontecem nos Serviços de Acolhimento Institucional.

Uma atora-técnica sinaliza duas casas em que teria mais contato com essa temática, pois nelas ocorria maior quantitativo de processos de reinserção familiar. Foi-me apresentado, então, dois Serviços, a Casa de Acolhida I - porta de entrada para crianças de 0 a 6 anos - e o Centro de Vivência II – preferencialmente meninos de 6 a 12 anos, respeitando-se grupo de irmãos e considerando algumas especificidades -, dissera-me o nome das gerentes e técnicas que atuavam em cada Serviço. Fui tomado por uma vontade e desejo de pesquisa nestes espaços, não só pelo o que me foi apresentado, mas pelas possibilidades de estar em dois serviços, localizados em bairros diferentes, de conhecer espaços com faixas etárias de crianças e adolescentes diversificados. Encerrada a reunião, solicitaram o reenvio do projeto com alterações, dentro de certo prazo, para nova apreciação. Saio da sala, ainda assim, sentido-mês frustrado, pois ansiava já obter a carta de autorização. Deixo as dependências do prédio onde se localiza a SEMAS, em direção ao ponto de ônibus, tomado por um misto de sentires: fôlego por uma realidade ainda por vir, nas casas de acolhimento, e desânimo por ter que aguardar por mais um mês para à entrada no campo. Retornei para casa, já com o sol de primavera, renunciando o verão que nos acompanharia na pesquisa, pensando nas modificações a serem feitas no projeto de pesquisa.

6.2. Cenarização 2: Adentramos ao campo de pesquisa

Passada duas semanas e refeita as reformulações, envio o projeto e, em poucos minutos, recebo a resposta, via e-mail, nela consta que meu projeto só seria reavaliado no mês de janeiro, devido a data de reenvio. Ler essa resposta provoca-me indignação e desespero, ligo para minha amiga de grupo de orientação Hannah⁹ e comunico a ela a resposta que recebi, sinto-me agoniado e sou tranquilizado e acolhido por ela, que se prontifica a me acompanhar à SEMAS, para uma conversa com a comissão que avalia e autoriza à pesquisa. Sinto-me mais tranquilo com a presença amiga de Hannah, neste momento, em que estou tomado por afetos que produzem tristeza e ressentimento.

Combinamos de nos encontrar na UFES, numa terça-feira de tarde, após o almoço. O calor jazia imenso, decidimos ir caminhando do que utilizar o transporte público, devido à proximidade da Universidade em relação a SEMAS. No caminho construíamos um diálogo, era notável, naquele momento os afetos que experienciava, raiva e indignação, Hannah, procurava me acalmar, o que não se confundia com silenciamento, mas como a prática de uma pausa necessária, para que na paisagem por mim vista, em relação a avaliação do projeto, fosse possível perceber outras cenas e composições. Atravessamos a ponte da passagem caminhando e, acredito que, também estávamos efetuando uma passagem, do lugar do ressentimento e da culpa, que imobilizam para a compreensão de que somos feitos e refeitos no caminhar da pesquisa, no qual às perturbações são bem-vindas, certas determinadas apostas não se sustentam sozinhas.

Chegamos à SEMAS, minha ansiedade aumenta, ambos, eu e Hannah, nos direcionamos à sala da Comissão Avaliadora. Ao perceber as reações de meu corpo, sou aconselhado por Hannah, a manter-me calmo, o que no momento é extremamente difícil. Ela se apresenta e logo encontra um conhecido, explica a situação de minha pesquisa, o amigo de Hannah convoca a nova responsável por avaliar a pesquisa, sentamos os quatro conversamos sobre a possibilidade de avaliar a pesquisa ainda naquele mês (novembro). A senhora responsável pela pesquisa, disse que comunicaria aos outros membros da Comissão que muda a cada mês. Ao fim da conversa, nos despedimos, sinto-me mais tranquilo, e meu corpo torna-

⁹ Chamo-a de Hannah, por tratar-se de uma amiga do mesmo grupo de orientação, pós-doutoranda, com a qual construí um vínculo de cuidado e afeto.

se grato à Hannah e a sua disponibilidade de estar ali comigo. Retornamos caminhando, o sol a pino, e nós, acreditando na possibilidade da liberação do termo de autorização.

Na mesma semana, recebo a ligação da SEMAS, de que a pesquisa havia sido autorizada, deveria passar no órgão para retirar a carta de apresentação e autorização, o que faço no mesmo dia, expressão minha gratidão aos funcionários, uma rede de amizade se tece no pesquisar, não por combinados interesseiros, mas por pactos e compromissos coletivos, que dizem de redes afetivas, apostas na construção de comuns, assim vivenciei esse momento da pesquisa.

6.3. Cenarização 3: Chegando ao Centro de Vivência 2 e a Casa de Acolhida 1

Dou entrada no campo de pesquisa em janeiro de 2017, para isso entro em contato, por WhatsApp, com a nova responsável pela coordenação geral dos serviços de acolhimento em Vitória. Combinamos uma data para visitar as casas de acolhimento, Centro de Vivência 2 e a Casa de Acolhida 1, como não sou munícipe de Vitória e estou acostumado apenas a circular nas regiões próximas à UFES, peço a coordenadora que me envie os endereços dos Acolhimentos, bairros que nunca havia circulado ou que conhecia apenas por fazer parte do trajeto rodoviária X casa.

O Centro de Vivência 2, localiza-se no bairro Maruípe e a Casa de Acolhida 1, no bairro Tabuazeiro. Sinto receio e medo, pois o desconhecido, os caminhos inabituais me constroem, a quem recorrer para localizar, com precisão às casas de acolhimento? Faço uso da ferramenta google maps, que me viabiliza um pequeno reconhecimento das ruas e bairros, até mesmo, consigo visualizar a fachada de ambos os serviços. Utilizando a ferramenta de localização, vou experimentando às ruas, os caminhos que percorrei e para facilitar construo pequenos mapas, feitos à mão, e anexo com cola nas primeiras páginas dos dois diários de campo. Como exemplo de cartografia, trago o mapa construído para chegar à Casa de Acolhida 1.

Rua José Fraga Mota, vire à esquerda –Entre na Severino Pantaleão Alves – Vire à esquerda na Avenida Manoel Marques – Segunda à direita na Manoel Marques para pegar a José Ferreira dos Santos – Primeira à direita Edson Barbosa Dumas.

Seguindo às orientações, fornecidas pela ferramenta virtual, perco-me nas ruas, assim como, conversando com os moradores e moradoras do bairro, consigo encontrar atalhos, retrazar caminhos e acessar outros territórios. Observo a mudança, gradual e paulatina, da paisagem: saí de um espaço constituído por vias duplas e triplas, nas quais transitam automóveis, dos mais diversificados modelos. Automóveis que, hermeticamente fechados, nos impossibilitam de ver os rostos e os corpos de quem os guiam. Onde há uma grande quantidade de ônibus que transportam e conduzem, de modo não muito confortável, um conglomerado de pessoas, estas sim, de rostos e corpos visíveis. Outra Vitória se apresenta aos meus olhos, talvez, em uma primeira e rápida visada, mais próxima em sua paisagem territorial e aspecto, do bairro que, até a minha vinda para Vitória, habitei durante toda a minha existência, o bairro Zumbi, localizado na cidade de Cachoeiro de Itapemirim.

Não via mais prédios comerciais e residenciais de alto e médio porte, construções que me ocasionam, com considerável frequência, certo impacto, uma sensação de pequenez diante daquilo que se apresenta com magnitude e opulência. Peripécias tecnológicas da construção e engenharia civil. Edificações caracterizadas por uma arquitetura moderna e suntuosa. Um incomodo se produz em mim e, penso: "Não há neutralidade, nem mesmo na engenharia ou nas ciências que nomeamos de "ciências exatas", dado que, tais estruturas fronteiras, nas quais o acesso a grande maioria das pessoas encontra-se obstruído. Quando há acesso, este se dá de modo diferenciado."

O que agora vejo, são muitas e pequenas casas, de formas variadas e diversificadas, construídas próximas umas às outras. São numerosas a quantidade de escadarias e becos que compõem a paisagem; vielas e ruas estreitas criam vias de passagem semelhantes a bifurcações, nas quais para acessar o mesmo lugar, vários caminhos podem ser percorridos.

Devido a aparente semelhança, geográfica e social, com o bairro no qual vivi, um sentimento de familiaridade e, conseqüente, conforto se apossam de mim. Engodo cognitivo para o pesquisador! Afinal, como poderei acreditar que habito o mesmo território, sendo que me encontro em outro? Não estaria sendo capturado por uma armadilha representacional, que me faz almejar replicar o mesmo e encontrar-me com o idêntico?

Questões que me acoissam o corpo, quando na escritura do diário, registro às primeiras idas ao campo.

Conforme o pactuado com a responsável pela coordenação dos serviços de acolhimento de Vitória, começo, acompanhando ela, minhas primeiras idas ao campo de pesquisa para conhecer os serviços e ser apresentado às casas e técnicas. Em minha bolsa trago uma garrafa de água, o diário de campo, uma cópia do projeto de pesquisa – submetido à SEMAS e ao Comitê de ética da Plataforma Brasil- e a carta de autorização emitida pela SEMAS que asseguraria, em termos burocráticos, minha entrada e permanência nas instituições de acolhimento. Embora portasse a carta em mãos, não a percebia como garantidora de uma pesquisa que possui como referencial teórico-metodológico o pesquisar-escreverCOM, pois havia um campo problemático a ser desenhado com e nos encontros com os atores e as atoras, na partilha de nossas intencionalidades, receios e expectativas. Esses eram os afetos que percorriam meu corpo e faziam a derme vibrar.

Afeto que não é compreendido “[...] no sentido da emoção que escapa da razão, mas de afeto no sentido de resultado de um processo de afetar, alguém ou além da representação” (GOLDMAN, 2005, p. 150) e das identidades e papéis pré-estabelecidos que circunscrevem lugares dicotômicos, tais como aquele que pesquisa e aqueles e aquelas a serem pesquisados. Deixar-se afetar pelas alteridades presentes no campo contribui para a constituição de um corpo poroso às forças intensivas. Uma vez imerso no campo e por ele afetado, outras relações dialógicas e contratuais podem advir, não tão protocolares e rígidas, mas estabelecidas a partir dos acontecimentos suscitados na pesquisa em ato. Por isso, afetar e ser afetado é também uma aventura, pois corremos o risco – bem quisto – de ver nossos projetos se desmancharem (FRAVET-SAADA, 2005, p. 160) diante dos movimentos irruptivos da vida.

Com toda a ansiedade que me acompanhava antes de conhecer as casas de acolhimento e apresentar a proposta de pesquisa às técnicas e coordenadoras de cada serviço, sabia que esse era um exercício a ser praticado cotidianamente.

O primeiro serviço a ser conhecido foi o centro de vivência 2, que consigo localizar com considerável precisão e facilidade, embora não houvesse nenhuma placa que identificasse a casa, pois segundo as normativas e orientações técnicas, os serviços de acolhimento não podem possuir em sua fachada nada que os identifique enquanto tal, devendo

ter a aparência de uma residência. O pequeno mapa-guia me prestou importante auxílio para encontrar a casa.

É a primeira semana de janeiro, está muito quente, fiz um pedaço do percurso caminhando, como cheguei alguns minutos antes da hora combinada, encontro uma sombra de árvore para descansar e sentir o escasso vento traz um leve frescor. Fico observando a estrutura da casa, composta por um pequeno portão de metal branco, dois andares, paredes externas pintadas em tons claros. Vejo algumas pessoas chegarem ao serviço, de carro ou caminhando, quando o relógio sinaliza a hora combinada, aproximo-me do portão e logo vejo algumas crianças, brincando no pátio acompanhadas pelos cuidadores e monitor. Percebo que elas me olham por um breve instante, mas logo em seguida, retornam às suas brincadeiras, a manejar seus carrinhos e bonecas, despreocupadas, fico a pensar quais seriam as histórias que movem o seu brincar. Questiono ao monitor, através do portão, se aquele era o centro de vivência 2, em resposta, ele confirma. Apresento-me, pelo nome e digo que tinha um encontro com a equipe técnica, ele abre o portão e pede para que eu aguarde, pois, a sala da equipe ficava nos fundos da casa e ele iria comunicar a minha chegada. Enquanto aguardo, cumprimento as cuidadoras que estavam naquele plantão, sem dizer muito sobre quem sou ou o que pretendo fazer ali. Em poucos minutos, sou convocado à sala da equipe. Desço as escadas lentamente, deparo-me com um aroma delicioso de roupas recém lavadas, bem perfumadas e penduras no varal. Percebo que há um pequeno pátio, com uma árvore e um espaço recreativo. Próximo à porta da equipe técnica, encontro uma estante com muitos e variados brinquedos, fico por alguns minutos observando-a e pensando nas crianças que ali estavam acolhidas, quem seriam? Teria a oportunidade de estar com elas? Elas estariam presentes na pesquisa? Quais seriam suas histórias e poderia eu acessá-las?

Enquanto era inundado por essas perguntas, sou convidado a entrar na sala pela coordenadora dos abrigos. Há uma pequena mesa redonda, cercada de cadeiras de quatro cadeiras, nelas estão sentadas a psicóloga, a assistente social e a coordenadora do serviço de acolhimento, as quais nomearei como Lygia¹⁰, Rachel e Cora. Todas se levantam e amistosamente me cumprimentam, sou apresentado como Vitor, estudante do Mestrado de

¹⁰ Respeitando a Política de Nomes, anteriormente discuta no texto, as atoras – técnicas trabalhadoras dos acolhimentos - que compõe a pesquisa, receberão nomes de escritoras – poetisas e romancistas – brasileiras. Optou-se pelo nome de mulheres escritoras, na medida em que as atoras foram convidadas a escrever no diário de campo compartilhado, registrar os processos de pesquisa e vivências.

Psicologia Institucional da UFES, que irá realizar uma pesquisa na instituição, já avaliada e aprovada pela SEMAS.

Sou convidado, por Lygia, Rachel e Cora, a apresentar o projeto de pesquisa, “qual era o meu interesse e intenção em realizar a pesquisa no acolhimento?”. Interpelado, digo que pretendo estudar os processos de reintegração e reinserção familiar, apostando na produção de redes de cuidado e afeto, resposta que, para elas, parecia ser muito ampla. Prontamente, sou novamente indagado, em como farei a pesquisa, “quais procedimentos pretendo utilizar e se irei trabalhar com as famílias, crianças ou ambas?”, e se elas, técnicas, também irão comparecer na pesquisa. Digo que minha intenção inicial é adentrar ao campo e construir com elas e os demais o problema de pesquisa que já vinha se delineando, desde a banca de qualificação, quando apontei diversos questionamentos, próximos aos que elas estavam me fazendo naquele momento – explicação que causa certo estranhamento, inclusive em mim, ainda, tomado por um inquietude e ansiedade face ao desconhecido -, e que trazia comigo tais questões, com a intenção de reformulá-las à partir do encontro com o campo e seus atores e atorais, pois a aposta era construir uma problemática de pesquisa que fosse interessante e pertinente a elas e aos demais atores e atorais participantes da pesquisa.

Ao utilizar a terminologia *atores e atorais*, sou convidado a explicitar, com mais precisão e clareza, o referencial teórico-metodológico utilizado no projeto de pesquisa, que, naquele momento, era folheado e lido pelas três, indagavam-me “qual era o meu entendimento de rede?”, “o que seriam atores e atorais, qual o sentido dessa nomenclatura?”, “como se daria esse acompanhamento de tecer-criar redes?” “como registraria e colheria os dados da pesquisa” e, principalmente, “o que era cuidado, como eu o entendia”.

Entendi, naquele primeiro encontro, que responder as perguntas a mim dirigidas era de suma importância, não apenas em virtude de aclarar dúvidas, mas também das próprias perguntas possibilitarem o redesenho e a escolha do problema de pesquisa, no entanto, preocupei-me em como responder sem achatar ou emoldurar, à priori, a experiência em curso ou me posicionar como pesquisador que detém conhecimentos e saberes para doutrinar teoricamente aqueles e aquelas que pouco sabem sobre os próprios processos e acontecimentos vivenciados em seu cotidiano.

Em virtude de estabelecer diálogo com as perguntas feitas, iniciei falando sobre a teoria Ator-Rede (ANT), desenvolvida pelo estudioso do campo dos estudos de Ciência,

Tecnologia e Sociedade, Bruno Latour, explicitando que por ator ou *actante* compreende-se tantos os humanos como os não-humanos, aqueles que possuem agência, isto é, capacidade de definirem-se pelos efeitos de suas ações, sendo também o ator ou *actante* um mediador na composição e feitura de redes. “O que seria um mediador?”, lançam-me a pergunta, respondo que o mediador atua na formação de redes não apenas intermediando-a, mas promovendo tensões e articulações na rede que não se encontra pronta e finalizada, por isso, o mediador encontra-se incluído na rede, compondo-a e promovendo conexões distintas e heterogêneas.

Dessa maneira, disse que não pretendia apresentar um trabalho que desse conta de explicar ou definir o que é rede ou se existem “boas ou más” formas de criar rede, mas que estava interessado em acompanhar o processo de produção de redes por elas engendrado, cotidianamente, em suas práticas de trabalho. Aproveitei o diálogo que construíamos para fazer perguntas às técnicas, o quanto elas se sentiam incluídas nas proposições da pesquisa, e percebi que, naquele movimento, estava redesenhando meu problema de pesquisa, a partir das indagações das atoras, “Seria, então, nós, em nosso trabalho a sermos pesquisadas?”, questionei se era interessante a elas participarem da pesquisa, dizendo que acompanharia o trajeto por elas realizado nos processos de reinserção/reintegração familiar, descrevendo e registrando as vivências em diário de campo compartilhado, no qual elas também teriam a possibilidade de fazer registros, inclusive, contrapondo-se ao que eu ali havia descrito.

Em resposta, Lygia me diz que gostaria de participar da pesquisa, pois sentia que às vezes, a prática cotidiana de trabalho permeada por urgências, tais como o imediatismo em responder às demandas dos processos judiciais, produzia uma sensação de cristalização e naturalização de certas práticas e que, por assim ser, era bom “ter alguém de fora”, que auxiliasse num certo processo de “desconstrução”. Rachel também diz estar interessada na proposta de pesquisa, e diz aceitar participar.

Digo à Lygia e à Rachel que não pretendo ser o pesquisador que irá moralizar suas práticas de trabalho, ao afirmar ou apontar pretensiosamente o que é certo ou errado, mas que estou me colocando no campo de pesquisa para com elas acompanhar o produzir e tear de redes de cuidado. Ao usar o termo cuidado, sou questionado, mais uma vez, pelo o que entendo como cuidado. Trago, assim, a perspectiva de cuidado que norteia o trabalho, formulada pela médica Annemarie Mol (2008) que, ao discutir modos de cuidar, distingue duas lógicas possíveis, sendo essas a lógica do cuidado e a lógica da escolha. Para Mol

quando pensamos em cuidado, somos remetidos a uma certa forma de cuidado em que há um sujeito que cuida de um outro que demanda cuidados, dessa forma, as regras que regem a relação de cuidado encontram-se estabelecidas e polarizada antes mesmo que se dê o contato entre os atores. Temos, então, um sujeito portador de saberes cientificamente legitimados, que dita e determina o que deve ser feito para que se estabeleça uma vida saudável promotora do bem-estar a outro que deve obedecer à risca às prescrições e determinações. Comumente, segundo a autora, encontramos essa lógica, denomina lógica da escolha, na relação médico-paciente, mas ela não é exclusiva deste campo relacional, sendo também vivenciada em diversas relações humanas. Embora, a lógica da escolha predomine, em muitas práticas e relações, há sujeitos que recalcitram, que resistem às prescrições que lhe são feitas, o que por vezes, nos faz pensar que a rejeição é um não querer por parte do outro, quando um outro modo de olhar, pode nos remeter a uma outra compreensão, certos que cuidado envolve mais do que apontamentos, aconselhamentos embasados em regras generalistas, cuidado é um exercício de atenção, acolhimento e escuta da singularidade de uma vida. Ele envolve negociação, o estabelecer de pactos – que podem ser repactuados –, uma temporalidade que abarca as necessidades singulares de cada um, pois as necessidades são umas hoje e podem mudar. A lógica do cuidado considera as demandas singulares de cada um em cada contexto e história, ela constrói-se na relação, fazendo-se “[...] dia a dia através das conexões locais, situadas, encarnadas, capazes de produzir[...]” (MORAES; ARENDT, 2013, p. 320) coletivos e modos singulares de cuidar.

Após essa abertura e compartilhar do referencial teórico e do projeto de pesquisa, digo que é intenção da pesquisa o exercício da lógica do cuidado, pois me pergunto sobre a possibilidade de estabelecermos conexões entre os atores da rede pautados na lógica do cuidado, principalmente, nos processos de reinserção familiar. Considerando os processos de reinserção familiar, quais mundos são criados/performados quando nos propomos estabelecer relações de confiança e práticas de cuidado? É possível criar e inventar práticas, em nosso cotidiano que, a partir da lógica do cuidado, tecam redes de cuidado e afeto, gerando outros modos, não impositivos e deterministas nas relações das técnicas com às famílias, crianças e adolescentes, considerando toda a complexidade vivida nas instituições de acolhimento?

Divido as perguntas com Cora, Rachel e Lygia, que prontamente dizem “é, não me parece pouca coisa”, após respirar profundamente e dar um sorriso, confirmo que realmente não é pouca coisa, aproveito a fala para convidá-las a participar da pesquisa e a contribuir

com a escrita, através dos registros que elas poderiam fazer no diário de campo. Retiro o diário – um caderno preto, de capa dura e sem pautas - da mochila e o coloco sobre a mesa. Falo que o diário de campo, dentro do que pretendo na pesquisa, não é um instrumento de coleta de dados no qual constariam apenas descrições e registros meus, íntimos e privados, do que foi visto e observado, mas que minha pretensão era torná-lo público e coletivo, na medida em que após efetuar os registros – posteriores aos acontecimentos vividos no campo, faria as anotações após cada ida ao campo – deixaria uma ou duas vezes na semana com elas, sendo assim poderiam lê-lo e também escrever, para que, desse modo, exercitássemos uma escritaCOM, que não é somente da esfera da concordância, mas também abarca pontuar discordâncias e a diversidade de modos como somos afetados.

Lygia diz que gostou da proposta e que irá, em um momento ou outro, escrever no diário, pois se sentia muito arraigada à escrita técnica de relatórios e pareceres. Rachel disse desconhecer a “metodologia” da pesquisa, mas que achou interessante e que acredita que o estudo trará contribuições para o trabalho, dizendo que tenho liberdade para expressar-me com ela, caso perceba algo que entenda como “errado”. Mais uma vez, penso sobre como me colocar no campo de pesquisa tendo como diretriz ético-política a lógica do cuidado.

Após a apresentação da pesquisa, Cora me pergunta quanto tempo pretendo permanecer em campo, digo que se possível e viável à equipe, por dois meses. Percebo que não há resistências quando solicito esse tempo em campo. Rachel pontua a importância de construirmos uma agenda para minhas idas ao serviço. Sentamos, então, mais próximos e com nossas agendas abertas, pactuamos as datas e os horários das idas ao campo, considerando estudos de caso com outros atores envolvidos nos processos de reinserção familiar, audiências no Vara da Família, visitas familiares e dias em que irei ao campo e poderei acompanhar às visitas familiares. Lygia propõe que criemos um grupo de WhatsApp para facilitar a comunicação, considerando imprevistos que possam acontecer, todos concordamos e o grupo é criado, no mesmo momento. Sinto-me menos ansioso, Lygia e Rachel dizem que acreditam que a pesquisa poderá trazer importantes contribuições para o serviço, agradeço a disponibilidade delas em apostar na pesquisa. Após a fala de Lygia e Rachel, Cora, gentilmente diz que “uma vez no serviço, faço parte dele”, que “também serei cobrado como as meninas o são”, todos rimos. Cora fala que poderei fazer minhas refeições, almoço, na casa, que ela não vê problema nisso e que não preciso ficar tímido, agradeço e falo que tentarei não ser tímido, ela me diz acreditar ser importante fazer as refeições com todos e

todas da casa, certa de que isso poderá facilitar a minha presença e o estabelecimento de vínculos. Para finalizar sua fala, pede a cópia do projeto, dizendo que fará uma cópia, para que aquele fique com as técnicas e o outro fique na sala dos cuidadores e cuidadoras, para que eles e elas também possam ficar inteirados da pesquisa. Agradeço e digo que é importante que esses atores e atoras saibam da pesquisa, embora não sejam elas diretamente a serem acompanhadas, pois pesquisar é partilhar experiências.

Sou convidado, por Rachel, para conhecer a casa e as crianças que estão no acolhimento. Aceito o convite e retornamos juntos, eu, Rachel e Lygia, para as dependências internas da casa. As técnicas pedem às cuidadoras para que reúnam as crianças na sala e, em pouco tempo, elas se encontram sentadas nos dois sofás marrons, umas ao lado das outras, algumas com seus brinquedos nas mãos, outras com o dedo na boca, e uma minoria atenta a TV, que é desligada para que eu me apresente. Alguns demonstram descontentamento quando a TV é desligada, afinal, estavam vendo o desenho mais querido, após almoçarem. Rachel inicia a fala “vocês sabem quem é esse daqui? É o tio Vitor, ele é estudante, vai passar um tempo conosco e fazer uma pesquisa...”. Antes de terminar sua fala, Rachel é interrompida por uma pergunta, feita por uma das crianças, que olha para mim e diz, “mas o que é uma pesquisa?!” A pequena me interpela ao colocar essa questão, percebo que estávamos usando uma linguagem muito acadêmica, distanciada de seu universo relacional e linguístico, paro e penso, - sei que, naquele momento, ruboresci, pois senti o rosto esquentar – “o que responder, como responder?!” uso uma analogia “então, é como quando a professora de vocês pede para que façam uma pesquisa, um dever de casa, que saiam de suas casas e vão na casa do vizinho fazer perguntas ou explorar o bairro, anotar e depois apresentar para ela e pros outros colegas de turma, a pesquisa é como uma tarefa que preciso fazer, por isso conto com vocês, se permitem que eu passe uns dias aqui com vocês, na casa de vocês, é importante ter autorização e que todos e todas respondam, vocês podem dizer não, afinal, fui o tio chato que interrompeu o desenho”. Algumas sorriem e confirmam que realmente eu atrapalhei o desenho, mas que eu poderia estar com eles, querem saber quanto tempo ficarei, quais dias da semana irei e quantas horas no dia, “meu tempo aqui é provisório, ficarei por dois meses e virei três vezes na semana”. Penso ser importante fazer essas pontuações, pois sempre me questiono como adentramos um espaço, como permanecemos e como dele saímos. Após esse contrato verbal com as crianças, retornamos à sala da equipe técnica.

A coordenadora dos serviços de acolhimento me pergunta se gostaria de ter mais algum ponto a ser dito, em resposta, falo que não, sinto que é o momento de me despedir, considerando que em poucos dias, estaria novamente no serviço. Levantamo-nos dos lugares em que estávamos sentados, Cora me dá as boas-vindas e me deseja boa sorte no trabalho, com apertos de mão nos despedimos, agradeço e deixo o meu até breve..., com a alegria da possibilidade de pesquisar. Retorno para o ponto de ônibus, a distância do Centro de Vivência 2 à via principal, onde embarco no ônibus é cerca de 10 minutos, aproveito para, com mais tranquilidade, observar a paisagem, suas cores e formas, boas andanças na pesquisa, esse é um desejo que faz palpitar o coração.

Convido, neste momento, você leitor ou leitora para conhecer como se deu nossa chegada à Casa de Acolhida 1.

Envio mensagem, via WhatsApp, para a coordenadora dos Serviços de Acolhimento de Vitória, para confirmar nossa visita à Casa de Acolhida 1, recebo, em resposta, uma mensagem dizendo que a visita iria ocorrer no dia e hora previamente combinado, sendo assim, deveria comparecer às 10hrs no serviço. Por desconhecer a localização, peço à coordenadora dos serviços de acolhimento, Elisa, que me envie o endereço por mensagem e, mais uma vez, ao obter o nome da rua e o número da casa, utilizo a ferramenta de busca do google maps para encontrar a Casa de Acolhida 1. O que não é difícil ou árduo, uma vez que seguiria, até certo ponto, o mesmo trajeto que fiz para chegar ao Centro de Vivência 2, realizando, no trajeto, um pequeno desvio e em poucos minutos chegaria à Casa de Acolhida 1. Pego uma folha de caderno, e com o auxílio do google maps, construo meu pequeno mapa, anexando-o, com cola, na primeira página do diário de campo. É importante destacar que utilizo dois diários de campo, um para cada serviço e que as distintas equipes não leem os registros umas das outras, na pesquisa optamos por esse procedimento.

Peço licença a leitora ou leitor, para realizar uma pequena, mas importante pausa na narrativa desta cenarização.

Até o último parágrafo, você percebeu que utilizei a política de nomes quando me referi às atoras e aos atores que compõem com a pesquisa e escrita da dissertação, no entanto, com a coordenadora dos serviços de acolhimento de Vitória, não fiz uso da política de nomes, referindo-me a ela em relação ao cargo que ocupa. Dou-me conta disso ao revisitar o texto, o que me suscitou incômodos, que penso ser pertinente compartilhá-los com vocês. Não estaria

ela participando da pesquisa, enquanto atora que produz rede, na medida em que me apresenta os serviços de acolhimento, diz - em nossas conversas - estar interessada no andamento e na conclusão da pesquisa, fazendo-se presente nas primeiras cenarizações que emergem do encontro com o campo? Que efeitos eu estaria produzindo ao não nomeá-la no diário; mais que um *efeito sem nome*, como eu estava percebendo-a na pesquisa? Teço essa análise não tentando gerar culpabilização, tão pouco por crer que, por essência, todos devem ser “batizados” com um nome, que de um modo ou de outro os represente, não se trata de uma ação identitária ou representacional, mas sim da importância de criar condições de existência e partilha de um texto comum. Dessa forma, penso ser importante dar visibilidade a este momento de percepção que entendemos fazer parte do processo de escritura do texto, por isso, lhes pedi licença para compartilhar esse pensar. A partir daqui, ela será nomeada, como Elisa, nome de uma poetisa capixaba. Gratidão, por aceitar essa pequena pausa, prossigamos...

A data agendada para a visita é o dia 13/01/2017, uma sexta-feira, embora seja no período da manhã, o dia está bem quente, e como terei que fazer parte considerável do percurso caminhando – que envolve subir e descer morros – carrego em minha mochila, além do diário de campo, uma garrafa abastecida com muita água e um chapéu. Vou de ônibus até a avenida principal e quando encontro uma senhora, sentada nas escadas de sua casa, pergunto qual o caminho e ela me aconselha a seguir para chegar à Casa de Acolhida 1, no bairro de Tabuazeiro. Ela me dá algumas orientações e coordenadas, possíveis caminhos e desvios, para chegar mais rápido e me poupar de subir as ladeiras mais íngremes. Escuto com atenção, embora saiba de minha dificuldade em seguir orientações relacionadas ao espaço geográfico, agradeço a senhora e prossigo minha caminhada.

Ao cruzar as informações do meu mapa com as fornecidas pela senhora, percebo que estou perdido no bairro e sinto um pouco de receio imiscuído ao medo de me perder em lugares desconhecidos. Insegurança, vivida no corpo, que se aliava ao receio de se arriscar em caminhos e paisagens outras. Para não ser tomado por esses afetos, enquanto caminho pelo bairro, penso no percurso da própria pesquisa, no qual é preciso, em alguns momentos, reconhecer-se perdido e não temer esse perder-se, pois ele porta a potência da descoberta de outros rumos, do encontro com caminhos não conhecidos e a possibilidade de criar outras formas de circular e andar na vida, menos tomadas pelo medo e desconfiança. Afinal, na pesquisa também não perdemos nossas hipóteses iniciais e certezas imperiosas que trazemos em nossos corpos, na medida em que nos disponibilizamos aos outros e outras e, como um

exercício, colocamo-nos abertos aos imprevistos dos encontros? Eis que o perder-se possibilita-nos um encontrar-se de outro modo nos (des)caminhos da pesquisa.

Depois de muitos passos, subidas e descidas, encontro à Casa de Acolhida 1. Devido ao intenso calor, chego ao serviço com a respiração ofegante e com a camisa encharcada em suor, procuro uma sombra para descansar um pouco. Passados cinco minutos, toco a campainha e sou recebido por uma cuidadora que, ao abrir o portão, pede que eu espere por alguns minutos, enquanto ela comunica minha chegada à equipe. Enquanto aguardo, observo o quão ampla e bonita é a Casa de Acolhida 1, possuindo dois andares: no primeiro piso há um amplo espaço recreativo para as crianças com muitos brinquedos e materiais lúdicos, escorregadores, pequeno playground com casinha e ambiente adaptado com material de segurança, sala da coordenadora e da equipe técnica e uma escada que dá acesso ao segundo andar. Algo que me despertou a atenção foi o fato da casa ser pintada em tons claros, alternados com objetos coloridos. Espaço muito organizado. No decorrer de minha espera, fico pensando nas crianças que brincavam naquele espaço, quem seriam essas? Mesmo que a pesquisa não se desse diretamente com elas, era inevitável não imaginar os rostinhos das vidas que ali habitavam.

Em poucos minutos de espera, a porta abre e sou convidado por Elisa para entrar na sala, onde se encontram sentadas, ao redor de uma mesa, a coordenadora do serviço e as duas técnicas que atuam na casa - psicóloga e assistente social. Os nomes escolhidos, segundo a política de nomes adotada, também se referem a escritoras brasileiras, neste serviço foram Adélia, Cecília e Ana Cristina.

Sou apresentado de modo semelhante a como fui no Centro de Vivência 2: Vitor, estudante do mestrado de Psicologia Institucional da UFES, que irá realizar uma pesquisa na casa, estudando os processos de reinserção familiar. Adélia, Cecília e Ana Cristina se apresentam, por nome e falam quais são suas funções no serviço. Como encontro-me ainda muito suado, o que me ocasiona constrangimento, justifico meu estado por ter caminhado a pé, ter me perdido e, para não chegar atrasado, realizei o percurso em passos acelerados. Ao escutar meu relato, gentilmente, Ana Cristina, diz que posso usar o banheiro e utilizar o bebedouro para reabastecer minha garrafa com água, aceito seu convite e solicito alguns minutos para tal.

Recomponho-me e retorno a sala. Antes de iniciar a apresentação do projeto e sua metodologia, agradeço o tempo de espera e começo minha exposição, distribuindo uma cópia do projeto à Adélia, Cecília e Ana Cristina, para leitura. Digo que no decorrer da exposição, elas podem fazer interferências e questionamentos, que serão bem-vindos e sempre pertinentes à pesquisa. Concluo a breve exposição e Adélia inicia o diálogo, diz que pensa ser interessante que a pesquisa aconteça no acompanhar de seu trabalho em rede com as famílias e demais políticas públicas da rede socioassistencial (CRAS E CREAS) e políticas intersetoriais (saúde e educação), pois no serviço, majoritariamente, as crianças acolhidas são bebês. Além disso, diferentemente do Centro de Vivência 2, a Casa de Acolhida 1 caracteriza-se como o primeiro serviço responsável pelo acolhimento das crianças, após intervenção do Conselho Tutelar. As crianças ficam em média noventa dias na casa, período no qual a equipe técnica é responsável por desenvolver intervenções articuladas à rede com o objetivo de promover a reinserção familiar, seja na família de origem ou família extensa. Caso a temporalidade necessária extrapole noventa dias, a criança é transferida para os Centros de Vivência, que dão continuidade ao trabalho.

Penso ser importante essa colocação de Adélia, pois entendo sua colocação como auxílio no delineamento do problema de pesquisa que, de certa forma, modula-se em proximidade com o formulado com a equipe do Centro de Vivência 2. Compartilho essa proximidade com Adélia e as demais presentes na sala, marcando a diferença que não é restrita apenas à caracterização de cada serviço, mas diz dos próprios processos singulares de compor redes de cada ator em seu cotidiano de trabalho-vida.

Adélia me diz que considera a pesquisa importante, e faz uma fala próxima àquela que escutei no Centro de Vivência 2, quando uma das atoras me disse que “às vezes, nos cristalizamos em processos e ter alguém de fora é importante para realizar apontamentos”. Ainda, Adélia me concede liberdade para dizer ou falar “quando eu vir algo que considero errado”, fala que é endossada por Cecília e Ana Cristina, que riem e confirmam “pode falar Vitor, aqui não tem disso de ficar chateado, trabalhamos em equipe”. Ao escutá-las, penso sobre o lugar que desejo ocupar e digo o quão importante é não ser percebido como aquele que vem de fora para analisar práticas e criar critérios de julgamento sobre condutas inadequadas. O que movimenta a entrada no campo é a aposta ético-política de acompanhar, nos processos de reinserção familiar, a produção de redes e que, nesse acompanhar, nos produzimos em rede e com a rede. Sintetizo com uma pergunta que elaboro da seguinte

maneira: O que se passa nos processos de reinserção familiar? Quais os atores em ação e quais redes produzem?

Ao lançar essas perguntas, Cecília olha-me e diz que “parece ser uma pesquisa diferente das quais está habituada a ver”, apenas sorrio. Ana Cristina pergunta o porquê do meu interesse em pesquisar os serviços de acolhimento e os processos de reinserção familiar que neles acontecem, para respondê-la, utilizo minha experiência de estágio extracurricular em serviço de acolhimento para crianças e adolescentes, no qual, por quase dois anos, vivenciei diversas situações que foram ímpares em minha graduação e na escolha desse campo para o ingresso no mestrado. Expresso minhas inquietações vividas na época do estágio em relação à reinserção familiar que, à época, parecia-me que as famílias recebiam pouca ou nenhuma atenção por parte dos operadores das políticas públicas, recebendo encaminhamentos “frios” e, caso não seguissem as orientações, eram penalizadas ou culpabilizadas, com a manutenção dos filhos e filhas no acolhimento. Sinto que Ana Cristina escuta meu relato com atenção, seus olhos encontram-se fixos em mim, ao encerrar minha fala, ela me diz que é uma proposta de pesquisa bacana, pois poucos parecem se interessar por realizar pesquisas em acolhimento. Digo que me deparei com algumas pesquisas sobre os processos de reinserção familiar e que pretendia trazê-las em alguma parte do corpo do texto dissertativo.

Continuamos nosso diálogo e uma das falas de Ana Cristina me chama a atenção, quando ela relata a relação afetiva que possui com as crianças e os bebês acolhidos, “existe apego, carinho. Às vezes é difícil ver as crianças deixarem a casa para serem reinseridas às suas famílias ou irem para a adoção, mas a gente sabe que o acolhimento prolongamento, principalmente nessa idade, também não é bom, é claro que elas vão para um lugar melhor, o que deixa a gente alegre, mas não tem como negar que criamos vínculo com elas. Sua fala transmite ternura ao me contar sobre sua relação com as crianças. Nossa conversa assume um tom “menos técnico” e Adélia e Cecília também contam de outras crianças as quais se afeiçoaram, nomes surgem e juntos com eles histórias de vida.

Acompanho com atenção suas falas, faço algumas perguntas sobre essas crianças, idade, se permanecem ou não acolhidas, se foram transferidas para algum Centro de Vivência, se retornaram para sua família, se sim, voltou para a família de origem ou foi para algum familiar, que não os pais – família extensa. Nesse instante, Adélia pergunta se eu tenho

interesse em acompanhar os processos de reinserção familiar que ocorreram ou estão para se efetivar na família de origem ou na família extensa, digo que ambos me parecem interessantes, e que gostaria de conhecê-los. Adélia me concede liberdade para ler os prontuários e, assim, conhecer um pouco do histórico das crianças. Agradeço a confiança ao me oportunizar acesso aos prontuários, que são sigilosos, sendo assim, acordamos que as informações neles contidas não comparecerão no texto.

Quando estamos conversando, eu e Adélia, sobre os prontuários, Ana Cristina, interroga sobre a periodicidade de minhas idas ao serviço, que podíamos estabelecer uma agenda de visitas até o fim do mês de fevereiro, sendo que as datas acordadas podem ser alteradas, em virtude de outras demandas que possam surgir no serviço. Acredito que é importante pactuarmos as visitas, considerando que estarei em dois serviços distintos no mesmo período. Adélia propõe que minhas idas ao campo aconteçam nas terças e quintas, no período da tarde, pois nesses dias e horário, os pais e familiares visitam as crianças e bebês e ela e Rachel realizam os atendimentos familiares. Caso ocorra algum estudo de caso com a rede, fora do horário de minhas idas ao campo, elas me comunicariam por telefone, antecipadamente, para que eu comparecesse, se fosse de meu interesse e de valia para a pesquisa. Digo ser importante pactuarmos em conjunto. Pego minha agenda, e nelas vou fazendo as anotações das datas de visita, o que Adélia e Cecília também fazem. Elisa comunica que precisa sair e se despede de todos, “agora que já apresentei Vitor e conversamos, vou me retirar, pois preciso retornar”. Ana Cristina pede licença e diz que me deixará na companhia de Adélia, pois Cecília precisaria sair também.

Então, permanecemos apenas eu e Adélia na sala. Ela me convida a conhecer a casa, aceito seu convite, saímos da sala e subimos as escadas, em direção ao segundo piso da casa. Deparo-me com uma pequena varanda, bem arejada e com uma linda paisagem, à esquerda. Quando olho para a direita, logo percebo um armário, muito colorido, uma vez que repleto de frutas, legumes e verduras. Adélia percebe que estou olhando na direção do armário e diz que possuem muitas leguminosas devido à alimentação apropriada para os bebês. Adélia me oferece um suco e um pedaço de bolo, dizendo que posso me sentir à vontade, aceito o bolo e o suco, sirvo-me e enquanto saboreamos o bolo, Adélia narra sobre o contexto e cotidiano de seu trabalho, sobre as intempéries que encontra nos processos de reinserção familiar, fala das possibilidades e impossibilidades vividas, “a maioria das crianças são filhas de pais que fazem uso abusivo de substâncias psicoativas, sempre precisamos muito da rede presente,

especialmente a de saúde, quando encaminhamos os pais para o CAPSad, para que façam o tratamento e possam reaver a guarda de seus filhos. Encontramos muita dificuldade com a rede, quando solicitamos outras políticas e suas respostas parecem ser insuficientes diante das demandas e necessidades desses pais.” Ainda diz: “a maioria dos processos de reinserção familiar que acompanhamos acontece na família extensa, com avós, tios ou tias, mas há casos com a família de origem, são poucos, mas existem”. Escuto suas observações e quando percebo, já está no meu horário de ir. Adélia pergunta onde moro e oferece uma carona, como está se aproximando de seu horário de almoço, e, neste dia, ela precisa ir a sua casa, oferece-me uma carona, no que aceito prontamente.

Deixo o serviço acompanhando Adélia e registro num pedacinho de papel que se encontrava em minha agenda, pois ainda não tinha levado o diário ao campo, “pesquisar envolve vincular-se à rede já em feitura”. Uma breve anotação a ser transposta para o diário de campo.

6.4. Cenarização 4: Acompanhando uma Audiência de Reintegração Familiar

No dia 25 de Janeiro, Lygia entra em contato comigo, via WhatsApp, e me comunica que no dia 27, sexta-feira, no período da tarde, acontecerá uma audiência de reintegração familiar, à família de origem, na Vara da Infância e Juventude de Vitória, questionando se eu tenho interesse em participar, digo que sim e combinamos de nos encontrar às 12h no espaço de acolhimento, pois a audiência estava marcada para as 14h e iríamos de ônibus até o Centro de Vitória.

No dia 27, ao chegar ao acolhimento, sou recepcionado pelas crianças que abrem o portão para que eu entre na casa, algumas pegam em minha mão e me direcionam para a mesa localizada no espaço onde realizam suas refeições, chamam-me de “tio Vitor” – sonoridade que me é familiar, mas que gera estranhamento, porque fazia tempo que não era chamado de tio, com fim da época do estágio – e, quando percebo, estou sentado na mesa com elas, conversando, até que Lygia chega e me pede para que aguardemos a chegada de Rachel para que possamos ir à audiência. Como estavam concluindo a refeição do almoço, algumas

crianças me convidam para almoçar com elas. Cora também está na mesa almoçando e reforça o convite, agradeço e recuso, pois já havia almoçado na Restaurante Universitário.

A mesma criança que havia me perguntado o que “era uma pesquisa”, surpreende-me, “tio, seus olhos mudam de cor, é a oitava vez que você vem à nossa casa”, ela acerta com precisão a quantidades de vezes que tinha ido ao acolhimento, parableniza-a. Peço sua ajuda, no final da pesquisa irei recorrer a ela para saber se a quantidade das minhas idas, registradas no diário, bate com a contagem dela.

Rachel chega ao serviço e nos comunica que iremos os quatro, eu, ela, Lygia e Cora, de táxi para a audiência, para evitar atrasos, proponho ajudar nos custos com a despesa, mas ela me diz que não será necessário, pois a instituição que mantém a casa arca com despesas como essas. Naquele momento, percebo que a equipe se encontra envolta por um clima de tensão. O táxi chega, entramos no carro, eu me sento no banco de trás, com as duas técnicas. Pontuei minha percepção com as meninas, perguntando se elas estavam bem, respondem que se sentiam tensas devido à audiência. Lygia me diz que está preocupada com a pontualidade em não chegarmos atrasados, pois embora as audiências de reintegração familiar não comecem no horário agendado, devido às intercorrências inesperadas, elas optam por chegar no horário marcado. Como não acompanhei o processo de reinserção familiar desde seu início – que perpassa o contato inicial com a família, as visitas familiares e técnicas, intervenções propostas para sanar a situação de vulnerabilidade que levou ao acolhimento dos filhos e os estudos de caso com demais equipamentos da rede -, participando apenas da audiência judicial – na qual poderia ou não ocorrer a reinserção familiar, a depender do parecer do Juiz ou Juíza da Vara de Infância e Juventude – Lygia e Rachel, durante nossa ida à audiência, contam-me os processos por elas vivenciados com as crianças e sua mãe, desta reinserção em específico, no que elas já me adiantam que são favoráveis ao retorno das crianças ao convívio com sua família de origem, pois entenderam como equivocado o acolhimento, contam-me, então, os motivos do acolhimento das crianças, suas percepções. Sinto-as ansiosas, no seu falar e expressar-se, pois “somos favoráveis ao retorno da convivência das três crianças com sua mãe, um desentendimento levou ao acolhimento, uma falta de informações corretas e diálogo, logo foram retirando as crianças da mãe, percebo uma falha nisso, sabe, o que me deixa muito preocupada, e tenho receio que algum operador do judiciário se imponha, pois sabemos que nem todos são favoráveis a reinserções, por terem medo de que elas não sejam bem-sucedidas, sabe, não deem certo, e as crianças retornem para o acolhimento mais uma

vez, o que é indesejável, a criança depois de retornar ao convívio familiar, mais uma vez, volta para o abrigo, isso nos deixa angustiada”, compartilha uma das técnicas. Rachel olha para trás, pois estava sentada no banco da frente, “então, Vitor, você conheceu as crianças na casa, nós fizemos um breve resumo do caso delas, agora, antes do início da audiência, vamos detalhar para você e dizer, antecipadamente, que somos favoráveis à reinserção familiar, o porquê de apostarmos nessa inserção e o quanto estamos temerosas caso o judiciário emitia um parecer negativo”. De fato, em reunião anterior, com a psicóloga e assistente social, ambas já haviam me contado um pouco da história das crianças, apontando aquelas que se encontravam em processo de reinserção familiar e as que já haviam sido inseridas, dizendo-me que eu poderia me sentir a vontade para acompanhá-las nesses casos, caso eu entendesse que eles poderiam contribuir com a pesquisa. Como eu estava tendo contato com os processos em **decurso**, optei por acompanhar tanto os que já haviam sido efetivados e as técnicas acompanhavam por um período, como aqueles que estavam em vias de se concretizarem, a depender do parecer delas.

A história das três crianças que se encontram em reinserção, ainda acolhidas e, hoje, poderiam retornar para sua mãe, foi-me narrada por Lygia e Rachel, “ela é mãe de três crianças acolhidas, uma menina de 13 anos e dois meninos, um de 4 quatro anos e o outro de 1 ano e meio, tendo também outro filho, ainda bebê, que se encontra com ela”. “Então Vitor”, disse-me Lygia, “como se deu esse acolhimento, a mãe estava recentemente operada, tinha realizado uma cesárea, estava de repouso em casa, tendo dificuldades, por não contar com a ajuda do companheiro e por não conseguir ir à Unidade Básica de Saúde, os pontos de sua cirurgia infeccionaram, ela necessitou ir às pressas ao hospital, deixando os outros três filhos em casa, entendendo que os dois filhos pequenos ficariam sob os cuidados da filha de treze anos. Nessa ida ao hospital, a mãe necessitou de passar alguns dias, para cuidar da infecção e as crianças ficaram sozinhas, recebendo, no período, uma visita da Agente de Saúde que, diante da situação, compreendeu o ocorrido como negligência materna, denunciando ao Conselho Tutelar que ao chegar a casa e deparar-se com a situação realizou o pedido de acolhimento das crianças. Com nossas visitas, percebemos que a mãe não era ou é negligente com seus filhos, que sempre teve muito cuidado com os mesmos, inclusive em todas as visitas familiares feitas no acolhimento, percebemos o seu sofrimento – ao deixar a casa chorando – e os das crianças – que também choram e dizem não querer que sua mãe parta sem levá-los. É nítido que um mal entendido, uma falta de melhor apuração dos fatos, provocou o acolhimento, que a nosso ver, conforme apontamos em relatório encaminhado à Vara, pode

ser desfeito e as crianças reinseridas à sua família de origem, é claro que há preocupações de nossa parte, pois o companheiro da mãe possui conflitos com a filha de 13 anos, mas não vemos isso como impedimento para a reinserção familiar, afinal quais filhos ou enteados não possuem conflitos com os pais ou substitutos quando se é adolescente? O importante é cuidar dessa relação, acompanhá-los, para evitar um novo acolhimento. As crianças sentem muita falta da mãe, isso é nítido, assim como ela, uma senhora muito simples, tem demonstrado claramente seu sofrimento, perguntando sempre, a cada visita, se naquele dia poderia levar os filhos para casa.”

Respondi um pouco desconcertado, pelo relato escutado, que quando estagiário, já havia vivenciado situações semelhantes, inclusive de um acolhimento feito numa segunda de manhã, quando a criança brincava na rua e, no mesmo dia, na segunda de tarde, o pai compareceu ao serviço, muito insatisfeito, explicando a situação e dizendo que não havia motivos para o filho ser acolhidos que, inclusive, havia acionado seu advogado para um provável processo, pegou o filho no colo e o retirou da casa de acolhimento. Disse isso, uma vez que entedia muitos acolhimentos como equivocados, no sentido de ainda serem pautados numa lógica de criminalização das famílias pobres e no discurso “protetivo” da infância enquanto um *risco*.

Finalizamos nossa conversa, pois chegamos à Vara da Infância e Juventude, um prédio antigo, com uma pintura que, aos meus olhos, não é agradável, possui uma aparência sombria, e não encontro elevadores, fico pensando na ausência de acessibilidade para quem necessita. Um prédio de vários andares, subimos quatro vãos de escadas até chegar a sala onde ocorreria a audiência.

Chegamos à sala de audiências, acho-a pequena, composta por uma mesa central, onde provavelmente se sentariam as autoridades do judiciário: juíza, promotora e auxiliar da juíza. Em paralelo e abaixo (nível inferior) da mesa central, havia uma mesa quadrada, maior, na qual Lygia me comunica que era o lugar onde no sentaríamos todos e todas, técnicas, coordenadora, defensor público e mãe das crianças acolhidas. Ressalto que as crianças se encontravam no acolhimento e não participariam da audiência.

Gradativamente, após a nossa chegada, chegam os demais que participariam da audiência, juíza, promotora, auxiliar da juíza, defensor e a mãe das crianças, uma senhora que se senta ao lado do defensor. Todos se cumprimentam e sinto que logo sou percebido como

uma figura “estranha”. Lygia e Cora me aconselham que me apresente à Juíza e à promotora, dizendo quem sou o que estou fazendo ali, sinto-me inibido diante das autoridades judiciárias, por temer uma resposta negativa e uma não autorização para participar da pesquisa. Peço licença à Juíza, aproximando-me dela explico a pesquisa, que se tratava de acompanhar os processos de reinserção familiar junto às equipes do acolhimento, que era muito importante estar naquele espaço, uma audiência em que se decidiria pela reinserção familiar ou não, digo que sei que os processos ocorrem e sigilo e não é pretensão da pesquisa quebrá-los ou construir uma dissertação que viole os direitos das pessoas ali presentes.

Enquanto justifico minha presença na audiência, chegam à sala, a mãe que está sentada ao lado do defensor público, sinto-a nervosa, inibida. O defensor a questiona se ela está nervosa, ela diz, em poucas e baixas palavras, que sim, pois é a primeira audiência que está participando. A mãe está visivelmente nervosa, pouco se movimenta, olhos fixos e vidrados à parede, respiração contida.

Nisso, a Juíza autoriza minha participação, “claro que pode participar, você perdeu duas audiências que ocorreram no dia anterior, que foram mais complexas, essa de hoje, será mais tranquila, mas é bom que você comece, por algo mais tranquilo, não é meninas” (risos), fala isso direcionando-se para as técnicas, “é, a de ontem foi pesada mesmo, eu mesmo me emocionei, foi impossível que isso não acontecesse”, responde o defensor público. Sinto-me ansioso, mãos geladas e transpirando.

Inicia-se, então, a audiência com falas da Juíza e Promotora que questionam se a mãe estava bem, no que ela responde com um “sim”, em tom baixo, sendo bem diretiva. Logo após, as operadoras do Judiciário perguntam às técnicas se as crianças se encontravam bem no acolhimento, no que as meninas respondem afirmativamente.

A Juíza e a promotora, começam a aconselhar a mãe “é preciso que a senhora seja a cuidadora de seus filhos, pois não há motivos para as crianças permanecerem no acolhimento, pois entendemos que não houve negligência familiar ou violação de direitos, sendo as crianças acolhidas por uma questão de saúde da senhora. A sua filha mais velha, de 13 anos, percebemos ela, em uma festa no abrigo, muito próxima ao irmão menor, carregando-o no colo, ela não deve desempenhar as responsabilidades de mãe, que são da senhora. É importante que ela, sendo adolescente participe do programa adolescente aprendiz, a senhora deve estar de olho nela, pois se a senhora não cuidar é o traficante ou o homem que vai cuidar (preciso

compartilhar com vocês que essa fala me gera incômodos, a ponto de minha garganta travar e a respiração se tornar difícil, engolir seco e eu me sentir desconfortável na cadeira). Questionam ainda uma provável conduta reprovável da filha adolescente, ao que as técnicas do acolhimento respondem “ela não ficou reprovada, o que aconteceu foi que na transição da modalidade importante para o ano, deu a entender que houve reprovação, mas no período do acolhimento não houve reprovação, pois ela vai à escola todos os dias e apresenta rendimento satisfatório para sua idade e ano escolar’.

Embora eu esteja acompanhando os processos e descrevendo a ação das atoras em pesquisa, não deixo de registrar que essas falas me incomodam, parece-me tratar de um olhar judicializante, que pretende a todo custo prever riscos, pautados em uma virtualidade. De certo que não há risco concreto, mas sim a possibilidade de que esses venham a existir, todos os conselhos consideram esse risco e, a meu ver, procedendo assim, acaba-se produzindo um sujeito em risco. Todas as intervenções indicadas, em tom de ordem, consideram a adolescente detentora de potencial risco. Não seria possível pensar conselho e projeto que, mais do que impostos ou uma cobrança, considerassem a singularidade dessa adolescente, seus desejos, além de um olhar que se centra sobre um risco, ainda inexistente, mas que passa a existir na medida em que todas as ações são direcionadas para evitar comportamentos de risco? Fico com essas reflexões, coloco-as no diário de campo e as trago aqui.

A Assistente Social da Vara, que está sentada à minha frente, do outro lado da mesa, questiona quem sou, apresento-me, falo sobre minha pesquisa de modo sucinto - falamos aos cochichos - a temática: acompanhar os processos de reinserção familiar junto às técnicas dos serviços de acolhimento. Ela, com o corpo um pouco agachado, escuta-me com atenção, “estou interessada na sua pesquisa, sabe, gosto de ver quando a reinserção familiar acontece, gostaria de ler seu trabalho e qualquer coisa que precisar, conte comigo, pois acho que ainda fazemos errado nas reinserções familiares”. Agraço sua disponibilidade, digo que após a defesa, o texto será público e que poderemos compartilhar com ela.

Enquanto estamos conversando, juíza, promotora e defensor dialogam entre si. A Juíza solicita a atenção de todos e todas na sala, é o momento do parecer: favorável ou não a reinserção família? Chega o momento de escutarmos a fala da Juíza: “Considerando que essa mãe nunca foi negligente com seus filhos e os vínculos que ela mantém com os mesmos, bem como o desejo das crianças retornarem para o convívio familiar, meu parecer é favorável para

a reintegração familiar, senhora seus filhos estão sob sua guarda”. Ao receber essa notícia, imediatamente, a mãe leva as mãos ao rosto, comprimindo-as com muita força e cobrindo a face, começa a soluçar profundamente e a chorar, seu peito arfa, sinto que ela parece conter um choro há muito retido. Com a atitude da mãe, os olhos da juíza enchem-se de água e ela deixa algumas lágrimas rolarem em sua face, “Ah mãe, se você chorar assim, vou me emocionar também”, de fato, ela já está chorando. Percebo as técnicas alegres, o defensor público com os olhos também aquosos, todos e todas parecem estar emocionados com a reintegração. A mãe, gradativamente, retira as mãos da face, aparenta estar mais tranquila, porém muito ansiosa, “quando poderei pegar meus filho?!!!!”, emite essa frase de modo espontâneo e, acredito, inesperado para todos, pois, até então, se mantinha quieta. Rachel informa que levará as crianças na segunda-feira, pois necessita de um tempo para realizar o desligamento das crianças, arrumar suas coisas, pois os pequenos tinham ganhado muitos presentes nas casas. Todos assinam a guia de “des-acolhimento”, Rachel se direciona a mãe, “a senhora está feliz?” A mãe responde, “mas é claro que estou, meus meninos vão voltar, não suportava essa distância!”.

A audiência se dá por encerrada, agradeço minha participação, saímos da sala e vamos em direção às escadas. Rachel me interpela: “terei que arrumar as coisas das crianças reintegradas”, percebo-a afetada, “separar seus medicamentos, roupas, brinquedos, o pequeno, o mais novo, ganhou muitas roupinhas no acolhimento, sentirei falta deles, mesmo sabendo que estarão vivendo com sua mãe e não mais abrigadas”. Digo a Rachel que não vejo problema nenhum em sentir saudade, talvez ela seja um dos indícios que nos afetamos no processo de cuidar e que também sentia saudades das crianças que cuidei em Cachoeiro. Chegamos ao térreo, os quatro, eu, Lygia, Rachel e Cora e, com o fim da audiência no término da tarde, nos despedimos. Sigo em direção ao ponto de ônibus. Naquele dia, ao presenciar essa cenarização de reintegração familiar, pergunto-me se é possível essa separabilidade nítida entre ser neutro e técnico, deixando as emoções de fora, uma vez que são os próprios afetos que nos mobilizam e nos fazem apostar nas famílias e em seus vínculos, criando também, em nós, vínculos afetivos, que embasam nosso cuidar. Vou indo, o ponto de ônibus me aguarda, até a próxima cenarização!

6.5. Cenarização 5: Acompanhando um Estudo de Caso, reintegrar ou retirar o poder familiar? Atores em cena.

Leitor ou leitora, como você já deve ter se dado conta, eu não acompanhei os processos de reintegração familiar na “íntegra”, ou seja, desde seu início, contemplando o acolhimento da criança até o seu provável retorno para a família de origem ou não. Isso exigiria mais tempo e presença no campo, pois tais processos exigem uma temporalidade que escapa à minha presença em campo. Tudo que vivenciei, registrei no diário de campo e tenho trazido aqui algumas experiências como cenarizações. Para não tornar a leitura pedante, não trago na íntegra as anotações de meu diário – eles se encontram disponíveis, caso vocês desejem acessá-lo. Apresento agora um estudo de caso ocorrido, envolvendo vários atores, em um dos serviços, onde uma das discussões foi sobre a vulnerabilidade de uma família que, naquele momento, possuía três filhos acolhidos, não sendo seu primeiro acolhimento. Os atores divergiam quanto à retirada do poder familiar e o encaminhamento para a adoção, pois as crianças estavam crescendo e devido à crença e à fala de uma técnica: “quanto mais velho, menos impossibilitadas para a adoção estarão, reintegrar é correr o risco que essas crianças voltem para o acolhimento, mais uma vez, impedindo que elas tenham uma família que cuide e invista na melhoria de suas vidas”.

O estudo de caso ocorreu na Casa de Acolhida 2. Nele participaram os seguintes atores: equipe psicossocial da Casa de Acolhida – psicóloga e assistente social; equipe psicossocial do CREAS Maruípe – psicóloga e assistente social; Assistente Social do Centro de Vivência 1 – serviço de acolhimento onde se encontrava uma das crianças acolhidas; Conselheira Tutelar; Agente de Saúde e Enfermeira da Unidade Básica de Saúde da Ilha das Caieiras – responsáveis por acompanhar a mãe das crianças; Professora e Pedagoga do CMEI – da escola onde as crianças estudavam, quando estavam vivendo com a suposta mãe negligente.

Chego a casa e, como de costume, toco a companhia, devido às inúmeras visitas, já não sou mais uma figura estranha para as cuidadoras, tanto é que elas nem descem mais para abrir o portão, jogam a chave pela janela, eu entro, devolvo a chave em suas mãos, cumprimento-as e já me direciono para a sala da psicóloga. Esse fato faz com que eu me sinta “menos intruso” e mais participante da dinâmica da casa.

Nesse dia, percebo Adélia afoita com o estudo de caso. Vou abastecer minha garrafa com água e me deparo com Adélia, “Vitor, você pode me ajudar na arrumação da sala, temos poucas cadeiras disponíveis, estou pegando em outras salas. Ah, mais uma coisa, pega esse jarro e enche ele com água para mim, pois hoje teremos muitos técnicos aqui, a ponto de nossa sala quase não comportar todos, provavelmente ficaremos bem impressadinhos”. Prontifico-me em ajudá-la, vou, então, em busca de cadeiras e água.

Dispomos as cadeiras na sala, que se torna pequena, formando um círculo disforme. Provavelmente, com a chegada dos atores, ficaríamos bem próximos uns dos outros. Aguardamos os atores que, gradativamente, vão chegando. Com a quantidade de pessoas presentes, sinto-me um pouco inibido, sei que quanto mais atores, mais possibilidades de articulações e discordâncias, portanto, mais versões de uma realidade emergem, no entanto, trata-se de um número que embora possa ser interessante constrange-me, são pessoas com as quais não estou habituado, já havia criado um vínculo com Adélia e Cecília.

Nem todos chegam no horário combinado e aguardamos. Percebo que Adélia permanece tensa. Por fim, todos os atores convidados estão presentes, assim sendo, iniciamos as apresentações. Cada uma – são todas mulheres – diz seu nome e em qual equipamento e política – saúde, educação ou assistência social – encontra-se vinculada, bem como a função que exerce. Rachel me apresenta: “Esse é o Vitor, ele estuda na UFES, faz mestrado e está pesquisando os processos de reintegração familiar”. Depois disso, ela me passa a palavra e eu apresento sucintamente a pesquisa, seus métodos, objetivos e solicito autorização para participar no estudo de caso. Todas as técnicas escutam atentamente e não demonstram resistência, dizendo, em conjunto, que eu poderia participar e, enquanto falo sobre minha pesquisa, percebo que a pedagoga do CMEI olha nos meus olhos e esboça um sorriso, o que produz em mim uma sensação de confiança.

Iniciamos, então, a discussão do caso, as trabalhadoras da Unidade Básica de Saúde dizem das intervenções feitas com a mãe: preventivo, marcação de consulta em que a mãe geralmente falta, orientações quanto ao cuidado e higienização das crianças etc. Dizem que a mãe não consegue exercer funções mínimas de cuidado para com seus filhos, no que a pedagoga do CMEI complementa, “a criança chegava com a fralda do dia anterior, suja, pesadinha, muitas vezes, tive que pegar a mãe e ensinar como trocar a fralda”. A assistente social retoma a fala, contando das dificuldades que encontra para fazer com que a mãe

compareça às consultas médicas para tomar as injeções contraceptivas que, às vezes, necessita ficar lembrando com antecedência, quando não tem que buscar a mãe em casa. Ao escutar o relato, pergunto-me se essa não seria uma prática de cuidado em saúde interessante para a construção de um vínculo de confiança.

A diretora e a pedagoga complementam a fala da assistente social da Unidade Básica de Saúde, confirmando a dificuldade da mãe no entendimento das funções básicas maternas de cuidado com os filhos. A professora do CMEI acredita que “a mãe possui alguma dificuldade neurológica, e acredito que precisamos de um encaminhamento para confirmar se esse problema existe, com exames e consulta médica com neurologista. Acompanhando os atores, é inevitável me questionar se nas práticas de saúde, em relação ao cuidado materno, não estaríamos aprisionados em referências pautadas em concepções marcadas por um modelo de “mãe” ideal, cujo efeito, segundo o que já vimos, é a culpabilização (e penalização) da mulher por qualquer coisa que ocorre no “lar” e com as crianças?

Nisso, a conselheira tutelar questiona a assistente social do Centro de Vivência 1, sobre um dos irmãos, que está acolhido no Centro de Vivência 1, “aparentemente esse menino tem algum problema neurológico, como a mãe, vocês já realizaram encaminhamentos, fizeram exames?”. A assistente social do Centro de Vivência 1 responde: “a criança está sendo acompanhada por médico especialista, estamos cuidando destas questões”.

A equipe do CREAS Maruípe assume a fala, e dá seu parecer, dizendo de todas as intervenções tentadas com a mãe: “a mãe é extremamente dependente de seu ex-companheiro, mas nós apostamos na família, embora ocorra história de negligências anteriores que acabaram no abrigo das crianças, toda criança necessita de estar com sua família e nós, CREAS Maruípe, pensamos que outras ações junto à família podem ser desenvolvidas”. Com essa fala, a Adélia intervém, “às vezes, nós, as técnicas, queremos mais do que a família”. Percebo uma indignação em sua fala, segundo Adélia, as negligências, por parte da mãe, são frequentes, e a família não se encontra aberta às intervenções propostas pela rede. Há um semblante no rosto de Adélia que indica angústia, o que também me angustia. Ela complementa, “quantas vezes bem-intencionadas, vamos insistir com a família e perpetuar violações contra as crianças. A mãe, gente, não possui condições de exercer os cuidados, mas isso não significa que a rede não deva cuidar dessa mãe”.

Interrompendo a fala de Adélia, a professora do CMEI, “o quão importante é estar aqui com vocês, eu desconhecia a linguagem técnica usada por vocês da rede. Para mim, essas crianças deveriam ser retiradas de suas famílias e entregues à adoção, para quem quer cuidar, aqui, com vocês, estou tendo outra perspectiva e um novo entendimento das coisas”. A assistente social do Centro de Acolhida 1 diz, voltando-se para a professora, “não se sinta excluída, pois você também faz parte da rede”. Essa fala é interessante, pois, geralmente, as pessoas fazem parte da rede, mas não se percebem integrantes dela!

Sinto que há uma tensão no estudo de caso, sobretudo quando Adélia questiona a todas quais seriam as intervenções que a rede proporia. Nesse momento, impera um silêncio. Depois, timidamente, algumas falam, quase num concessão geral, afirmam, aos murmúrios, “neste caso, todas as intervenções foram esgotadas”.

“Todas as intervenções foram esgotadas”... Sinto-me afetado por essa conclusão, embora não tenha acompanhado todo o processo e não tenha acesso aos relatos das técnicas no estudo de caso. Uma reinserção familiar não se faz possível. Como não cair na culpa que gera impotência e enfraquecimento, descrença naquilo que apostamos?

Após a afirmação “todas as intervenções foram esgotadas”, há conversas paralelas na sala, algumas solicitam silêncio. A conselheira tutelar levanta hipóteses de uma cirurgia de histerectomia e, como ela está sentada ao meu lado, direciona essa fala para mim, o que me assusta, pois, como decidir algo sem a presença da mãe, uma intervenção que impossibilita a uma mulher de gerar filhos, é isso que a mulher deseja, essa seria a única opção? Como ela fala ao grupo e direciona o olhar para mim, provavelmente em busca de uma confirmação falo que seria interessante se esse fosse o desejo da mãe e não uma imposição e que ela participasse ativamente da escolha, sem ser induzida, senti que minha fala não a agradou muito.

A assistente social da Casa de Acolhida questiona a assistente social da Unidade Básica de Saúde o porquê de continuar com as injeções anticoncepcionais, pois trata-se de uma mãe muito jovem para uma histerectomia, uma intervenção médio-cirúrgica muito agressiva, “sendo algo muito forte”, a assistente social fala: “sim, as injeções podem ser uma alternativa viável”. Estamos chegando ao fim do estudo de caso, alguns se demonstram favoráveis pela perda do poder familiar e encaminhamento para adoção, outros acreditam que

as intervenções realizadas foram insuficientes. Os técnicos começam a se despedir. Adélia e Rachel permanecem tensas, seus rostos estão demonstram aflição.

A conselheira tutelar permanece sentada ao meu lado, direcionando-se a mim: “aprenda bem como as coisas funcionam!”. As técnicas do Centro de Vivência, ao escutarem, pontuam que não sou estagiário, mas pesquisador e que já tenho experiência em instituição de acolhimento. A conselheira me diz das dificuldades que os trabalhadores da rede possuem em emitir um laudo ou parecer conclusivo, responsabilizando-se em suas decisões, sobre a reintegração ou não, eu digo que nem sempre nossas decisões podem ser tão imediatas, é preciso ter prudência e cuidado para com todos, tanto com as crianças quanto com suas famílias. Queixa-se da ausência de mais profissionais na rede, bem com da alta rotatividade dos mesmos, “quando o profissional está desempenhando um bom trabalho, consegue outro melhor, deixa o acolhimento, entra um novato, tudo isso para mim, interrompe o andamento do trabalho”. Com sua fala nos despedimos.

Auxilio a Adélia e Rachel a reorganizar a sala. Eu e Adélia conversamos, ela aparenta não estar bem, diz estar indignada com a ausência de atenção de determina equipe da rede em relação à família e à mãe das crianças. Sinto-a não muito bem e convido-a a escrever no diário, “Vitor, neste momento é difícil escrever no diário, é quase impossível, no estado em que estou”, digo que ela pode escrever em outro momento, pois concluirei a escrita na casa e deixarei o diário no serviço para que ela, Rachel e Ana Cristina leiam e, no caso de se sintam à vontade, possam escrever, a partir da experiência vivida.

Encontro um cantinho mais reservado na casa e termino a escrita. Como é para mim fazer esse registro de estudo de caso? Um tumulto de afetos, difícil nomeá-los, não consigo defini-los com precisão, algo me passa e me incomoda. Concluo esse registro, retorno à sala das técnicas e deixo o diário com elas, para que leiam. Despeço-me de ambas, Adélia e Rachel, e retorno caminhando para o ponto.

No próximo encontro na casa, realizado dois dias depois do estudo de caso, chego a casa e logo me deparo com Adélia, “Vitor, eu li seu diário, está aqui, irei devolvê-lo, preciso lhe dizer algo, eu era favorável a não reintegração familiar, até mesmo ao encaminhamento das crianças para adoção, mas após a leitura do diário, me dei conta de algumas falas, minhas e dos demais presentes na sala e mudei de opinião, pois, afinal, retirar filhos de uma família é algo muito sério, li com atenção, refleti e mudei de parecer, não sou mais favorável a não

reintegração, acho que, em conjunto com a rede, podemos tentar outras intervenções junto a essa família, apostando nela”. Recebo essa fala de Adélia com alegria, além dela ter lido o diário, ele a provocou, mesmo não sendo essa a intenção da pesquisa, talvez o registro tenha dado visibilidade à rede que ali se constrói, agradeço a Adélia e permanecemos em pesquisa.

6.6. Cenarização 6: Da pessoa em risco ao risco de confiar

Retorno à Casa de Acolhida 1, com certo atrasado, pois na parte da manhã, estive no Centro de Vivência 2. Justifico meu atraso, o que para Adélia e Rachel não é problema. É dia de visita familiar na casa, mas essas ainda não começaram. Antes que se iniciem, as técnicas me repassam os compromissos agendados, dando-me a liberdade de participar das visitas de reintegração familiar, que representam outros estudos de caso, e perguntando se esses compromissos ajudariam com a pesquisa. Afirmo que é de meu interesse estar nesses espaços com elas. Anoto em minha agenda as datas e horários, por elas passados.

Adélia me convida a ler com ela um relatório psicossocial que será enviado à Vara da Infância e Juventude, sobre um bebê recentemente acolhido. Questionando sobre minha opinião, sinto-me incomodado e compartilho esse estado com ela, dizendo que é difícil para mim dar sugestões sobre o trabalho do outro, mas não hesito em falar que compreendo laudos e relatórios como instrumentos políticos, no sentido de que são construções e podem ser elaborados de modo estratégico, no qual não há um “modo certo” de escrita ou um parâmetro adequado, mas que na escritura do mesmo precisamos estar atentos ao que pretendemos das visibilidade, considerando a singularidade de cada caso. Ao escutar minha fala, Rachel pontua “é verdade, há uma intencionalidade em cada relatório.”

Adélia propõe que discutamos minhas impressões registradas no diário de campo, o que me deixa um pouco apreensivo, o coração acelera e palpita em velocidade, indícios de ansiedade, afinal, há um corpo presente na pesquisa. Dialogar com a diferença nos convoca a ver nossas certezas e impressões abaladas e, nisso, podemos perceber nosso grau de abertura ao campo. Enquanto vamos conversando, afirmo a importância de uma pesquisa que se faz em rede, de criarmos proximidades com os demais atores. Adélia e Rachel pontuam que esse

tem sido o seu desafio, convocar os outros atores a estarem mais presentes nos processos de reinserção familiar. Logo após a leitura do diário, Ana Cristina entra na sala e também manifesta o desejo de ler o diário, ela é a coordenadora do abrigo. Ao escutar sua fala, sinto meu corpo travar, apesar de ser a proposta da pesquisa o compartilhamento do diário, quando isso ocorre, ainda mais eu estando presente, entro em estado de tensão. Ana Cristina fala: “Vitor, se você quiser, pode se retirar da sala, enquanto leio seu diário, pois não é legal estar por perto quando estão lendo o que escrevemos”. Opto por manter-me na sala, minhas mãos transpiram, vou ao banheiro duas vezes, retorno à cadeira localizada perto de Ana Cristina, percebo seu semblante, atento e circunspecto. Minhas mãos sobre a mesa, os dedos inquietos. Digo que se há dificuldade no entendimento de minha grafia, ela poderia me perguntar algo, pois eu poderia ter “caprichado na letra”, ela diz que entende com clareza o que escrevo.

Ana Cristina conclui a leitura e me comunica sobre o término. Fecha o diário de campo delicada e pausadamente, respira profundamente, pousa as mãos sobre a capa do caderno. Respira nos meus olhos e diz, “sei que a prioridade de leitura é de Adélia e Lygia, mas gostaria de ler também”. Respondo que a participação dela na pesquisa é muito importante, que suas contribuições são de extrema validade e que ela pode se sentir à vontade para fazer registros e ler o caderno quando quiser. Ana Cristina, em resposta: “quando entrei no acolhimento, como era difícil para mim entrar em contato com os termos entrega e devolução de criança, após um processo de reinserção em família extensa “malsucedido”, como um adulto pode devolver uma criança, Vitor?!!! Assim como você registrou esses termos, e isso lhe gerou estranhamento, no início de minha prática profissional, essas coisas me deixavam horrorizada. Sem contar a relação com outros atores, que não emitem relatório ou pareceres favoráveis à reinserção familiar, parece que há uma perseguição a essas famílias, que merecem ser castigadas, bom não vou perturbá-los mais, as meninas precisam trabalhar, hoje é dia de visita familiar e você irá acompanhá-las, estarei em minha sala, caso necessitem”.

Iniciam-se, então, as visitas familiares e os consequentes atendimentos por parte da equipe. A primeira mãe atendida possui 19 anos e está com sua família acolhida no serviço. Segundo o que Adélia me diz, trata-se de uma mãe muito jovem, aparentemente em processo depressivo e que tem o desejo de reaver o convívio com sua filha: “Vitor, nós da equipe, temos trabalhado para fortalecer essa mãe, para que ela tenha condições para uma reinserção familiar”.

A mãe é convidada a entrar na sala, seu semblante aparenta estar cansado e abatido. Sua pequena filha a acompanha, ambas estão trocando abraços e muitos beijos, a criança sorri, sobe no colo dela e a beija, a abraça com muita força e gruda na perna esquerda de sua mãe, fazendo desta um pequeno balanço, sorrindo para todos nós presentes na sala. Adélia pede para que a pequena espere do lado de fora, no espaço recreativo por apenas alguns minutos, pois precisávamos conversar com sua mãe. Antes de iniciar a conversa, Adélia me apresenta a mãe, falo sobre a pesquisa e peço autorização para permanecer na sala, o que mãe responde afirmativamente.

Adélia inicia o diálogo com a mãe, perguntando como ela estava se sentindo, pois havia percebido ela abatida. Ao escutar isso, a mãe abaixa o semblante e diz, “as coisas não estão fáceis, minha mãe me expulsou de casa sabe, existe muito conflitos entre nós, tem uma tristeza em mim, que não sei explicar dá onde vem, penso em dar fim em tudo, em retirar minha própria vida, pois não há quem cuide de mim, vivo isso há muitos anos”. Durante o seu relato, percebo que ela contém o choro. Repete várias vezes que pensa em desistir da própria vida, fala baixo e não conseguimos entender o que ela tem a nos dizer. Adélia diz: “nem sempre conseguimos ter as condições familiares que desejamos, mas podemos construir outras relações na vida, se for de sua vontade, você pode comparecer mais vezes na casa, além do horário estipulado para visitas familiares, para ver sua filha, você está vivendo um momento muito difícil, você gostaria de ter um acompanhando para cuidar de si, além deste espaço?”. A mãe que, neste momento, encontra-se com o rosto abaixado e chorando intensamente, responde que sim. Adélia prontamente liga para o CREAS Bento Ferreira, solicita falar com a técnica de psicologia, explica a situação da mãe, na presença desta e passa o telefone para ela, dando a possibilidade da própria mãe ser acolhida pela técnica de referência do CREAS. Elas combinaram um horário de acolhimento e atendimento.

Sinto que Adélia demonstra-se preocupada com a jovem mãe, percebo nos olhos e semblante de Adélia certo tormento. Adélia enfatiza com a mãe a importância de comparecer ao CREAS, um lugar onde ela pode ser acolhida e cuidar das questões que a tem feito sofrer. A mãe compromete-se em comparecer ao atendimento do CREAS e todos nos despedimos, pois as crianças já tinham aparecido na porta por três vezes, e sua filha está ansiosa por brincar com a mãe.

Com a saída da mãe, Adélia comenta: “sinto-me muito preocupada com essa mãe, pois ela nunca teve uma rede de apoio, vive em busca de uma mãe e de uma família idealizada, que não corresponde com suas expectativas, temo que ela cometa suicídio”. Pergunto a Adélia se, com os atendimentos realizados por ela, não há cuidado ali se processando, na medida em que ela se afeta com as questões trazidas pela mãe, acolhendo-a, escutando-a. Que este primeiro momento, em que se inicia o processo de reinserção familiar, não é estanque, não há um momento específico em que tudo se resolverá, mas diz de um processo que se inicia nos primeiros contatos com a família. Adélia diz: “acredito que o investimento deve ser prioritário na família, assim estou investindo na família e respeitando o melhor interesse da criança”.

Respondo que nós que trabalhamos com pessoas em dita situação de risco e vulnerabilidade social, por vezes, precisamos nos arriscar. Colocarmo-nos em risco, quando confiamos em arriscar em vida desacreditas – por políticas públicas, por tantos aparelhos e equipamentos. É preciso arriscar-se a confiar naquelas e naquelas que são apontados como sujeitos em/de risco. Disse que sentia que Adélia estava cuidando daquela mãe, ao propor algo que comumente está fora dos protocolos e recomendações (uma visita familiar além do horário normatizado), que isso era confiar e apostar na vida, pois a vida se tece, podendo ser ampla, estando além de nossas intenções pessoais, cuidar é uma atenção a singularidade de uma vida que está em processo.

Percebemos, eu e Adélia, que já era 17h, hora do término do expediente, partimos então, para nossas casas. Adélia, mais uma vez, me oferece uma carona, aceito, e vamos dialogando no carro, uma conversa que me é muito prazenteira.

6.7. Cenarização 7: O acontecer em uma reintegração familiar

Em uma das visitas ao Centro de Vivência 2, Lygia e Rachel me contam sobre um processo de reinserção familiar de dois irmãos. Neste caso, devido ao vínculo criado com as crianças, escolho por nomeá-las como Vinícius, com 10 anos, e Pedro¹¹, com 05 anos de idade. Lygia diz, “são duas crianças extremamente gentis e afetuosos, você precisa conhecê-

¹¹ Também nome de autores da literatura brasileira infantil.

las, são um caso de reinserção familiar que não deu certo pelo seguinte motivo: a mãe é usuária de drogas e, por agora, não pode reaver a guarda dos filhos, sendo assim investimos no pai, as crianças são muito afeiçãoadas a ele, sempre dizem que o pai cuidou muito bem, levando-as para passear, preparando pizza todo o final de semana, inclusive sempre os visitava quando podia. Realizamos visitas domiciliares, atendimentos e emitimos relatório favorável à reinserção familiar. Porém, no dia em que combinamos de levar as crianças ao pai, pois o abrigo fica em Vitória e o pai reside na Serra, entendemos que seria difícil ele ir com duas crianças, mais as roupas e os pertences que as crianças ganharam de ônibus, colocamos as crianças no carro e fomos, quando chegamos lá, fomos recebidos pela avó que comunicou que o pai havia sido preso, que era um vagabundo e que não queria saber daquelas crianças na casa dela, que fossem levadas para o abrigo. Vitor, isso me chocou muito, pois ela falou isso na presença das crianças, o mais novo, Pedro, começou a chorar, eu e Rachel nos sentimos impotentes em uma situação como essa. Colocamos as crianças no carro e retornamos ao abrigo, desde então, depois deste episódio, Vinícius se tornou rebelde e Pedro, já com cinco anos, passou a rejeitar alimentos sólidos e só se alimenta com mamadeira, ele que sempre comeu no prato com garfo e faca. Diante disso, eu e Rachel decidimos levá-los a uma sorveteria que tem aqui perto, sem que as outras crianças soubessem, pois percebemos que essa situação foi muito frustrante para eles. O pai foi preso por uma bobeira, respondia em liberdade e como ficou sem ir ao fórum assinar os papéis que deveria, a polícia o encontrou e emitiu o mandado de apreensão, faremos uma visita ao Centro de Detenção Provisória para melhor entendermos o que se passou, pois os meninos querem muito viver com o pai. Rachel diz: “Vitor não sei se fizemos certo ou errado, pois pagamos do nosso bolso e não levamos as outras crianças, embora eles tenham dito que gostaram muito. O que você acha, fizemos errado?”. Rachel me questiona e eu penso, responder ou não, e se responder, qual resposta dou. Escolhi o diálogo, a partilha de experiência, disse que não via erro nisso, que entendo cuidado como uma negociação, uma estratégia situacional e que, naquela situação, elas entenderam que um sorvete com as crianças poderia amenizar o sofrimento delas, que a dúvida seguida da culpa por ter feito certo ou errado, pode nos impossibilitar de olhar para os efeitos de nossas ações. Enfim, não seria eu a interferir, como juiz, em seus processos de trabalho e cuidado.

Lygia me diz que seria muito interessante que eu conhecesse os meninos, principalmente Vinícius - que é muito comunicativo e gosta de fazer amizades -, enquanto elas terminam de escrever um relatório psicossocial a ser encaminhado para o judiciário,

pergunto, então, onde está Vinícius. “Ele está no quarto brincando com seus carrinhos, pode subir lá”. Encaminho-me em direção ao quarto dos meninos, a porta entreaberta, bato e escuto uma voz perguntando quem é, me identifico e Vinícius autoriza minha entrada. Ele está sentado próximo à sua cama, no chão, com muito carrinhos da hot wheels aos seu redor, de várias cores e modelos, apresenta-me um a um, falando das capacidades de cada carro, dizendo qual deles desejaria possuir quando crescer, e me pergunta se eu tenho vontade de ter um carro, o que, no momento, eu respondo negativamente. Nós conversamos, eu, sem jeito, sem saber o que falar, Vinícius me faz muitas perguntas: “tio, quanto tempo você vai ficar aqui? Você vai poder brincar com a gente? Quer participar de um campeonato de corrida de carrinhos ou brincar com outro?”. Falo sobre o tempo que estarei no acolhimento e que não há impossibilidade de brincar com ele, que podemos pensar em um dia para isso, que sempre que ele quiser conversar, assim podemos fazer. Digo que preciso retornar à sala das meninas, me despeço, e quando estou descendo as escadas, percebo que esqueci minha caneta, retorno ao quarto, bato na porta, pego a caneta e, mais uma vez, me despeço. Quando estou descendo as escadas, escuto Vinícius me chamar: “tio Vitor, a partir de agora você não precisa mais bater na porta, pode entrar a hora que quiser!”. Sorrio em gratidão e retorno à sala das meninas.

Como é bom nos sentirmos acolhidos no espaço em que estamos inseridos como pesquisadores! A fala de Vinícius é mais do que uma autorização, é um convite para estar com ele, para imergir em seu universo, o que aceito com alegria.

Depois retornei à sala onde estavam Rachel e Lygia. Elas me contam que já possuem uma data agendada para visitar o pai de Vinícius e Pedro, no Centro de Detenção Provisória. Rachel me convida a ir com ela, pois, nesse dia, Lygia não estará presente. Combinamos horário e dia e vamos no carro da instituição que mantém a casa, recebendo, para isso, verbas da Prefeitura de Vitória.

Chego no dia e hora combinados. Saímos eu, Rachel e o motorista em direção à Viana, em busca do Centro de Detenção Provisória, para um atendimento com o pai das crianças. No percurso da viagem, as vias encontram-se abarrotadas de carros e ônibus. Como é janeiro, mesmo com o ar condicionado ligado, o calor é intenso, o que me causa certo mal-estar. Depois de 30 minutos de viagem, chegamos ao complexo de Viana, que me assusta de imediato. Trata-se de uma “cidade” com várias instalações e centros de detenções. Para chegarmos ao local onde se encontra o pai de Vinícius e Pedro, demoramos cerca de quinze

minutos. Na portaria, nos identificamos, Rachel diz que sou pesquisador da UFES e solicita a minha entrada. As agentes penitenciárias não negam, necessito apenas apresentar minha cédula de identidade e passar por uma revista. Eu e Rachel somos encaminhados para a sala do serviço social, quando nela chegamos, conhecemos a assistente social que acompanha o pai dos meninos. Educada, nos cumprimenta, chamando-nos, durante toda a visita, pelo nome, abraçando-nos e beijando nossa face, o que me deixa um pouco constrangido. Rachel pergunta pelo pai de Vinícius e Pedro, realizando um breve resumo da história, ao escutar o ocorrido, a assistente social, arregala os olhos e diz: “lamento por tudo o que esses meninos estão passando, irei solicitar ao agente que traga o pai, para que vocês conversem com ele”. Ela se retira da sala e, em poucos minutos, retorna acompanhada de um agente penitenciário, do pai dos meninos que se senta à nossa frente e só pode levantar a cabeça e olhar em nossos rostos com a autorização do agente.

Rachel explica o motivo da visita, que gostaria de compreender o que havia ocorrido para que ele fosse detido, o pai aparenta estar inibido, com os pés e as mãos algemadas e na presença do agente. Há um odor forte no espaço que faz meu nariz coçar e eu pensar em quais condições essa vida se encontra no Centro de Detenção Provisória, que tratamento lhe é dispensado. O pai responde em poucas palavras que no dia anterior ao combinado para receber seus filhos, a polícia o deteve, não tendo tempo para comunicar às técnicas do abrigo, que acredita ter sido detido por não ter comparecido ao fórum. Questiona como estão os filhos: “sinto preocupado, não gostaria de perder eles para adoção, pois a mãe não tem condições de cuidado, devido a droga”. Rachel diz: “realmente, seus filhos são meninos muito bons, extremamente educados e amorosos, estudiosos, carinhosos com todos na casa. Dizem amar muito você”. O pai, “sim, eu amo muito meus filhos!”.

A conversa não se prolonga muito, Rachel diz que precisava realizar a visita para melhor compreensão e fazer o relatório do acontecido. Despedimo-nos e fomos em direção ao carro. Na viagem de volta, Rachel me fala que é favorável à reinserção familiar, pois as crianças possuem vínculo e amor pelo pai e, mesmo que Vinícius e Pedro sejam encaminhados para o Programa Família Acolhedora¹², enquanto a situação de pai é resolvida, ela e Lygia apostam na reinserção familiar.

¹² O programa família acolhedora é uma modalidade de acolhimento, que substitui o abrigamento em instituição de acolhimento, sendo instituído pela lei municipal nº 6.708/2006, é coordenado pela Prefeitura de Vitória, por meio da Semas, em parceria com a Fundação Fé e Alegria. O objetivo é proporcionar a crianças e

Ao chegarmos ao Acolhimento, Rachel convida Vinícius e Pedro para uma conversa em sua sala. Os meninos chegam, “meninos sabem quem eu e o tio Vitor fomos visitar? O pai de vocês! Quero dizer que ele está bem, que a situação dele tem possibilidades de melhoria, ele lhes mandou um abraço e disse que vocês tem feito muita falta”. Com essa fala de Rachel os olhos dos meninos marejam, e eles movimentam a cabeça dizendo que sentem saudades do pai e se algum dia eles poderão visitar o pai, perguntando, também, “quando papai vai sair? Quando vamos poder morar com ele?”. Rachel, “olha, nós ainda não temos certeza, mas estamos trabalhando para isso, agora vocês podem almoçar que vou conversar com tio Vitor”. Os meninos sobem para sala, “Vitor, situações como essas me comovem, esses meninos poderiam estar com o pai, eu aposto nesse pai”, me diz Rachel.

Com a fala de Rachel, vejo que muitas coisas fogem de nossas vontades, mas o quão interessante é perceber nela e em Lygia a crença nas reintegrações familiares tão desqualificadas, pois, as práticas históricas se atualizam fazendo-nos acreditar muitas vezes que “uma vez negligente, sempre negligente”. Comunico a Rachel que deu meu horário de ir para o Centro de Vivência 2, nos despedimos.

Conclui a pesquisa sem saber se os meninos seriam reintegrados ou se foram direcionados à família acolhedora. No dia em que me despedi das técnicas, cuidadores e crianças, pois se finalizava a pesquisa de campo, lembro-me de que Vinícius chamou-me ao quarto, no chão estava uma maleta com vários carrinhos da hot wheels. Ele colocou todos no chão, como se estivessem estacionados e me perguntou qual deles eu achava mais bonito, escolhi um carro de corrida verde. Vinícius me olha e diz: “toma tio, pode levar, é seu, um presente que estou lhe dando!”. Sou pego de surpresa, abraço-o, com gratidão e alegria, dizendo que levaria comigo nas minhas andanças na vida.

Pois é, Vinícius, o carrinho que me destes esteve na minha mesa, onde escrevi a dissertação, sempre olhei para ele, sobretudo nos momentos de cansaço, para não paralisar e viajar nas entrelinhas deste texto, gratidão, menino dos olhos brilhantes!

6.8. Cenarização 8: Conversações no diário de campo

Relatos de Lygia, registrados no diário de campo em 10 de março de 2017.

Por tantas vezes você agradeceu o fato de estar presente conosco, sempre agradecemos também. Mas acho que neste momento agradeço ainda mais...

É pela segunda vez que pego esse diário de campo. A primeira vez, curiosamente, fui impelida a escrever, porém interpelado por algum acontecimento inesperado no acolhimento. Quando retornei para as páginas, já não estava mais no impulso da escrita e sabia que esse momento aconteceria novamente.

A correria ou até mesmo a paralisia de alguns dias (Sim! Há dias que mesmo com tantas coisas a serem feitas somos pegos paralisados em corpo, mas não em mente devido a tantos questionamentos sobre como e o que fazer em meio a tantas vidas...) fez com que eu não pegasse mais no caderno.

Hoje li e reli... infelizmente olho a todo instante para o celular, já que nesse tempo haverá uma visita familiar. Visita essa que até o presente momento não sabemos avaliar como será e como se posicionar. Afinal, é o afeto gritando, mesmo quando abandonada a responsabilidade e me pergunto como essas coisas se é que se distinguem. Não sei AFETO E RESPONSABILIDADE.

Mas, das poucas coisas que se tem certeza é do quanto foi e é interessante nos ver nessas páginas. É importante para minha prática poder enxergar aquilo que fazemos, não sem pensar, mas que fazemos cotidianamente.

Obrigada, por conosco compartilhar e fazer com que nós mesmas pudéssemos nos ouvir, quer seja em nossas dúvidas em nossas certezas aparentes e em nossas apostas contínuas...

Agradecemos não apenas por nós, mas pelas crianças também... Você com seu modo, conquistou a todas crianças que compartilharam o que tinha em mãos e coração...

Não foram poucos o tio em que perguntaram quando é que o tio Vitor voltaria...

E assim, construímos uma jornada... ficamos com reflexões que ainda renderão...

Pausa que a família chegou para a visita...

É sempre muito complexo e desafiador esses momentos. Nesse caldeirão dos adultos enquanto a criança apenas mostra-se feliz com a presença, conta sobre seus novos feitos e mostra o novo jogo que ganhou... Isso tudo aconteceu e eu me perdi por aqui... Acho que falávamos sobre nossa jornada... Isso!

Obrigada pelo encontro! Obrigada por aquilo que dele perpetua. Nossa passagem/atuação no acolhimento não é algo simples, mas tomamos muitas vezes emprestado sua leveza para respirar e seguir mais uma vez! Que feliz por ter chegado até nós!

Sucesso e reflexão.

Que nossa luta possa alcançar cada vez mais aquilo que enfim optamos.

Gratidão,

Forte Abraço!

Obs.: Por tantas vezes se questionou sobre como e qual era seu lugar... Ao terminar essa frase me pergunto o mesmo. Deixe-me tomada por afetos. Resolvida quanto a isso, então...

O registro acima foi feito pela Lygia no meu último dia em campo. Assim, escrevo a ela agora algo que ela ainda não teve acesso, mas que diz de uma conversação em conjunto com ela, que reverbera nesta dissertação e que acredito que nos acompanhará na vida.

12 de março de 2017.

Lygia, ao ler seu relato registrado no diário de campo, confesso que, em alguns momentos, quase fui capturado por uma política individualista e individualizante, na qual eu me reconheceria como o responsável e causa única das experiências por nós vividas; quando, ao contrário dessa perspectiva, o que foi vivido e encarnado diz de processos que juntos, nos encontros, corporificamos, ao nos permitirmos ser afetados pelas forças e dinâmicas diversas da vida.

Neste momento, gostaria de trazer reflexões teóricas construídas por Despret (2004), em seu texto “O corpo com o qual nos importamos: figuras da antrozoogênese”. Nele, a psicóloga belga discorre sobre confiança, crença, disponibilidade, expectativa e articulação, nos prestando valiosa ajuda para criarmos outras percepções sobre os processos que vivenciamos na pesquisa, que sustento como não centrados em um sujeito, do qual emanariam as ações e intervenções sobre os demais. Trata-se, portanto, de considerar mais as relações e processos que nos autorizam a ser e a vir a ser *com* muitos outros.

Confiança, crença, disponibilidade, expectativa e articulação não são meras palavras de ordem ou conceitos que, uma vez apreendidos, podem ser replicados e executados com precisão. Eles falam de corpos que se lançam às experiências e afetações. Apontam como nossos corpos podem se tornar mais sensíveis uns aos outros, na medida em que criamos relações de confiança e interesse. O que seria ou do que nos falaria os termos confiança e interesse? Vou usar nossa experiência de pesquisa como disparador para discutirmos sobre confiança e interesse, assim como

expectativa e articulação, adianto que não serei muito extensivo, pois meu objetivo aqui é realizar a análise de minhas implicações, na medida em que ler seu relato engendra em mim efeitos e ressonâncias.

Quando houve disponibilidade de vocês para participar da pesquisa, demonstrando, por pequenos gestos e falas, que havia confiança e interesse no trabalho a ser feito, o pesquisador passou a se engajar no processo e a responder às expectativas por vocês elencadas. Entrei em contato com um mundo enriquecido por diferenças e neste não podia me portar como um pesquisador “autômato”, que de modo indiferente coleta seus dados. Sendo assim, as expectativas de vocês me autorizaram a ser um pesquisador engajado no campo, nele vivenciei eventos que me possibilitaram vir a ser pesquisador *com* vocês. Não um pesquisador já consumado, mas que se produziu ao se misturar em uma realidade em processo. Confiança e crença que revelaram outras formas de se estar junto e vir a ser, por contágios afetivos.

É importante frisar que os afetos que nos permitiram ser de uma determinada forma, não se confundem com interesses pessoais, sentimentalismos ou identidades. Os afetos mobilizaram nossos corpos a fazer, agir e criar articulações. E quanto mais articulações, mais rico se torna nosso mundo e as possibilidades de criarmos possibilidades outras de vida. Talvez, possa aparentar ser presunção da minha parte dizer que compartilhamos uma experiência de estar *Com*, mas me arrisco e digo que estivemos uns *com* os outros e, por isso, não demarco ações como minhas ou suas, elas emergiram na rede, somos efeitos e, ao mesmo tempo, agentes dela.

Despret (2004) finaliza seu texto dizendo que nossos corpos são construídos e ativados por outrem, ao mesmo tempo, que também ativamos outros corpos, movidos por paixões, que a autora não reduz a uma aventura amorosa, mas a um esforço para tornar-se interessado e mergulhar na experiência, provocando e sendo provocado pelas articulações.

Em vias de conclusão, deixo a você um pensamento do escritor moçambicano, Mia Couto (2009), presente em um dos seus contos, quando ele nos fala sobre o exercício da fala:

[...] nunca tinha falado com ninguém. O que havia feito era comerciar palavra, em negócio de sentimento. Falar é outra coisa, é essa ponte sagrada em que ficamos pendentes, suspenso sobre o abismo. Falar é outra coisa, vos digo. Dessa vez, com esse homem, na palavra eu me divizinei. Como perfume em que perdesse minha própria aparência. Me solvia na fala insubstanciada (p. 52).

Esse falar envolve o intercâmbio de afetos, nos quais, muitas vezes os sentimos estão em suspensão, não por divagarmos, mas por nos perdermos nas palavras, para que nelas e por elas possamos nos estranhar e nos encontrar em outras e inéditas formas. Assim, perdemos nossas aparências ou formas conhecidas, abrindo-nos para um falar que nos permite experimentarmos outras possibilidades de estarmos juntos.

Desse modo, encerro nosso diálogo e também a escrita no diário de campo, agradecendo a você e as demais vidas, pois foi possível criar um mundo articulado ao acompanhar processos de reinserção familiar, os atendimentos familiares e os estudos de caso, assim como nossas conversas e trocas, tecemos um mundo.

Aproveito para me despedir não só de você, Lygia, mas também de Rachel, Cora, Adélia, Cecília e Ana Cristina,

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cachoeiro de Itapemirim, 01 de novembro de 2017.

Prezadas atoras e trabalhadoras dos Serviços de Acolhimento,

Para finalizar nosso texto ou acentuar o seu inacabamento, escolhi a modalidade carta, pois, pensando com Moraes (2014), quando ela discute sobre a escrita acadêmica e suas possibilidades de variância tendo a carta como uma modalidade possível, essa comparece como “[...] parte de um percurso, aberta, portanto, história de um processo, de um momento. A carta apresenta um caráter de indiscernibilidade entre escrita e vida (p. 9)”. Por dividir essa concepção com a autora, escrevo a vocês, apostando nesta escrita-carta.

É imprescindível não perder a capacidade de surpreender-se com a vida e com o vivo. Muitos são os discursos que minoram a potência do viver, pois, pautados na descrença e desconfiança, visam estabelecer uma única e rígida verdade sobre os processos da vida, como se não existisse a possibilidade de criar. A vida requer apostas, não essas em que se prevê um único fim, no qual tudo já é esperado e calculado. A vida resiste, surpreende e faz-se outra. Se há um imperativo, esse é acreditar na potência do encontro, no que ele nos faz pensar, em suas inquietações e, por que não, em sua suavidade vivida em ato com vocês. Por que não sonhar? O sonho não é uma fuga para um mundo outro e ideal, mas a abertura a crer e confiar.

A confiança nos produziu no pesquisar. O vivo, em sua capacidade de diferir, gera surpresas ao destrilhar os caminhos comumente delegados e impostos. Juntos exercitamos encontros sensíveis, atentos ao palpitar da vida, até mesmo quando acreditávamos que tudo estava finalizado e todas as intervenções encontravam-se esgotadas. A vida borra os contornos que lhe foram impostos, querendo-se fazer mais vivível em seu mover e movimentos singulares. Coração e corpo abertos às intensidades de cada vida que encontramos no processo de pesquisar. Acolher e cuidar não comparecem como imperativos e prescrições, mas como exercícios em que sempre somos convocados a exercitar uma abertura às intensidades que pedem passagem, considerando as demandas singulares de cada vida.

Félix Guattari e Suely Rolnik (2011), ao discutirem a função dos trabalhadores sociais – jornalistas, psicólogos, assistentes sociais, entre outros - ressaltam que esses trabalhadores e

trabalhadoras, em seu agir no mundo, de alguma forma operam com os processos de produção de subjetividade ao se interessarem pelo discurso do outro. Os autores afirmam que, por isso:

[...] se encontram em uma encruzilhada política e micropolítica fundamental. Ou vão fazer o jogo dessa reprodução de modelos que não nos permitem criar saídas para os processos de singularização ou, ao contrário, vão estar trabalhando para o funcionamento desses processos na medida de suas possibilidades e dos agenciamentos que consigam pôr para funcionar. Isso quer dizer que não há objetividade científica alguma nesse campo, nem uma suposta neutralidade na relação, como a suposta neutralidade analítica (p. 37).

Esse trecho nos faz pensar sobre a impossibilidade de nos mantermos neutros diante das problemáticas e realidades que encontramos em nosso cotidiano e vivências compartilhadas, ao mesmo tempo em que nos aponta duas possibilidades: reproduzirmos modelos que não permitem saídas outras ou resistirmos através de nossas práticas de trabalho e cuidado, atuando em favor das diversas expressões da vida e criando, com aqueles e aquelas a quem acompanhamos nos processos de reinserção familiar, outras possibilidades de vida, que não sabemos com exatidão em que redundará.

Tal trecho me remete a uma pergunta, que entendo ser crucial compartilhar com vocês, não objetivando respostas finalistas e conclusivas:

Como sustentar espaços coletivos de exercício do cuidado para com os diversos modos de vida, sem recorrer à lógica moralista vigente em nosso contemporâneo que endossa discursos de ódio para com certos modos de vida destoantes das normas socialmente construídas? Eis um exercício de resistência, quando afirmamos modalidades de cuidado diversas, permitindo sermos tocados, afetados, movidos por aqueles com quem trabalhamos. Assim, podemos dar-nos conta da rede que movemos e que nos move, a rede viva, conectiva, em constante transformação.

Latour (2008), em sua teoria ator-rede, nos recomenda que, em pesquisa, sigamos o percurso como uma formiga o faz: identificar os *actantes* (atores humanos e não-humanos); mapear os vínculos existentes entre eles e, ao mapeá-los, *cenarizar*, isto é, construir descrições, com maior riqueza de elementos e deixar que esses se articulem aos mundos e produzam efeitos. Foi a isso que me propus, mas também, me aliancei a Pelbart (2013), quando ele cita o trabalho de Georges Didi-Huberman, autor que, em seus trabalhos e livros, demonstra-se inquieto com a quase hegemonia dos trabalhos feitos em tom apocalíptico que, por assim serem, impedem que vejamos as existências que sobrevivem:

[...] num estranho paradoxo no qual o discurso de denúncia, por mais lúcido e “luminoso” que seja, ajuda a ofuscar justamente as existências que sobrevivem ou se reinventam, com sua discreta luminosidade [...]. Será que o mundo está a tal ponto totalmente escravizado quanto o sonharam – o projetaram, o programaram e querem nos impor – nossos atuais conselheiros perversos? Postulá-lo é justamente dar crédito aquilo que sua máquina quer nos fazer crer. É ver senão a noite ou a ofusca luz dos projetores. É agir como vencidos: é estar convencidos de que a máquina realizou seu trabalho sem resto nem resistência. É não ser senão o todo. É, portanto, não ver o espaço – fosse intersticial, intermitente, nômade, improvavelmente situado – das aberturas, dos possíveis, dos lampejos, dos apesar de tudo. Ou ainda, retomando sua bela imagem, ele acrescenta: “Para saber dos vagalumes, é preciso vê-los no presente de sua sobrevivência: é preciso vê-los dançar vivos no coração da noite, ainda que essa noite fosse varrida por alguns projetores ferozes (PELBART, 2013, p. 18).

Digo que não só acompanhei as formigas em seu tear de redes, mas estive, em presença viva, com vagalumes, vendo sua luz ofusca e viva, no cotidiano de seu trabalho, nas resistências quando os demais não apostavam ou desqualificam uma família no processo de reinserção familiar. Lampejos, aberturas possíveis. Vê-las vivas e dançantes, não em sobrevivência, mas em Vivência – bela imagem, como coloca o autor. Foi um privilégio vê-las vagalumar os dias!

Adianto que não acredito que possuamos uma resposta a priori, anterior aos encontros, e que possa ser generalizada a todas as situações com os quais nos encontramos, dando assim, fim às angústias e inquietudes que perpassam nossos corpos. É preciso exercer a disponibilidade do corpo para ser afetado, para a construção de um mundo em comum, que não esse que nos é apresentado como natural e estático, onde nossas ações pouco ou nada podem fazer.

Na convivência com vocês e ao acompanhar seus trabalhos em rede e na rede, conheci diversos mundos em composição. Aprendi que resistir é criar e que a luta não precisa ser pesada, pois ela suaviza-se em encontros coletivos, nos quais experimentamos diversas afetações, a generosidade e as alegrias advindas das apostas sustentadas em coletivo.

Por isso, ensaio, nesta carta, uma afetação, em resposta a um sonho que tive, no qual Adélia questionava-me: “Você discutiu rede, afeto, cuidado, mas afinal, qual é a conclusão do seu trabalho? Sua hipótese inicial se mantém? Hein, me diz, o qual a sua conclusão?”. Sonho que tive, nos últimos dias de ida a campo e que penso ser importante compartilhar com vocês os desdobramentos em mim produzidos a partir dos questionamentos feitos por Adélia no sonho, sem recorrer a interpretações intimistas.

Adélia, Ana Cristina, Cecília, Rachel, Lygia, Cora e Elisa, eu não tenho uma resposta definitiva para esse questionamento, mas arrisco-me, com a experiência vivida e que passou a me constituir no encontro com vocês, a dizer que existe uma rede, tecida cotidianamente pelo acontecer de suas ações no mundo. A rede não é uma abstração, tampouco um ideal a ser alcançado, mas é criada por suas práticas que geram tensionamentos, deslocamento e reposicionamentos contínuos. No movimento de produção de redes, vocês nelas se produzem. Redes feitas de afetos e movidas por afeto. Elas dão existência a mundos e versões distintas da realidade. Coexistem processos vários, de judicialização da vida, de tutela das famílias, crianças e adolescentes, assim como comparecem cuidado, acolhimento e confiança na vida. Esses movimentos não são em si mesmos bons ou ruins, eles evidenciam a construção de uma vida em comum e em rede, nos processos de reinserção familiar, que não se iniciam no momento em que vocês decidem se a família é apta a reaver a criança, mas que começa com suas primeiras intervenções e conexões com essas vidas.

Estar com vocês, compartilhar questões e fabricar problemas, mais do que buscar respostas imediatas, viabilizou a pesquisa como exercício de pesquisarCOM e escreverCOM. Lembro-me de uma fala de Cecília, quando conversávamos após o atendimento de uma mãe, “depende do modo de olhar, de como olhamos para cada situação”, registrei sua fala no diário e trago-a aqui, pois ela me conduziu a pensar que há múltiplos modos de olhar, e que nossos olhares se diferenciam na medida em que nos disponibilizamos ao outro. Quão importante é sustentar esse posicionamento de abertura e cuidado, em tempos de escassez de espaços em que encontramos disponibilidade e confiança.

Concluo esta carta, com uma provocação feita por Despret (2011), quando ela discorre sobre a emoção, afirmando que essa “[...] não é somente aquilo que é sentido, é aquilo que faz sentir. A emoção, eu diria, não é somente aquilo que nos faz acolher o mundo, é também a maneira como solicitamos ao mundo nos acolher, pedindo-lhe mesmo, às vezes, para nos dar um coração” (p. 57). Quantos corações criamos com o outro que acolhemos e que, por vezes também nos acolhe, quando somos afetados por uma experiência? Acredito que não contabilizamos, mas sentimos o palpitar dos diversos que passam a existir em nós.

Antes de me despedir, gostaria de dividir com vocês algumas palavras de um trecho do Mia Couto, presente no conto “O rio das quatro das luzes”. Neste conto, Mia Couto nos partilha uma experiência estética, em tudo que possui de bela e inventiva, em um diálogo

entre um avô e seu neto. O velho aconselha o jovem a manter-se meninado e distraído nos *brincados*. Divido-a com vocês:

Conselho do avô: ele que, entretanto, fosse meninado, distraído nos brincado. Que ainda agora, o que ele se lembrava era o mais antigo de sua existência. E ele lhe contou lugares secretos de sua infância, mostrou-lhe as grutas junto ao rio, perseguiram borboletas, adivinharam pegadas de bichos. O menino, sem saber, se iniciava nos amplos territórios da infância. Na companhia do avô, o moço se criava, convertido em menino. A voz antiga era o pátio onde ele se adornava de folguedo. E assim sendo. Uma certa tarde o avô visitou a casa dos seus filhos e ordenou que o neto saísse. Queria falar, a sós, com os pais da criança. E o velho deu entendimento: criancice é como amor, não se desempenha sozinha. Faltava aos pais serem filhos, juntaram-se miúdos com o miúdo. Faltava aceitar despir a idade, desobedecer ao tempo, esquivar-se do corpo e do juízo (p. 113).

É o conselho do avô: sermos meninados ou meninadas, conhecer os inúmeros territórios da infância e deles se aproximar, com afeto e coração aberto, pois às vezes, é preciso despir-se do tempo que nos comprime com demandas transformadas em urgências e dos juízos que insistem em nós fazer ver apenas uma única versão possível nos processos de reinserção familiar, quando a própria vida possui uma multiplicidade de respostas possíveis.

Despeço-me, com gratidão, por nosso percurso, acreditando que estar em rede, pesquisar e viver em rede é um processo fundamental do vivo.

Abraços afetuosos,

Vitor Benevenuto de Freitas.

8. REFERÊNCIAS

AYRES, L. S. M. Naturalizando-se a perda do vínculo familiar... In: NASCIMENT, M. L. (Org.). **Pivetes: a produção de infâncias desiguais**. Niterói/Rio de Janeiro: Oficina do autor/Intertexto, p. 110-127, 2002.

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social**, n. 8.742, 7 de dezembro de 1993, publicada na DOU de 8 de dezembro de 1993.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretária Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS; Norma Operacional Básica NOB/SUAS**. Brasília, 2004.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Especial de Direitos Humanos. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Brasília, 2006.

_____. **Estatuto da criança e do adolescente**, n. 8.069, 13 de julho de 1990.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Especial de Direitos Humanos. **Orientações técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**. Brasília, 2009.

BARROS, M. E. B.; ZAMBONI, J. Gaguejar. In: FONSECA, T. M. G; NASCIMENTO, M. L.; MARASCHIN, C. (Org.). **Pesquisar na diferença: um abecedário**. Porto Alegre: Sulina, p. 121-123, 2012.

BERNARDES, A. G.; TAVARES,; MARASCHIN, C. **Pesquisar na diferença: um abecedário**. Porto Alegre. 1 ed. Porto Alegre, Sulina, 2012, 263 p.

BERNARDES, A. G.; MORAES, M. Apresentação. In: BERNARDES, A. G.; TAVES, G. M.; MORAES, M. (Org.). **Cartas para pensar: políticas de pesquisa em psicologia**. Vitória, EDUFES, 2014, p.07-13.

BOCCO, F. **Cartografias da infração juvenil**. Agosto de 2006. 174p. Dissertação (Mestre em Psicologia, na área de concentração Subjetividade, Política e Exclusão Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

BONAMIGO, I. S. O texto científico como laboratório de fabricação de mundos. **Rev. Polis e Psique**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 149-161, 2016.

CANAL, F. D.; TAVARES, G. M. Judicialização da vida e penas e medidas alternativas: composições, tensionamentos, problematizações. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 14, p. 239-263, 2014.

CAVALCANTE, L. I. C.; SILVA, S. S. C.; MAGALHÃES, C. M. C. Institucionalização e reinserção familiar de crianças e adolescentes. **Mal-estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. 10, n. 4, p. 1147-1172, dez. 2010.

COIMBRA, C. M. B. Modalidades de aprisionamento: processos de subjetivação contemporâneos e poder punitivo. In: OLIVEIRA, R. T.; MATTOS, V. (Org.). **Estudo de execução criminal: direito e psicologia**. Belo Horizonte: Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, 2009. p. 83-94.

_____. Direitos humanos e criminalização da pobreza. Trabalho apresentado em mesa redonda no I Seminário Internacional de Direitos Humanos, Violência e Pobreza: a situação de crianças e adolescentes na América Latina hoje, realizado pela UERJ, Rio de Janeiro, p. 1-13, 2006. Disponível em: http://www.slab.uff.br/images/Aquivos/textos_sti/Cec%C3%ADlia%20Coimbra/texto54.pdf

COIMBRA, C. M. B.; NASCIMENTO, M. L. Ser jovem, ser pobre é ser perigoso? (2005). Disponível em: http://www.slab.uff.br/images/Aquivos/textos_sti/Cec%C3%ADlia%20Coimbra/texto23.pdf

COIMBRA, C. M. B.; NASCIMENTO, J. Implicar. In: FONSECA, T. M. G.; NASCIMENTO, M. L.; MARASCHIN, C. (Org.). **Pesquisar na diferença**: um abecedário. Porto Alegre: Sulina, p. 131-133, 2012.

COUTO, M. **Terra Sonâmbula**. 1 ed. São Paulo: Companhia de bolso, 2015. 199 p.

_____, M. **O fio das Missangas**. 1 ed. São Paulo: Companhia das letras, 2009. 147 p.

CRUZ, L.; HILLESHEIM, B.; GUARESCHI, N. M. F. Infância e políticas públicas: um olhar sobre as práticas psi. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 17, n. 3, p. 42-49, set./dez. 2005.

DELEUZE, G. **Conversações**. 2. ed. São Paulo: editora 34, 2010. 240 p.

_____, G. ¿Que és un dispositivo? In: *Michel Foucault, filósofo*. Barcelona: Gedisa, 1990, p. 155-161. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. Disponível em: <http://eps.otics.org/material/entrada-outras-ofertas/artigos/gilles-deleuze-o-que-e-um-dispositivo/view>.

DESPRET, V. O corpo com o qual nos importamos: figuras da atropo-zoo-gênese. Disponível em: xa.yimg.com/kq/groups/19965835/1307741106/name/Despret++Hans.doc.

_____. Os dispositivos experimentais. **Fractal: revista de psicologia**, Niterói, v. 23, n. 1, p. 43-58, jan./abr. 2011.

_____. Leitura etnopsicológica do segredo. **Fractal: revista de psicologia**, Niterói, v. 23, n. 1, p. 5-28, jan./abr. 2011.

FAVRET-SAADA, J. Ser afetado. **Cadernos de campo**, São Paulo, n. 13, p. 155-161, 2005.

FONSECA, T. M. G.; NASCIMENTO, M. L. MARASCHIN. Rumores discretos de um abecedário de pesquisa. In: FONSECA; T. M. G.; NASCIMENTO, M. L.; MARASCHIN, C. (Org.). **Pesquisar na diferença: um abecedário**. Porto Alegre: Sulina, 9-12 p, 2012.

FOUCAULT, M. Prefácio (Anti-Édipo). In: MOTTA, Manoel Barros de (Org.). **Repensar a Política - Ditos e Escritos. Vol. VI**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p. 103-106.

FRANCISCO, R. S. "**Abrir sede ao meio**" no deserto das práticas de assistência social a jovens em situação de risco. Dezembro de 2015. 152p. Dissertação (Mestre em Psicologia Institucional, na área de concentração Subjetividade, Processos Educacionais e Trabalho) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

GOLDMAN, M. Jeanne Fravet-Saada, os afetos a etnografia. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 13, p. 149-153, 2005.

_____. Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos. Etnografia, antropologia e política em Ilhéus Bahia. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 46,n. 2, p. 445-476, 2003.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: Cartografias do desejo**. 11. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2011. 439 p.

GUIDONI, J. P. **Tecituras da rede de atenção à criança e à adolescência no município de Vitória (ES): Um análise das linhas que compõe o programa de educação em tempo integral**. Abril de 2011. 98p. Dissertação (Mestre em Psicologia Institucional, na área de concentração Subjetividade, Processos Educacionais e Trabalho) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.

KASTRUP, V. **A invenção de si e do mundo**. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, 253 p.

KASTRUP, V.; TSALLIS, A. Acoplamentos, Vínculos e Deficiência Visual: sobre um vetor de atravessamento Varela-Latour. **Informática na Educação: teoria e prática**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 12-22, jul./dez. 2009.

KOHAN, W. O. Imagens da infância. In: Lins, D. (Org.). **Nietzsche/Deleuze: imagem, literatura e educação**. Forense Universitária: Rio de Janeiro, p. 324-337, 2007.

LOBO, L. F. Pesquisar: a genealogia de Michel Foucault. In: FONSECA; T. M. G.; NASCIMENTO, M. L.; MARASCHIN, C. (Org.). **Pesquisar na diferença: um abecedário**. Porto Alegre: Sulina, p. 131-133, 2012.

LONDERO, M. F. P. **O ACONTECER NA CLÍNICA: QUANDO O CRIAR RESISTE AO COTIDIANO**. Abril de 2011. 85 p. Dissertação de Mestrado (Mestre em Psicologia Social e Institucional). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

LATOUR, B. Como falar do corpo? A dimensão normativa dos estudos sobre a ciência. In: NUNES, João Arriscado; ROQUE, Ricardo. (Org.). **Objetos impuros: experiências em estudos sociais da ciência**. Porto: Afrontamento, p. 40-61, 2007.

_____. **Reagregando ao social:** uma introdução à teoria ator-rede. 1 ed. Salvador/Bauru: Edufba/Edusc, 2012, 399 p.

LOURAU, R. **René Lourau na UERJ:** Análise Institucional e Práticas de Pesquisa. 1 Ed. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 118 p., 1993.

MATURANA, H. R.; VARELA, F. J. **A árvore do conhecimento:** as bases biológicas da compressão humana. 9 ed. São Paulo: Palas Athena, 283 p, 2001.

HUMBERTO, H. R. **A ontologia da realidade.** 2 ed. Belo Horizonte: Humanitas, 413 p., 2014.

MIRANDA, L. L.; MOURÃO, L. C. C. B. Escrever COM: o que isso (re)significa?. **Rev. Polis e Psique**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 162-175, 2016.

MORAES, M. PesquisarCOM: política ontológica e deficiência visual. In: MORAES, M.; KASTRUP, V. (Org.). **Exercícios de ver e não ver: arte e pesquisa com pessoas com deficiência visual.** Rio de Janeiro: Nau Editora, p. 26-51, 2010.

MORAES, M. O.; ARENDT, R. J. J.; Contribuições das investigações de Annemarie Mol para a psicologia social. **Psicologia em estudo, Maringá**, v. 18, n. 2, p. 313-321, abr./jun. 2013.

MOL. A. **The logic of care:** health and the problem of patient choice. London and New York. 2008, Routledge Taylor and Francis group, p. 131, 2008.

NASCIMENTO, M. L. Pelos caminhos da judicialização: lei, denúncia e proteção no contemporâneo. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 19, n. 3, p. 549-467, jul./set. 2014.

_____. Crianças e adolescentes marcados pela defesa dos direitos. **Ecopolítica**, São Paulo, n. 8, p. 19-40, jan./abr. 2014.

OLIVEIRA, C. M. C.; HECKERT, A. L. C. Os centros de referência de assistência social e as artes de governar. **Fractal**, Niterói, v. 25, n.1, p. 145-160, jan./abr. 2013.

PELBART, P. P. **O avesso do niilismo:** cartografias do esgotamento. Brasil. 1 ed. São Paulo, n-1, p. 345, 2013.

POZZANA, L. A formação do cartógrafo é o mundo: corporificação e afetabilidade. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; TEDESCO, S. (Org.). **Pistas do método da cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum – Volume 2.** Porto Alegre: Sulina, p. 52-65, 2014.

RIZZINI, I. **O século perdido:** raízes históricas das políticas públicas para a Infância no Brasil. 3 ed. São Paulo, Cortez, 200 p., 2011.

ROCHA, M. P.; AGUIAR., K. R. Pesquisa-intervenção: e a produção de novas análises. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 23, n.4, São Paulo, p. 64-73, 2003.

SIQUEIRA, A. C.; MASSIGNAN, L. T.; DELL' AGLIO, D. D. Reinserção familiar de adolescentes: processos malsucedidos. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 21, n. 50, p. 383-391, set./dez. 2011.

SIQUEIRA, A. C.; DELL'AGLIO, D. D. Retornando para a família de origem: fatores de risco e proteção no processo de reinserção de uma adolescente institucionalizada. **Revista brasileira de crescimento e desenvolvimento humano**, v. 17, n. 21, São Paulo, p. 134-146, 2007.

SOUZA, S. J.; CARVALHO, Ética e pesquisa: o compromisso com o discurso do outro. **Rev. Polis e Psique**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 98-112, 2016.

TAVARES, G. M. Sobre olhares e práticas psicológicas na assistência social. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 19, n. 3, p. 449-457, jul./set. 2014.

TRISTÃO, V. C. (COM) VIVER E (COM) FIAR UMA REDE QUENTE NA EXPERIÊNCIA SENSÍVEL DE VÍNCULAÇÃO AFETIVA: UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS DE ACOLHIMENTO INFANTO-JUVENIL NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA/ES. Maio de 2015. 121 p. Dissertação de Mestrado (Mestre em Psicologia Institucional, na área de concentração Subjetividade, Processos Educacionais e Trabalho). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

ZANELLA, A. V. Escrever. In: FONSECA; T. M. G; NASCIMENTO, M. L.; MARASCHIN, C. (Org.). **Pesquisar na diferença**: um abecedário. Porto Alegre: Sulina, p. 89-91, 2012.

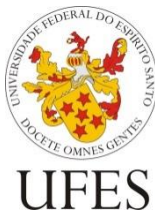
Músicas: Por ordem de citação no texto
(álbum, autor/interprete, ano e faixa)

Survival, Bob Marley & The Wailers, 1979. Faixa: *Wake Up And Live*.

Single, Emicida, 2013. Faixa: Papel, Caneta e Coração.

ANEXO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)



Universidade Federal do Espírito Santo

Programa da Pós-Graduação em Psicologia Institucional

O (A) Sr. (ª) está sendo convidado (a) para participar da pesquisa abaixo discriminada nos seguintes termos:

Grupo de Pesquisa: Rede de Estudos de Práticas Conectivas em Políticas Públicas – CONECTUS

Pesquisa: Uma análise dos processos de reintegração familiar: Compondo Redes de Cuidado

Pesquisador: Vitor Benevenuto de Freitas

Orientadora: Profª. Drª. Gilead Marchezi Tavares

Instituição: Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Telefone de contato: (27) 9 9855 2491 (28) 9 9955 9393

Objetivo da pesquisa

O presente estudo pretende acompanhar os atores (Psicólogos e Assistentes Sociais) da Política Pública de Assistência Social do município de Vitória-ES, em suas práticas de trabalho e acompanhamento de famílias em processo de reinserção familiar. Atores que atuam em Instituições e Casas de Acolhimento - equipamentos que compõem os Serviços de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social. Técnicos e técnicas que são responsáveis por acompanhar famílias, crianças e adolescentes em processo de reinserção familiar (processos em curso e andamento, assim como, famílias em que a reinserção já ocorreu e que permanecem sendo acompanhadas). Intenta-se também estudar a percepção e experiência das famílias, adolescente e crianças em relação ao processo que vivenciam e/ou vivenciaram, sendo que o acesso e contato com as famílias se dariam com a autorização das mesmas e na presença dos técnicos que as acompanham.

Descrição dos procedimentos aos quais os participantes serão submetidos

Os objetivos deste projeto deverão ser alcançados por meio do acompanhamento do trabalho nos serviços de Acolhimento Institucional, com profissionais – equipe técnica - e usuários dos serviços – crianças, adolescentes e famílias. Consideramos que não se pode fazer pesquisa sem interação e trocas entre pesquisador e participantes da pesquisa, assim, todos os eventos e diálogos advindos das conversas e entrevistas serão anotados em diários de campo e ficarão à disposição dos participantes. Estes poderão, a qualquer tempo, incluir registros no diário de campo. Trata-se, portanto, de uma pesquisa qualitativa.

Benefícios esperados

Informamos que os participantes terão seus nomes absolutamente resguardados e em sigilo e que poderão desistir da participação na pesquisa a qualquer tempo anterior à elaboração da Dissertação de Mestrado. Esta começará a ser elaborada em maio de 2017.

A pesquisadora orientadora e o pesquisador estarão sempre à disposição dos participantes no número de telefone supracitado.

O participante não terá nenhum gasto e ganho financeiro por participar na pesquisa.

Os principais benefícios ao/a participante serão à oportunidade de partilhar suas experiências de acesso aos serviços públicos de Alta Complexidade da Assistência Social do Município de Vitória, especificamente os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. Esses momentos de partilha são de suma importância, uma vez que, permitirá aos usuários relatarem suas vivências com os serviços, o acolhimento e escuta de suas demandas. Ao final da pesquisa, os resultados serão retribuídos as instituições pesquisadas, estas, por sua vez, em posse dos resultados poderão aperfeiçoar suas práticas de cuidado e atenção aos usuários, no que se refere ao serviço em estudo.

Os principais riscos a que o/a participante estará submetido será de lidar com lembranças desagradáveis e situações estressoras, que podem vir a emergir, ao relatar fatos que guardem alguma relação com vivências que envolveram violação de direitos e afastamento do convívio familiar. Nestes casos, a entrevista será encerrada ao menor sinal de desconforto do/da participante. O participante é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem nenhum prejuízo ou coação.

Caso ocorra algum dano decorrente da participação no estudo, o participante será devidamente indenizado, conforme determina a lei.

Este termo será redigido e assinado em duas vias, e rubricado em todas as suas páginas. Uma via ficará com o participante.

Caso haja a participação de crianças e adolescentes, os pais, responsáveis ou guardião legal, assinarão o termo autorizando a participação na pesquisa, respeitando-se o melhor interesse da criança/adolescente. Ressalta-se que os direitos da Criança e do Adolescente serão respeitados segundo as normativas legais, e, no decorrer da pesquisa nenhuma criança/adolescente será exposta a situação vexatória ou de violação de direito.

Qualquer dúvida a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com o pesquisador, Vitor Benevenuto de Freitas, nos telefones: (28) 9 9955 9393, ou pelo endereço: Av. Fernando Ferrari, 514 – Goiabeiras, Prédio Bárbara Weinberg, sala do PPGPSI. Também pode contatar o Comitê de Ética em Pesquisa que deverá ser contatado no caso de denúncia e/ou intercorrência na pesquisa, podendo ser acionado pelo telefone (27) 3145-9820, pelo e-mail: cep.goiabeiras@gmail.com, pessoalmente ou pelo correio, no seguinte endereço: Av. Fernando Ferrari, 514, Campus Universitário, sala 07 do Prédio Administrativo do CCHN, Goiabeiras, Vitória - ES, CEP 29.075-910. O Comitê de Ética e Pesquisa tem a função de analisar projetos de pesquisa visando à proteção dos participantes dentro de padrões éticos nacionais e internacionais.

Eu, _____, declaro ter sido informado, encontrando-me ciente do teor do estudo e concordo em participar do projeto de pesquisa acima descrito.

Vitória, _____, de _____, 2017.

Participante

Vitor Benevenuto de Freitas
Pesquisador



UFES

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)
CONSENTIMENTO DO PARTICIPANTE/RESPONSÁVEL DA
CRIANÇA/ADOLESCENTE**

Programa da Pós-Graduação em Psicologia Institucional

O (A) Sr. (ª) e seu filho(a) estão sendo convidado(a)s a participar da pesquisa abaixo discriminada nos seguintes termos:

Grupo de Pesquisa: Rede de Estudos de Práticas Conectivas em Políticas Públicas – CONECTUS

Pesquisa: Uma análise dos processos de reintegração familiar: Compondo Redes de Cuidado

Pesquisador: Vitor Benevenuto de Freitas

Orientadora: Profª. Drª. Gilead Marchezi Tavares

Instituição: Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Telefone de contato: (27) 9 9855 2491 (28) 9 9955 9393

Objetivo da pesquisa

O presente estudo pretende acompanhar os atores (Psicólogos e Assistentes Sociais) da Política Pública de Assistência Social do município de Vitória-ES, em suas práticas de trabalho e acompanhamento de famílias em processo de reinserção familiar. Atores que atuam em Instituições e Casas de Acolhimento - equipamentos que compõem os Serviços de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social. Técnicos e técnicas que são responsáveis por acompanhar famílias, crianças e adolescentes em processo de reinserção familiar (processos em curso e andamento, assim como, famílias em que a reinserção já ocorreu e que permanecem sendo acompanhadas). Intenta-se também estudar a percepção e experiência das famílias, adolescente e crianças em relação ao processo que vivenciam e/ou vivenciaram, sendo que o acesso e contato com as famílias se dariam com a autorização das mesmas e na presença dos técnicos que as acompanham.

Descrição dos procedimentos aos quais os participantes serão submetidos

Os objetivos deste projeto deverão ser alcançados por meio do acompanhamento do trabalho nos serviços de Acolhimento Institucional, com profissionais – equipe técnica - e usuários dos serviços – crianças, adolescentes e famílias. Consideramos que não se pode fazer pesquisa sem interação e trocas entre pesquisador e participantes da pesquisa, assim, todos os eventos e diálogos advindos das conversas e entrevistas serão anotados em diários de campo e ficarão à disposição dos participantes. Estes poderão, a qualquer tempo, incluir registros no diário de campo. Trata-se, portanto, de uma pesquisa qualitativa.

Benefícios esperados

A tentativa se faz na direção do mapeamento da metodologia ou processo de composição e trabalho investido na utilização de recursos não apenas para a resolução de problemas, mas para a invenção de novas possibilidades para problemas sociais recorrentes.

Esclarecimentos adicionais

Caso o Senhor ou a Senhora decida aceitar o convite e autorizar a participação de seu/sua filho/filha, o (a) mesmo (a) será submetido (a) aos seguintes procedimentos: Entrevistas abertas, momento no qual conversaremos um pouco sobre a experiência dele/dela no serviço de acolhimento (abordaremos como é sua vivência na instituição, como tem sido esse momento, como é estar afastado, temporariamente, do convívio familiar; ou caso, se trate de uma criança/adolescente já inseridos em sua família, como foi vivenciar o processo de reinserção familiar). Em seguida, farei anotações, com a permissão da criança/adolescente no diário de campo, um caderno, em que você a criança/adolescente terão total liberdade para lê-lo e, caso queiram, poderão escrever ou anotar nele. Conversaremos sobre o que foi escrito, podendo a criança/adolescente vir a discordar ou não.

Informamos que os participantes terão seus nomes absolutamente resguardados e em sigilo e que poderão desistir da participação na pesquisa a qualquer tempo anterior à elaboração da Dissertação de Mestrado. Esta começará a ser elaborada em maio de 2017.

A pesquisadora orientadora e o pesquisador estarão sempre à disposição dos participantes no número de telefone supracitado.

O participante não terá nenhum gasto e ganho financeiro por participar na pesquisa.

Os principais benefícios ao/a participante serão à oportunidade de partilhar suas experiências de acesso aos serviços públicos de Alta Complexidade da Assistência Social do Município de Vitória, especificamente os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. Esses momentos de partilha são de suma importância, uma vez que, permitirá aos usuários relatarem suas vivências com os serviços, o acolhimento e escuta de suas demandas. Ao final da pesquisa, os resultados serão retribuídos as instituições pesquisadas, estas, por sua vez, em posse dos resultados poderão aperfeiçoar suas práticas de cuidado e atenção aos usuários, no que se refere ao serviço em estudo.

Os principais riscos a que o/a participante estará submetido será de lidar com lembranças desagradáveis e situações estressoras, que podem vir a emergir, ao relatar fatos que guardem alguma relação com vivências que envolveram violação de direitos e afastamento do convívio familiar. Nestes casos, a entrevista será encerrada ao menor sinal de desconforto do/da participante. O participante é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem nenhum prejuízo ou coação.

Caso ocorra algum dano decorrente da participação no estudo, o participante será devidamente indenizado, conforme determina a lei.

Este termo será redigido e assinado em duas vias, e rubricado em todas as suas páginas. Uma via ficará com o participante.

Caso haja a participação de crianças e adolescentes, os pais, responsáveis ou guardião legal, assinarão o termo autorizando a participação na pesquisa, respeitando-se o melhor interesse da criança/adolescente. Ressalta-se que os direitos da Criança e do Adolescente serão respeitados segundo as normativas legais, e, no decorrer da pesquisa nenhuma criança/adolescente será exposta a situação vexatória ou de violação de direito.

Qualquer dúvida a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com o pesquisador, Vitor Benevenuto de Freitas, nos telefones: (28) 9 9955 9393, ou pelo endereço: Av. Fernando Ferrari, 514 – Goiabeiras, Prédio Bárbara Weinberg, sala do PPGPSI. Também pode contatar o Comitê de Ética em Pesquisa que deverá ser contatado no caso de denúncia e/ou intercorrência na pesquisa, podendo ser acionado pelo telefone (27) 3145-9820, pelo e-mail: cep.goiabeiras@gmail.com, pessoalmente ou pelo correio, no seguinte endereço: Av. Fernando Ferrari, 514, Campus Universitário, sala 07 do Prédio Administrativo do CCHN, Goiabeiras, Vitória - ES, CEP 29.075-910. O Comitê de Ética e Pesquisa tem a função de analisar projetos de pesquisa visando à proteção dos participantes dentro de padrões éticos nacionais e internacionais.

Eu, _____, declaro ter sido informado, encontrando-me ciente do teor do estudo e concordo em participar do projeto de pesquisa acima descrito, e autorizo o(a) meu(minha) filho(a) _____ a participar. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Vitória, _____, de _____, 2017.

Assinatura do participante/responsável da criança/adolescente

Vitor Benevenuto de Freitas
Pesquisador



UFES

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA CRIANÇA E ADOLESCENTE

Este é um convite para você participar da pesquisa: *Uma análise dos processos de reintegração familiar: Composto Redes de Cuidado*, do pesquisador Vitor Benevenuto de Freitas, sendo coordenada pela professora doutora Gilead Marchezi Tavares, ambos vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional (PPGPSI), da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Sua participação é voluntária, o que significa que você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo.

Descrição da Pesquisa, Procedimentos, Objetivos, Justificativa, Benefícios e Esclarecimentos.

-Este estudo é necessário, na medida em que buscamos, através dele, compreender como se dá a produção e efetivação da rede de proteção e garantia de direitos de crianças e adolescentes nas instituições de acolhimento no Município de Vitória – ES. Para isso, temos com objetivo acompanhar o cotidiano dos serviços de acolhimento, observando o trabalho dos técnicos – psicólogo e assistente social – com as crianças e adolescentes acolhidas que se encontram em processo de reintegração/reinserção familiar.

-Caso decida aceitar o convite, você será submetido (a) ao(s) seguinte(s) procedimentos: Entrevistas, momento no qual conversaremos um pouco sobre a sua experiência no serviço de acolhimento (como é viver no acolhimento, como tem sido este momento em que você se encontra afastado de sua família). Em seguida, farei anotações, com a sua permissão, de nossas conversas. Anotarei no diário de campo, um caderno, que você terá total liberdade para lê-lo e, caso queira, poderá escrever ou anotar algo nele. Conversaremos sobre o que foi escrito, podendo você vir a discordar ou não.

-Os riscos envolvidos com sua participação são: prováveis lembranças desagradáveis e situações de estresse, que podem acontecer quando você relatar fatos que guardem alguma relação com vivências que foram ou são desagradáveis. Nestes casos, a entrevista será encerrada ao menor sinal de desconforto e incômodo. Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem nenhum prejuízo ou coação.

-Você terá os seguintes benefícios ao participar da pesquisa: Queremos com a pesquisa, obter melhorias nos serviços de acolhimento, para que os mesmos desenvolvam modos de cuidar que atendam melhor as suas necessidades e a de sua família, contribuindo dessa forma, para o aperfeiçoamento dos serviços de acolhimento e nos processos de reinserção familiar.

-Você não terá nenhum gasto e ganho financeiro por participar na pesquisa. Todas as informações obtidas serão sigilosas e seu nome não será identificado em nenhum momento. Caso ocorra algum dano decorrente da participação no estudo, você será devidamente indenizado, conforme determina a lei.

-Este termo será redigido e assinado em duas vias, e rubricado em todas as suas páginas. Uma via ficará com você.

-Sendo você uma criança ou adolescente, seus pais, responsável ou guardião legal, assinarão o termo autorizando sua participação na pesquisa, respeitando-se o melhor interesse da criança/adolescente. Os direitos da Criança e do Adolescente serão respeitados.

-Qualquer dúvida a respeito da pesquisa, você, seu pai, mãe, responsável ou guardião legal poderá entrar em contato com o pesquisador, Vitor Benevenuto de Freitas, nos telefones: (28) 9 9955 9393, ou pelo endereço: Av. Fernando Ferrari, 514 – Goiabeiras, Prédio Bárbara Weinberg, sala do PPGPSI. Também pode contatar o Comitê

de Ética em Pesquisa que deverá ser contatado no caso de denúncia e/ou intercorrência na pesquisa, podendo ser acionado pelo telefone (27) 3145-9820, pelo e-mail: cep.goiabeiras@gmail.com, pessoalmente ou pelo correio, no seguinte endereço: Av. Fernando Ferrari, 514, Campus Universitário, sala 07 do Prédio Administrativo do CCHN, Goiabeiras, Vitória - ES, CEP 29.075-910. O Comitê de Ética e Pesquisa tem a função de analisar projetos de pesquisa visando à proteção dos participantes dentro de padrões éticos nacionais e internacionais.

Eu, _____, e discuti com o investigador responsável pelo presente estudo os detalhes descritos neste documento. Entendo que eu sou livre para aceitar ou recusar, e que posso interromper a minha participação a qualquer momento sem dar uma razão. Eu concordo que os dados coletados para o estudo sejam usados para o propósito acima descrito.

Eu entendi a informação apresentada neste TERMO DE ASSENTIMENTO. Eu tive a oportunidade para fazer perguntas e todas as minhas perguntas foram respondidas.

Vitória, _____, de _____, 2017.

Participante

Vitor Benevenuto de Freitas
Pesquisador